NOVOS TEMAS

Revista do Instituto Caio Prado Jr.

Revista de Debate e Cultura Marxista

Editores

Antonio Carlos Mazzeo
Edmilson Costa
Milton Pinheiro – Editor Executivo
Sofia Manzano

Conselho de Redação

Antônio Carlos Mazzeo
Edmilson Costa
Eduardo Serra
Ivana Jinkings
José Paulo Netto
Mauro Iasi
Milton Pinheiro
Paulo Barsotti
Sofia Manzano

Conselho Editorial

Adriano Nascimento – UFAL
Anderson Deo - Unesp
Aldo Agosti – Itália
Aldrin Castellucci – UNEB
Andrea Catone – Itália
Angélica Lovatto – UNESP
Anita Leocádia Prestes – UFRJ
Antonio Carlos Mazzeo – UNESP
Armando Boito – UNICAMP
Bernadete Wrublevsky – UFSC
Caio Navarro de Toledo – UNICAMP
Carlos Lozano - Colômbia
Carolus Wimmer – Venezuela
Celso Frederico – USP
Domenico Losurdo – Itália
Edmilson Costa – ICP
Edmundo Dias Fenandes – UNICAMP
Eduardo Serra – UFRJ
Francisco Teixeira – UECE
Ivan Pinheiro – Advogado
Isabel Monal – Cuba
Ivana Jinkings – Jornalista
Ivo Tonet – UFAL
Jair Pinheiro – UNESP
Jorge Grespan – USP
José Meneleu Neto – UECE
José Paulo Netto – UFRJ
Lincoln Secco – USP
Luciano Martorano – Cientista Político
Lúcio Flávio de Almeida – PUC-SP
Luiz Bernardo Pericás – escritor
Marcos Cassim – USP
Marcos Del Roio – UNESP
Maria Beatriz Abramides – PUC-SP
Marly Vianna – UFSCAR
Massimo Modonesi (México)
Mauro Iasi – UFRJ
Michel Löwy - França
Michael Zaidan Filho – UFPE
Miguel Urbano Tavares - Portugal
Milton Pinheiro – UNEB
Muniz Ferreira – UFBA
Nelson Souza – Sociólogo
Neusa Maria Dal Ri – UNESP
Pablo Lima – UFMG
Paulo Alves de Lima – Economista
Paulo Barsotti – FGV-SP
Paulo Cunha – UNESP
Paulo Santos Silva – UNEB
Pavel Blanco Cabrera – México
Raul Mateos Castels – Livreiro
Ricardo Antunes – UNICAMP
Ricardo Costa – FDR
Roniwalter Jatobá - Escritor
Serge Wolikow – França
Sergio Lessa – UFAL
Sergio Prieb – UFSM
Silvia de Bernadinis – Itália
Sílvio Almeida – USJT
Sofia Manzano – Unicamp
Valério Arcary – Cefet - SP
Virginia Fontes – UFF
Vito Gianotti – Jornalista
Zuleide Faria de Melo – UFRJ

NOVOS TEMAS

Revista do Instituto Caio Prado Jr.

Copyright © Instituto Caio Prado Jr.

Projeto gráfico
Quarteto Editora

Revisão de texto
José Carlos Sant'Anna

Capa
Criança Morta, pintura a óleo de Candido Portinari.

Arte finalização
Designconceito

Novos Temas: Revista de debate e cultura marxista, nº 04. Salvador: Quarteto; São Paulo: ICP; Ano III, set. de 2011.

Semestral

ISSN 2175-6279

Vários colaboradores

1. Estudos Sociais. Crítica marxista - Periódicos I. Instituto Caio Prado Jr.

CDD -335.3

Indíces para catálogo sistemático

1. Crítica marxista 335

Todos os direitos desta edição reservados à:
Instituto Caio Prado Jr.
Rua Doutor Alfredo Éllis, 183, sala 124 - Bela Vista
São Paulo – SP
CEP 01322-050
Telefone: (11) 6683-0459
miltonpinheiro.1871@gmail.com
sofiamanzano@uol.com.br

Quarteto Editora
Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213
Edificio Golden Plaza, sala 702 e 1009 - Iguatemi
41275-000 – Salvador – Bahia
Telefax: (71) 3452-0210 –
Email: quarteto.livros@compos.com.br

Apresentação

A Revista Novos Temas traz, neste número, o seu primeiro dossiê que trata da questão da Comuna de Paris quando essa experiência de luta pelo poder, realizada pelos trabalhadores franceses, em especial pelos parisienses, faz 140 anos. Trata-se de um debate que tem motivado intelectuais e militantes marxistas na compreensão e aprofundamento do que representou a luta dos trabalhadores parisienses de 18 de março a 28 de maio de 1871. Foram 72 dias em que o futuro da humanidade esteve em disputa e os trabalhadores, que lutaram nas barricadas de Paris e que foram massacrados pelas tropas da contra-revolução, motivaram uma nova vaga revolucionária pós-primeira guerra mundial, com a Revolução Russa de 1917.

Neste dossiê, apresentamos, a partir da maturação do debate, da pesquisa e dos estudos, que, no decorrer do presente ano está movimentando os marxistas e revolucionários em encontrar pistas, conexões e perspectivas do que foi a Comuna de Paris, qual o seu legado histórico. Tem textos de intelectuais acadêmicos que tem grande envolvimento com a luta de classes em nosso país e que trouxeram para o debate recortes interpretativos que possibilitam entender a Comuna não como exemplo, mas como lição.

Publicamos os artigos dos professores João Quartim de Moraes, que discute as questões da Guerra franco-prussiana, da revolução e da contra-revolução na França, em especial de 1870 a 1871, levando em considerações os antecedentes históricos, a posição de Marx e Engels sobre a Comuna e a reflexão sobre esse episódio histórico. Milton Pinheiro apresenta um debate sobre a Comuna de Paris a partir da Guerra, da instalação da dualidade de poder no decorrer dos episódios da Comuna e a discussão da possibilidade da transição que foi derrotada. O historiador Osvaldo Coggiola discorre sobre as relações da primeira internacional operária e a Comuna de Paris, utilizando-se dos clássicos para enfrentar esse debate. Mauro Iasi oferece um debate sobre a Comuna

de Paris numa construção metafórica sobre as raízes terrenas da crítica ao céu. Paulo Barsotti trata da auto-emancipação dos trabalhadores e da necessidade da destruição do Estado. O Professor Antônio Carlos Mazzeo entra no debate de Lênin e a Comuna e, por fim, mas não por último, o cientista político e tradutor Luciano Martorano desenvolve a questão da socialização e Comuna no pensamento de Karl Korsch.

Esperamos, com esse número, contribuir para debater e aprofundar o acontecimento histórico que é considerado como a primeira revolução operária de nossos tempos, ao tempo em que homenageamos os trabalhadores, homens e mulheres que tombaram nas barricadas de Paris em defesa da humanidade. Aos comunardos que foram fuzilados no muro do cemitério Père-Lachaise, a bandeira vermelha que vocês levantaram continua sendo a bandeira da emancipação humana sob qual todos nós, marxistas e revolucionários lutamos.

Os Editores

Sumário

Apresentação

11 Guerra, revolução e contra-revolução na França (1870-1871)
João Quartim de Moraes

33 A Comuna de Paris: guerra, dualidade de poder e Transição Derrotada
Milton Pinheiro

49 A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris
Osvaldo Coggiola

73 A Comuna de Paris: as raízes terrenas da crítica ao céu
Mauro Luis Iasi

91 Auto-emancipação dos trabalhadores e destruição do estado
Paulo Barsotti

103 Notas Sobre Lênin e a Comuna
Antonio Carlos Mazzeo

117 Socializacão e Comuna em Karl Korsch
Luciano Cavini Martorano

Artigos

Guerra, revolução e contra-revolução na França (1870-1871)*

*João Quartim de Moraes***

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Domenico Losurdo teve o mérito de examinar, com profundidade, em livro que conquistou merecido reconhecimento internacional[1], o que podemos chamar *paradoxo congênito* do sufrágio universal: serviu, no dia 10 de dezembro de 1848, para conduzir à presidência da república o aventureiro reacionário Luís Bonaparte, que recebeu 5,5 milhões de votos, contra 1,5 milhão para seu oponente, o general Cavaignac, cujo maior trunfo eleitoral era ter esmagado a ferro e fogo a rebelião dos operários parisienses em 23-26 de junho daquele mesmo ano[2]; os demais candidatos, juntos, receberam 400.000 votos.

Um paradoxo não é um absurdo ou disparate, apenas um atropelo do que parecia lógico, no caso, que a conquista, pelos operários e pelos trabalhadores em geral, do direito de votar conduziria à eleição de candidatos opostos à ordem iníqua do capital. Tampouco os paradoxos escapam à lógica,

* **João Quartim de Moraes** é professor de Filosofia da UNICAMP. Possui artigos e livros publicados.

* Este artigo é uma versão revista e inteiramente corrigida pelo autor, que o ampliou em vários tópicos, da comunicação apresentada em 22 de maio de 2001 no Colóquio organizado pelo CEMARX/UNICAMP, marcando os 130 anos da Comuna de Paris (1871-2001). A comunicação foi publicada sob o título "Marx, Engels e Lênin perante a Comuna de Paris", no livro *A Comuna de Paris na História* (organizado por Armando Boito), p. 83-108, São Paulo: Cemarx/Xamã 2001.

1 Cf. LOSURDO, Domenico. *Democrazia o bonapartismo*. Torino: Bollati Boringhieri, 1993.

2 "A repressão da insurreição efetuou-se com uma cólera inacreditavelmente desenfreada.[...] Sem examinar, soldados, guardas nacionais e guardas mobilizados traspassavam com as baionetas todos que estivessem usando o blusão (do trabalhador)". MILHAUD, Albert. *Histoire contemporaine*. Paris: Cornely, 1900, p. 176. O livro, destinado ao ensino médio, reflete consenso geral sobre as atrocidades cometidas pelas forças do general Cavaignac, nomeado ditador.

apenas obedecem a causas mais complexas do que as aparentes. No *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx explicou, com insuperável precisão analítica, por que o tão almejado sufrágio universal serviu para levar ao poder um acabado cafajeste, como diríamos hoje. (Entre nós, ao voltar a exercer, em 1989, após 29 anos, o direito de eleger o presidente da república, o corpo eleitoral escolheu um pífio play-boy que nem ao menos conseguiu saquear os cofres-públicos com a secular competência das "elites" políticas tradicionais).

O 18 Brumário é o escrito de Marx mais utilizado e elogiado por não-marxistas e anti-marxistas, não apenas porque só a ignaros escapa sua magistral arquitetura e inexaurível densidade, mas principalmente pela crítica que desenvolve da máquina estatal, imensa jibóia estrangulando a sociedade... O interesse dos intelectuais liberais e social-democratas pela crítica do aparelho de Estado é, porém, muito seletivo. Desconsideram a tese fundamental, reiterada na conclusão do livro (é preciso *destruir* esse gigantesco aparelho de opressão *a serviço do capital*), para pôr a crítica de Marx a serviço do "anti-estatismo" liberal-burguês: a "sociedade civil" contra "o" Estado (entendamos, burgueses e proletários irmanados contra "a" burocracia). Isso provavelmente explique porque é tão pouco citada uma passagem notável do início do *18 Brumário* (capítulo 1), que contrapõe "[...] os países de velha civilização (alt-zivilisierten Ländern) com uma estrutura de classe muito desenvolvida e condições modernas de produção, nos quais a *República* constitui *em geral somente(nur) a forma de transformação política da sociedade burguesa (die politische Umwälzungform der bürgerlich Gesellschaft)* e não sua *forma conservadora de existência* (*konservative Lebensform*)", aos Estados Unidos, "[...] onde as classes já constituídas, mas ainda não tendo se fixado, em vez disso trocam e substituem constantemente seus elementos constitutivos, onde os meios de produção modernos, em vez de corresponder a uma super-população estagnante, antes compensam a falta relativa de cabeças e de braços e onde, enfim, o movimento jovem e febril da produção material, que tem um mundo novo para conquistar, não teve nem tempo nem ocasião para destruir o velho mundo espiritual"[3].

Marx aí delineia, a partir do estudo da primeira forma política da contra-revolução burguesa (o bonapartismo reacionário de Luís Napoleão), a dialética das relações econômicas e das formas do poder político, na perspectiva de determinar as condições em que *poderá haver revolução*. Nos Estados Unidos, nos diz Marx, a forma republicana, com todas suas liberdades, reforça a ordem estabelecida, exatamente porque as relações capitalistas de produção têm um mundo a conquistar, ao passo que no Velho Mundo a república tende a ser social, isto é, a funcionar como forma de transformação (de subversão, do ponto de vista burguês) da ordem estabelecida, porque esta generaliza a proletarização e o desemprego. (Não faltam as aspas depois de "nos diz Marx"?)

A instrumentalização do sufrágio universal pela ditadura bonapartista havia, entretanto, deixado claro que por si só ele não confere caráter socialmente transformador à forma

[3] MARX, K.; ENGELS. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: *Ausgewählte Werke*, II, Berlin, Dietz Verlag, 1978, p. 317. Mantivemos em itálico as passagens que assim se encontram no original. Já havíamos chamado a atenção para essa notável análise de Marx em "Continuidade e ruptura no pensamento de Marx". In: *A obra teórica de Marx*. São Paulo: Cemarx/Chamã, 2000, p. 26-27.

republicana no Velho Mundo. Após ter conduzido o Napoleão o pequeno à presidência, em dezembro de 1848, ele serviu para "legitimar", através de dois plebiscitos, sua transformação em imperador. O passo decisivo foi dado com o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851: a Assembleia Nacional foi fechada pelos esbirros do regime e a tentativa de insurreição republicana de 3-4 de dezembro rapidamente esmagada. Em clima terrorista, os franceses foram convocados para um plebiscito nos dias 14 a 20 de dezembro. Por 7 milhões de votos, contra 600.000 que disseram "não", aprovaram o estupro do poder legislativo e o massacre dos republicanos, como já haviam aprovado o dos proletários. Um ano depois, em 4 de novembro de 1852, outro plebiscito caucionou, por 7.839.000 "sim" contra 253.000 "não", a metamorfose do ditador em imperador Napoleão III.

Nas primeiras eleições legislativas do chamado II Império, em 1857, os áulicos e fâmulos do regime mantiveram maciça maioria: 5.471.000 votos, praticamente os mesmos de 1848, contra 665.000 para a oposição republicana. Mas, em 1863, a oposição obteve cerca de 2 milhões de votos. A crise econômica de 1866-67 ampliou a desafeição pelo regime imperial, cujos candidatos obtiveram, em 1869, 4.438.000 votos, contra 3.355.000 para a oposição. Embora tenham se apresentado alguns candidatos operários, a maioria do proletariado votou na oposição republicana. Mas era sobretudo nas frentes de trabalho que crescia a mobilização operária, reativada desde 1865 em toda a França, nos mais diversos ramos da produção. A vaga de fundo das greves foi desencadeada em 1869:

> Elas eclodem em toda parte, em Sotteville-lès-Rouen, em Saint-Etienne, em Rive-de-Gier, em Firminy, em Lyon, em Elbeuf, em Aubin, em Carmaux, em Marseille, em Vienne, em Grenoble, em Paris etc. Nelas se envolvem as mais diversas corporações: dos sapateiros, da fiação de lã, dos curtumes, dos chapeleiros, dos coureiros, dos metalúrgicos, dos mineiros etc. As operárias nelas desempenham papel importante, como as trabalhadoras da seda de Lyon, que, durante a greve, aderem à Internacional. Progressivamente, aliás, a teoria proudhoniana da mulher dentro de casa recua, combatida por Varlin, que teve a audácia de inscrever nos estatutos da Sociedade de poupança dos operários encadernadores de Paris a igualdade de direitos entre operários e operárias. A repressão foi brutal [...]. Em La Ricamarie, na noite de 15 para 16 de junho, houve treze mortos. Alguns meses depois, em 8 de outubro, em Aubin, no Aveyron, houve quatorze e o ministro Lebeuf ousou condecorar o capitão Guasserand, que tinha mandado abrir fogo.[4]

Exímio manipulador do sufrágio universal por via de plebiscitos, o pequeno Bonaparte cedeu um pouco, incumbindo Émile Ollivier, chefe da ala liberalizante do regime, de chefiar um novo ministério. Em seguida, submeteu ao corpo eleitoral o seguinte texto: "[...] O povo aprova as medidas liberais operadas na Constituição a partir de 1860 e ratifica o decreto do

[4] BRUHAT, J.; Dautry, J.; TERSEN, Émile, *La Commune de 1871*. 2. ed. revista e ampliada, Paris: Éditions Sociales, 1970, p. 49.

Senado (*sénatus-consulte*) de 20 de abril de 1870" (que adotava medidas liberalizantes). Para a oposição moderada, votar "não" seria opor-se à liberalização. Sete milhões votaram "sim", contra 1.500.000 republicanos consequentes, que votaram "não". Com este ambíguo, mas amplo triunfo, o imperial escroque sentiu-se autorizado a lançar a operação militar com a qual imaginava restaurar sua já gangrenada imagem política: a guerra contra a Prússia, poder emergente na Europa central. A declaração de guerra, feita *d'un coeur léger* (com o coração leve), segundo a frase ainda mais odiosa do que leviana de Ollivier, suscitou imediata tomada de posição dos operários ligados à I Internacional, que lançaram, a 12 de julho de 1870 um manifesto pela paz dirigido "aos trabalhadores de todos os países". Os operários alemães, a despeito da guerra ter sido provocada pelo governo francês, também se mobilizaram pela paz.

2. DA GUERRA À REVOLUÇÃO

O veredito das armas deu logo razão aos prussianos, que, em três dias, de 4 a 6 de agosto de 1870, destroçaram os franceses em Wissemburg, Froeschwiller e Forbach, conquistando a Alsácia e rumando para a Lorena. A pífia conduta dos generais do II Império só foi ultrapassada pelo próprio imperador, que no dia 2 de setembro se entregou aos inimigos em Sedan. Diante da notícia da vergonhosa capitulação, as notabilidades burguesas tentam ganhar tempo, enquanto a população parisiense, decidida a enterrar o já apodrecido regime imperial, ocupa o Corpo Legislativo, exige e consegue a proclamação da república no dia 4 de setembro. Mas aproveitando a ausência de uma direção revolucionária organizada, os chefes burgueses instituem um "governo de defesa nacional" majoritariamente composto por eles próprios. Marx, com razão, classificou-o de "governo da defecção nacional".

Para continuar a guerra e defender Paris, era indispensável mobilizar e armar a população, que se incorporou à Guarda Nacional, formando 254 batalhões com 384.000 homens, praticamente toda a população mobilizável. Esse exército popular, coordenado por um comitê central em que predominavam dirigentes operários membros da Internacional, entre os quais Varlin, um dos grandes heróis da Comuna, organizou-se a partir de cada rua e de cada bairro. Sua convivência com as organizações da velha máquina estatal, exército e polícia, notadamente, não podia deixar de ser tensa. Mas a iniciativa política estava com as massas. Entre 22 de setembro e o final de outubro de 1870, foram múltiplas e constantes as manifestações, algumas defensivas (contra o truculento chefe de polícia Kératry), outras de propaganda revolucionária.

No dia 31 de outubro, exasperado com as notícias da pouco gloriosa capitulação do general Bazaine em Metz, do fracasso das escaramuças com que o general Trochu, incumbido do comando militar da capital, fingia empenhar-se em romper o cerco prussiano e do insucesso da tentativa, empreendida por Thiers, de obter apoio diplomático das potências europeias não envolvidas na guerra, o povo de Paris, guardas nacionais à frente, reúne-se na praça do *Hôtel-de-Ville*, exigindo a destituição dos incapazes e bradando "Viva a Comuna". A sede do poder municipal foi ocupada sem luta no fim do dia. O governo de "defesa nacional", cercado, prometeu convocar eleições. Os revolucionários chegaram a proclamar um governo próprio (com

Delescluze, Flourens e Millière), mas, enquanto discutiam entre si e negociavam os termos da renúncia de seus prisioneiros, dois deles (Picard e Ferry) conseguiram escapar do *Hôtel-de-Ville* e alertar os batalhões da guarda nacional dos bairros burgueses, bem como as "brigadas móveis", compostas de camponeses bretões que não falavam francês. Sem direção coerente, o levante perdeu ímpeto. Para evitar o confronto armado, recuou, com a promessa (que, previsivelmente, não seria cumprida) de que os chefes da sublevação não seriam perseguidos. Em vez de eleições para um novo governo, foi convocado, no estilo do ex-imperador, um plebiscito perguntando "[...] se o governo desfrutava ainda da confiança da população parisiense". Houve 557.996 votos "sim" contra 62.638 "não". Se as manobras militares do governo fossem tão hábeis quanto as políticas, talvez os prussianos acabassem batendo em retirada.

Apesar do conforto que lhes trouxera o grande triunfo do plebiscito manipulado, os chefes burgueses e aristocratas da "defesa nacional", entre os quais pontificava o solerte Thiers, inquietavam-se com o povo parisiense muito mais do que com os prussianos, com os quais, após uma nova série de derrotas em todas as frentes, eles já estavam negociando a capitulação. O frio e mais ainda a fome, feridas abertas no corpo dos pobres, conferiram forte valor de troca a "produtos" até então sem valor de uso. Em novembro, na entrada do inverno, uma ratazana custava de 2 a 3 francos, um cachorro 10 francos o quilo. (O salário diário de um soldado da guarda nacional era de um franco e meio, ou seja, o equivalente de meia ratazana). Não era esta, evidentemente, a dieta de Thiers e parceiros. Não consta que tenham perdido o apetite nem experimentado aquelas carnes exóticas. O problema deles era que, além de famélico e congelado, o povo estava armado. Urgia entender-se de vez com Bismarck para poder cuidar da "ordem social". No dia 28 de janeiro de 1871, foi assinado um armistício, com duração de três semanas, durante as quais seria convocada "[...] uma Assembléia livremente eleita, que se pronunciaria sobre a questão de saber se a guerra devia continuar ou em que condições a paz devia ser feita".

Eleita às pressas, sem tempo para nenhuma campanha ou mesmo discussão séria, no dia 8 de fevereiro, com a capital cercada e quarenta e três departamentos ocupados pelo inimigo, a Assembleia refletia os equívocos e fragmentações da situação catastrófica em que se encontrava a França. Os camponeses, boa parte dos quais, como notou amargamente Lissagaray, sequer "[...] podiam dizer onde ficava a Alsácia"[5], votaram em notabilidades rurais, muitas das quais pertencentes a velhíssimas famílias da aristocracia feudal, como os La Rochefoucauld, Noailles, Broglie, Haussonville, Harcourt, Tocqueville. Nos centros urbanos, triunfaram os republicanos, mas, no conjunto, a direita e, em geral, os partidários da ordem social estabelecida saíram vitoriosos. Reunida em Bordeaux, dia 13 de fevereiro, a Assembleia não perdeu tempo: no dia 15 suprimiu os *trente sous*, ou seja, um franco e meio (o *sou* era uma pequena moeda de bronze ou níquel que valia 1/20 do franco), pagos diariamente aos soldados da Guarda Nacional. Só os que fornecessem a seus oficiais um "certificado de indigência" continuariam a recebê-lo. Para defender a pátria, os pobres teriam assim de reivindicar o estatuto de mendigos. (Note-se que a indústria parisiense empregava, em 1870, cerca de 600.000 trabalhadores; no início de 1871, o número tinha caído para 114.000, dos

[5] LISSAGARAY, *Histoire de la Commune de 1871*, p. 82.

quais 62.000 mulheres). No dia 10 de março, seguindo a mesma inspiração, foi ab-rogada a moratória de todas as dívidas (aluguéis, promissórias etc.).

Enfim, na madrugada de 18 de março, Thiers empreendeu traiçoeira tentativa de roubar os canhões que defendiam Paris, para levá-los para longe do povo em armas. Entretanto, executada com incompetente lentidão (faltaram carroças para carregar os canhões), a manobra perdeu o efeito de surpresa. Na colina de Montmartre, onde se encontrava o principal depósito de peças de artilharia, a população, alertada pelas sentinelas da Guarda Nacional, deu o alarme geral. Mesmo as tropas regulares encarregadas do roubo recusam-se a atirar na multidão. Informado do fracasso, Thiers fugiu de Paris para se refugiar em Versalhes, cidade-palácio dos últimos reis da monarquia absoluta, onde chegou, desmoralizado, no dia seguinte. Os generais Lecomte (que em vão tentara fazer suas tropas atirar no povo) e Clément Thomas (um dos carniceiros da repressão em junho de 1848) foram sumariamente executados pela multidão. A guerra franco-prussiana transformara-se em guerra civil entre burgueses e proletários franceses.

Em Paris, no dia 19, o Comitê central da Guarda nacional proclamou-se "novo governo da república". Mas sua preocupação maior, expressa nos primeiros comunicados que emitiu no mesmo dia, foi convocar o povo "para fazer eleições comunais", que proporcionariam "a única recompensa" que esperavam, "ver estabelecer a verdadeira República"[6]. Realizadas no dia 26, com calma notável para as dramáticas circunstâncias, elas definiram a composição do "Conselho comunal de Paris", que passou à história com o nome de "Comuna de Paris". No dia 28, o Comitê central da Guarda Nacional transmitiu-lhe solenemente o poder.

3. MARX E ENGELS: APOIO CRÍTICO, SOLIDARIEDADE PLENA

Entre a queda do regime imperial em 2 de setembro de 1870 e a revolução proletária no dia 18 de março de 1871, Marx e Engels manifestaram, tanto publicamente quanto em sua correspondência, muita inquietação diante da perspectiva de que a bancarrota política e militar do "baixo império", numa situação "extremamente difícil", estimulasse a "loucura desesperada" de tentar "[...] derrubar o novo governo quando o inimigo golpeia quase nas portas de Paris". A ponderação se encontra no segundo manifesto da Internacional sobre a guerra franco-prussiana (*Seconde Adresse du Conseil Général de l'Internationale sur la Guerre Franco-Allemande*) datado de 9 de setembro de 1870. No dia 6, congratulando-se com Engels pela ida de Serrailler a Paris, ele tinha frisado que a presença deste era indispensável num momento em que toda a seção francesa[7] (da Internacional) se pôs a caminho de Paris para ir lá fazer besteiras em nome da *Internacional*. "[...] Eles querem derrubar o governo provisório, *estabelecer a Comuna de Paris*, nomear Pyat[8] embaixador da França em Londres etc. (grifo

[6] Ib., p. 117.

[7] Marx serviu-se da expressão inglesa *French branch*.

[8] Félix Pyat era um desses radicais falastrões, sincero em suas convicções, mas confuso, briguento e trapalhão.

nosso). [...] Os operários devem cumprir seu dever de cidadãos; mas eles não devem, porém, se deixar arrastar pelos *souvenirs* nacionais de 1792"[9].

Entrementes, as secções parisienses da Internacional haviam lançado um manifesto cujo "[...] tom patrioteiro (*chauvin*) mostra quanto os trabalhadores franceses ainda estavam sob o domínio da fraseologia vazia e confirma todas as apreensões de Marx e de Engels"[10]. Este, no dia 7, assim as expressou àquele:

> Esses homens, que suportaram Badinguet[11] durante vinte anos, que, seis meses atrás, não puderam impedir que ele obtivesse seis milhões de votos contra um milhão e meio e que sem razão ele os lançasse contra a Alemanha, essa gente exige agora, porque os alemães vencedores lhes *deram de presente* uma república – e que república! – que os alemães deixem imediatamente o solo sagrado da França, senão: *guerra até o fim*. Continuam a imaginar como outrora que a França é superior, que seu solo foi santificado em 1793 e que nenhuma das ignomínias praticadas desde então pela França não poderia profaná-la, que a palavra República é sagrada.

Entretanto, a partir da jornada revolucionária de 18 de março e do desencadeamento da guerra civil entre de um lado a Guarda Nacional e os operários de Paris, e do outro, as tropas remanescentes do exército imperial, que obedeciam às ordens da alta burguesia instalada em Versalhes, Marx e Engels fizeram a solidariedade com a Comuna passar adiante de qualquer outra consideração, como mostram os textos que escreveram durante a febril agitação do grande combate histórico.

Entre os escritos que Marx consagrou à Comuna estão (ou estavam, posto que quase todas foram perdidas) as cartas diretamente enviadas a dirigentes do proletariado revolucionário (Serrailler[12], Frankel[13], Varlin[14]), três cartas preservadas para correspondentes alemães,

---

[9] MARX 1968, p. 289. Itálico no original. Em 1792, quando os exércitos da contra-revolução absolutista atacavam a França, o povo se mobilizou com a palavra de ordem "a pátria está em perigo" e repeliu os invasores. *Marx met en garde contre la transposition automatique de cet mot d'ordre à la situation de 1870*.

[10] Cf. Nota do editor de *La guerre civile en France*. Paris: Éditions Sociales, 1968, op. cit. p 11.

[11] Um dos apelidos do Napoleãozinho.

[12] Auguste Serrailler era operário da indústria de sapatos. Foi dirigente da Comuna; condenado à morte à revelia, refugiou-se na Inglaterra, onde assumiu, em 1872, a função de secretário correspondente do Conselho Geral da Internacional para a França.

[13] Originário da Hungria, Frankel exercia o ofício de ourives. Fixou-se ainda bem jovem na França, onde se tornou membro da I Internacional. Foi eleito para o Conselho da Comuna. Bateu-se corajosamente. Ferido nas barricadas da *rue du faubourg Saint-Antoine*, durante a Semana Sangrenta, foi salvo por Elisabeth Dmitrieff, fundadora da União das Mulheres. Condenado à morte, refugiou-se na Inglaterra, onde atuou muito próximo de Marx. Desenvolveu, nos anos seguintes, intensa atividade de organização dos operários na Europa Central. V votou pela expulsão de Bakunine da AIT. Em 1890 participou do Congresso de fundação da II Internacional, da qual foi durante os poucos anos que lhe restavam viver (morreu de pneumonia em 1896) um destacado militante.

[14] Filho de camponeses pobres, Eugène Varlin trabalhou como encadernador em Paris. Muito ativo na militância de classe, aderiu a I Internacional pouco após sua fundação. Defendeu ardorosamente a igualdade de direitos das mulheres. Foi preso muitas vezes por participação nas greves articuladas pela AIT. Eleito conselheiro da

dois "ensaios de redação" de *A guerra civil na França* e o *Pronunciamento* (*Adresse*) *do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT, mais conhecida por I Internacional), o primeiro, redigido provavelmente em abril e início de maio de 1871, o segundo antes do massacre desencadeado em 21 de maio, já que Marx nele se refere ao previsivelmente trágico desfecho como ainda não tendo ocorrido (diz "se eles vencerem" referindo-se a Thiers e sócios) e, enfim, o *Pronunciamento*, escrito entre 21 e 30 de maio, durante e logo após a "semana sangrenta".

No dia 6 de abril de 1871, três semanas apenas após a tomada do poder pelo proletariado parisiense na gloriosa jornada de 18 de março, em carta endereçada a Wilhelm Liebknecht, Marx expressa a solidariedade irrestrita e a admiração veemente que lhe suscitava o heróico "assalto ao céu" e o fazia acompanhar com apaixonada concentração cada episódio da grande tragédia histórica que se desenrolava na capital da França, sem, contudo, perder a lucidez crítica:

> Os parisienses sucumbem, é evidente, e por culpa deles próprios, mas uma culpa que se deve, em suma, a um excesso de *honnêteté*[15]. O Comitê Central e, mais tarde, a Comuna deixaram a Thiers, esse *maléfico aborto*[16], tempo para concentrar as forças inimigas; 1) porque não quiseram, por tolice, começar a *guerra civil*, como se Thiers não a tivesse primeiro começado ao tentar desarmar Paris pela força, como se a Assembléia Nacional chamada a decidir da guerra ou da paz com os prussianos não tivesse desde logo declarado a guerra *à república*! 2) Para não serem acusados de ter usurpado o poder, perderam um tempo precioso para eleger a Comuna, cuja organização etc. exigiu tempo, em vez de marcharem sobre Versalhes logo após a derrota da reação em Paris (*place Vendôme*). Não creias numa só palavra do que os jornais escrevem sobre os acontecimentos internos de Paris. Não passam de mentiras e imposturas. Nunca essa suja rabiscadura jornalística burguesa tinha se manifestado com tal estardalhaço.

Na carta a Kugelmann, datada de 12 de abril, quando o destino da Comuna ainda não estava selado, Marx, antes de retomar as observações críticas formuladas uma semana antes na carta a Liebknecht (não ter tomado a iniciativa militar e ter perdido, com o processo eleitoral, tempo decisivo para o destino da revolução), chama a atenção de seu correspondente para a conclusão do *18 Brumário de Luís Bonapart*:

Comuna, bateu-se valentemente até o fim. No último dia dos massacres promovidos pelos versalheses triunfantes, foi reconhecido por um padre, conduzido a Montmartre, onde lhe vazaram um olho e o espancaram até a morte. A Igreja Católica foi infame do começo ao fim da Comuna, perenizando seu ódio na Abadia de Montmartre, erguida com doações da burguesia eufórica para comemorar o massacre dos "communards".

[15] Nas citações, mantemos em itálico os termos que estão em francês no original.

[16] No original *mischievous* (em inglês), *avorton* (em francês).

> [...] (nela) saliento, como verás se a releres, que a próxima tentativa da revolução na França deverá consistir não mais em transferir para outras mãos a máquina burocrática militar, como ocorreu até agora, mas em *destruí-la*. É a condição primeira de qualquer revolução verdadeiramente popular no continente. É também o que tentaram nossos heróicos camaradas de Paris.[...] A história não conhece exemplo tão grandioso. Se sucumbirem, somente a 'alma bondosa' deles será a causa.

A revolução em ato põe em evidência os erros estratégicos. Mas a Kugelmann, que, em carta de 15 de abril, lamuriava-se das previsíveis consequências de uma previsível derrota:

> A derrota privará novamente o movimento operário de seus chefes, por tempo bastante longo. Não subestime esta desgraça! Em minha opinião o proletariado tem no momento muito mais necessidade de educação do que da luta com armas na mão. Imputar o insucesso a um acaso qualquer não é recair no erro que o *18 Brumário* censura de maneira tão convincente nos pequenos-burgueses?

ele responde, em 17 de abril, que

> Seria evidentemente muito cômodo fazer a história se só devêssemos travar a luta com chances infalivelmente favoráveis. De outro lado, esta história seria de natureza muito mística se os 'acasos' não desempenhassem nela nenhum papel. Estes casos fortuitos entram naturalmente na marcha geral da evolução e ficam compensados, por sua vez, por outros acasos. Mas a aceleração ou a desaceleração dependem muito de 'acasos' semelhantes, entre os quais figura o 'acaso' do caráter dos chefes[...].

Em *A guerra civil na França*, Marx traçou um quadro preciso dos protagonistas (especialmente notável é o retrato de Thiers, *gnôme malfaisant*)[17], da correlação de forças, das medidas sociais adotadas pela Comuna, do que estava em jogo na grande tragédia parisiense e, sobretudo, ele salientou a radical socialização do poder político realizada por esta primeira expressão histórica do poder proletário. Não escondeu, entretanto sua inquietação diante dos erros militares dos "Communards", que faziam prever o cerco e o aniquilamento da insurreição do povo de Paris. No segundo ensaio de redação, quando o círculo de fogo contrarrevolucionário se fechava implacável sobre os "communards", ele apontou enfaticamente, retomando a análise desenvolvida vinte anos antes no *18 Brumário*, para o caráter contrarrevolucionário assumido pela centralização burocrática do Estado francês, mostrando que a dominação burguesa exigia o "império", isto é, a ditadura policial-militar de Napoleão III (e, por extensão, a forma ditatorial-militarista e policialesca do Estado capitalista):

[17] Cf. *La guerre civile en France*. Paris: Éditions Sociales, 1968, p. 182.

> O Estado, que parece ter se erguido acima da sociedade civil, torna-se ao mesmo tempo a estufa de todas as corrupções dessa sociedade. Seu completo apodrecimento e o apodrecimento da sociedade que ele devia salvar foram desnudados pelas baionetas da Prússia, mas esse regime imperial é a tal ponto a forma política inevitável da 'ordem', a ordem da sociedade burguesa, que a própria Prússia só pareceu destruir sua sede central em Paris porque a estava transferindo para Berlim. O Império não é somente, como seus predecessores, monarquia legítima, monarquia constitucional e república parlamentar, uma das formas políticas da sociedade burguesa; ele é ao mesmo tempo sua forma mais prostituída, mais acabada e a última. É o poder de Estado da dominação de classe na época moderna, pelo menos no continente europeu.[18]

Essa previsão concretizou-se não só no fascismo e no nazismo, mas também no "império" num sentido diferente, ainda que não incompatível com aquele utilizado por Marx, a saber o que foi teorizado por Lênin a partir de Hobson e Hilferding: imperialismo, partilha do mundo pelos trustes e cartéis, transferência para os continentes colonizados dos aspectos mais opressivos da exploração capitalista, duas guerras mundiais, invenção e uso da arma nuclear, etc. Mas ela só se confirmou parcialmente. Ao longo da segunda metade do século XX, a democracia liberal, mais exatamente, o liberalismo de conteúdo democrático, economicamente confortado pela pilhagem e exploração imperialista e preocupadíssimo em combater politicamente o poderio soviético, então caminhando para o auge, mostrou-se, em graus variáveis, permeável a múltiplas conquistas trabalhistas e democráticas do movimento operário e sindical. O avanço planetário do comunismo aconselhava aos agentes do capital aceitar reformas para evitar revoluções. Nos países europeus que iniciavam, sob tutela estadunidense, a construção do "mercado comum", a burguesia se compôs com a social-democracia, aceitando reformas avançadas como alternativa à revolução social. Durante mais de trinta anos, o complexo dos direitos trabalhistas incorporados às sociedades burguesas tornou crediível o "capitalismo de bem-estar". Marx não previu essa possibilidade histórica. Sob o forte impacto do massacre da Comuna, enfatizou unilateralmente o pólo fascista (="imperial") do poder de Estado burguês. Entretanto, a Europa do fim do século XX e do início do XXI, atrelada ao furor bélico estadunidense pela máquina de guerra da OTAN, infectada pelo vírus purulento do neofascismo, politicamente desmobilizada pelos governos social-imperialistas de "centro-esquerda", volta a dar razão às previsões pessimistas de 1871.

O próprio Marx, entretanto, em alguma medida relativizou, exatamente a propósito da Comuna, a afirmação do caráter irreversivelmente terrorista do Estado burguês. Em carta pouco citada, sem dúvida por suscitar alguma perplexidade, que enviou em 22 de fevereiro de 1881 *à la social-démocrate hollandaise a F. Domela-Nieuwenhuls*[19], ele comentou a experiência revolucionária de 1871 em termos mais secos:

---

[18] ibidem, p. 272-273.

[19] Cf. MARX, K.; ENGELS. *La Commune de 1871* (cartas e declarações). Paris: Union Genérale d'Éditions, 1971, p. 255-256 e MARX, K.; ENGELS. *Correspondance*. Moscou: Éditions du Progrès, 1971, p. 347-349.

> [...] abstração feita de que se tratava de uma simples sublevação de uma cidade em condições excepcionais, a maioria da Comuna não era socialista e nem podia sê-lo. *Com um mínimo de bom senso, ela poderia entretanto ter obtido de Versalhes um acordo útil a toda a massa do povo, única coisa que era possível atingir naquele momento*. Se tivesse se apropriado do Banco da França, ela teria logrado assustar os falastrões *de Versalhes* (nós grifamos)[20].

Não parece fácil, ao menos à primeira vista, harmonizá-la com tudo mais que ele escreveu a respeito da Comuna. Bem analisada, porém, além da evidente diferença de tom, ela só contém uma expressão discutível, aquela que nós sublinhamos. Contestável porque manifestamente superestima a eventual disposição à negociação por parte dos contrarrevolucionários. Nem por isso deixa de conter uma boa parte de verdade. Imaginar que a Comuna poderia ter integralmente triunfado, consolidando na França, entre a rainha Vitória e Bismarck, o poder operário, é levar o otimismo bem mais além do que permite o raciocínio estratégico minimamente comprometido com a espessura dos fatos. Se um triunfo completo estava fora do horizonte histórico, alguma negociação se impunha. Se tivessem conquistado Versalhes e se apoderado do ouro do Banco da França, os "communards" poderiam talvez ter tido destino mais propício do que o massacre.

4. A COMUNA COMO CONCRETIZAÇÃO DA DITADURA DO PROLETARIADO

No *Pronunciamento*, que é a versão definitiva de *A guerra civil na França*, Marx expôs as características essenciais do poder político revolucionário da Comuna de Paris. Melhor do que resumir uma síntese como esta, inigualável pela concretude e pela densa precisão, é reproduzir toda a passagem:

> A Comuna foi composta de conselheiros municipais, eleitos pelo sufrágio universal nos diversos bairros (*arrondissements*) da cidade. Eram responsáveis (por seus atos) e revocáveis a qualquer momento. A maioria de seus membros eram, obviamente, operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser não um organismo parlamentar, mas um corpo em ação, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e a qualquer momento revocável. O mesmo ocorreu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os escalões inferiores, a função pública devia ser exercida mediante *salários de operários* [21].

[20] ibidem, p. 348.
[21] *La guerre civile en France*, op. cit, p. 41-42

Ultrapassagem radical das instituições políticas burguesas, nomeadamente da separação liberal dos poderes entre um executivo burocrático e um parlamento de falastrões, a Comuna aboliu a categoria da "representação" (=transferência aos "representantes" do poder dos "representados"). Meros mandatários, os conselheiros municipais não eram donos de seus mandatos, podendo ser destituídos em qualquer tempo pelo povo soberano. As funções públicas, políticas ou administrativas, remuneradas com salários equivalentes aos dos operários, deixavam de ser uma sinecura. Enfim, a Comuna retomou o princípio federativo da Convenção Nacional de 1792, organizando-se sobre a base do poder local.

Embora não conheçamos nenhum escrito de Marx posterior a 1871 que retome explicitamente a análise da dinâmica social da "forma republicana", parece-nos evidente, à luz da experiência da Comuna e a despeito dela ter apenas esboçado, numa cidade duplamente sitiada, e num curtíssimo período histórico, a forma do poder político do proletariado, que as questões conexas da "república social" e da democracia já não mais podiam se colocar como antes. Em especial, o fato de que a república tenha sido preservada na França sobre a paz de cemitério imposta pelo massacre dos "communards" mostrou que ela era compatível com a conservação das relações capitalistas de produção, como continua sendo, cento e trinta anos depois, sob o nome de "democracia liberal", sob a tutela financeira, diplomática e militar do império estadunidense. Mesmo na mais democrática república burguesa, o poder do dinheiro tende a manter o dinheiro no poder. A miséria política da Itália berlusconizada não nos deixa mentir.

Coube a Engels, que sobreviveu doze anos a seu amigo de sempre, tirar as conclusões teórico-programáticas e táticas da nova situação. Já não era mais possível considerar a república a forma política da transformação social no continente europeu, como fizera Marx em O *18 Brumário*. Ela representa, sem dúvida, um avanço relativamente às formas imperiais do poder de Estado, resultantes, como o Reich alemão, da centralização monárquica de um poder de origem feudal, ou, como o II Império francês, da manipulação reacionária de plebiscitos. Mas, como ele observa no final da *Introdução* à edição alemã de 1891 de *A guerra civil na França* (em que presta homenagem aos vinte anos da epopeia de 1871, cujo desenrolar acompanhara, como Marx, passo a passo), referindo-se especialmente à Alemanha de então, onde prosperava "[...] a veneração supersticiosa do Estado e de tudo que a ele se refere": "[...] Acreditam ter dado um passo prodigiosamente audacioso ao se libertarem da fé na monarquia hereditária e entusiasmarem-se pela república democrática. Na realidade, porém, o Estado nada mais é do que *uma máquina para a opressão de uma classe por outra* e isso, bem entendido, *não menos numa república democrática* (grifo nosso) do que na monarquia [...]". Mas é na peroração final dessa *Introdução* que Engels formula a mais importante lição histórica da epopeia dos "communards": "[...] Ultimamente o filisteu social-democrata foi tomado de um terror sagrado ao ouvir pronunciar a expressão ditadura do proletariado. E bem, senhores, querem saber com o que se parece essa ditadura? Olhem para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado"[22].

[22] ENGELS, Introdução de 1891 a *La guerre civile en France*, ib., p. 301-302.

Engels voltou a se referir à Comuna em 1895, ano de sua morte, na *Introdução* a *As lutas de classe na França 1848-1850*, coletânea de artigos de Marx que até então não tinham sido reunidos em forma de livro. Com um olho posto nos franceses e outro nos alemães q, discute a tática do movimento operário à luz de meio século de combates, de Paris em 1848 e 1871 a Berlim em 1895:

> Com a Comuna de Paris, acharam que o proletariado combativo estava definitivamente enterrado. Mas, ao contrário, é da Comuna e da guerra franco-alemã que data seu mais formidável desenvolvimento. A completa transformação de todas as condições da guerra pelo recrutamento de toda a população apta a empunhar as armas em exércitos cujos efetivos se contam por milhões, as armas de fogo, os obuses e os explosivos de efeito desconhecido até então [...] puseram bruscamente fim ao período das guerras bonapartistas e asseguraram o desenvolvimento industrial pacífico, tornando impossível qualquer guerra que não seja uma guerra mundial de inédita crueldade e cujo desfecho seria absolutamente incalculável[23].

A estupenda compreensão histórica de Engels permitiu-lhe prever, dezenove anos antes do desencadeamento da grande carnificina liberal-imperialista, a dimensão mundial e a "inédita crueldade" que assumiria "uma guerra mundial". (Que diria de Hiroshima e de Nagasaki?). Mas, no horizonte histórico da Europa de 1895, parecia razoável supor que o poder destrutivo das novas armas exerceria efeito dissuasivo sobre os meios militaristas das potências europeias, exorcizando o horrível espectro do triunfo universal da morte e tornando plausível a hipótese de um "desenvolvimento industrial pacífico". O efeito dissuasivo das novas armas afetaria também o recurso à insurreição por parte das massas proletárias. "[...] Outrora, havia as relativamente pouco eficazes balas e obuses da artilharia; atualmente há os obuses de percussão dos quais basta um só para estraçalhar a melhor barricada"[24]. O novo urbanismo dos grandes *boulevards* tinha também contribuído para tornar bem mais difíceis os combates de rua. "[...] Seria insensato o revolucionário que escolhesse os novos distritos operários do norte e do este de Berlim para um combate de barricadas"[25].

Entretanto, o avanço eleitoral do partido socialista alemão, que se servia melhor do que os franceses do sufrágio universal, instituído por Bismarck em 1866, parecia ter afastado essas perspectivas catastróficas. Ao esmagamento da Comuna de Paris, os proletários alemães tinham respondido pela resistência pacífica e pelo combate eleitoral. "[...] Mostrado a seus camaradas de todos os países como servir-se do sufrágio universal, eles lhes tinham fornecido uma nova arma das mais afiadas"[26]. Com efeito, após resistir vitoriosamente aos doze anos de ilegalidade (1878-1890) a que os tinha condenado a lei de exceção de 1878, os

---

[23] ENGELS, Introdução de 1895 a *Les luttes de classe en France*. Paris : Éditions Sociales, 1974, p. 22-23.
[24] Ib., p. 29.
[25] Ib., p. 30.
[26] Ib., p. 24.

social-democratas tinham se tornado um grande partido de massa. Já em 1890, obtiveram a maior porcentagem dos votos para o Reichstag (19,8%); em 1893, atingiram 23,4%. Um revolucionário deve ser otimista. A possibilidade de levar adiante o combate pelo socialismo pela via da luta de massas e da disputa do voto pouparia à população as inevitáveis atrocidades da guerra. Como não saudar essa perspectiva? Por isso, analisando concretamente a situação, concreta, considerou tática correta, para a Alemanha de então, a participação nas eleições e não as formas armadas e insurrecionais de luta. Mas o otimismo socialista não o fez perder de vista a possibilidade de conjunturas históricas mais sombrias. Sabia muito bem que, no plano dos princípios, as alternativas insurreição ou voto, luta armada ou luta pacífica, são táticas, posto que concernem aos meios (forma de luta e de organização) e não aos fins (o programa comunista), mas também que meios e fins se interpenetram dialeticamente na lógica da ação, tornando fugidia e imprecisa a linha divisória entre decisão tática e objetivo programático. Só a situação concreta pode indicar a melhor tática a seguir. Por isso mesmo, Engels evita fórmulas peremptórias e generalizações apressadas.

Dessa necessária cautela aproveitaram-se os oportunistas de então para deturpar sua análise. Cortaram do texto da Introdução tudo aquilo que não convinha à tese de que a luta política da classe operária deveria circunscrever-se no âmbito da legalidade burguesa, atendo-se aos métodos eleitorais, de maneira a sugerir insidiosamente que era essa a lição que Engels tinha tirado do massacre da Comuna. Este, porém, viveu ainda o suficiente para desmascará-los em duas de suas últimas cartas, uma de 1º de abril de 1895, endereçada a Kautsky, outra, escrita em francês dois dias depois (datada de 3 de abril) e endereçada de Londres a P. Lafargue:

A Kautsky:

> Vejo hoje com espanto no *Vorwaerts* (órgão central da social-democracia alemã, do qual W. Liebknecht era o chefe de redação), um extrato de minha introdução, reproduzido sem meu conhecimento e arranjado de maneira a me fazer aparecer como um adorador da legalidade a qualquer preço. Por isso tanto maior é meu desejo de que a introdução apareça sem cortes em *Neue Zeit* (órgão teórico da social-democracia alemã) afim de que esta impressão *vergonhosa* seja apagada. Direi muito claramente a Liebknecht minha opinião sobre este assunto, bem como àqueles, sejam quem forem, que lhe deram esta ocasião de *desnaturar* minha opinião" (Carta a Kautsky; grifos nossos).

A Lafargue:

> W. [Liebknecht] acaba de me pregar uma bela peça (*joli tour*). Ele extraiu de minha introdução aos artigos de Marx sobre a França de 1848-1850 tudo que pode lhe servir para sustentar a tática *a todo custo pacífica e antiviolenta* que lhe apraz defender, há algum tempo [...]. Mas essa tática, eu só a preconizo *para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva*. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não

> poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderá amanhã se tornar inaplicável.[27]

Menos de vinte anos após a morte de Engels, justificando *a posteriori* sua firmeza contra os semeadores de ilusões, o culto pacífico da legalidade a qualquer preço transformou-se, pela dialética perversa do oportunismo social-democrata, em social-patriotismo belicoso. A força é a *ultima ratio* da dominação de classe; o grau de violência da luta política é menos uma escolha dos oprimidos do que uma imposição das classes dominantes. Renunciar por princípio a responder pela violência das massas à violência dos opressores é renunciar unilateralmente a um meio ao qual a burguesia não hesita em recorrer em momentos decisivos.

5. CONTRA A PAZ DOS CEMITÉRIOS

A história não confirmou a expectativa otimista da Introdução de 1895. Longe de desenvolver-se pacificamente, a grande indústria gerou trustes e cartéis monopolistas, empenhados, com apoio da máquina bélica de seus Estados respectivos, em tenaz disputa pelos territórios coloniais e pelo controle do mercado mundial. A despeito do protesto de Engels, a peça que lhe pregou W. Liebknecht continuou a inspirar o "pacificismo" dos chefes da II Internacional. Apresentando as eleições e a eventual conquista da maioria parlamentar pelos social-democratas como via decisiva, senão única, para o socialismo, eles desarmaram politicamente a classe operária. A traição é um poço sem fundo. Ao estourar a grande guerra entre as potências europeias, confirmando a antevisão de Engels, aqueles mesmos dirigentes oportunistas que, em respeito à ordem vigente, haviam erigido os métodos pacificamente eleitorais em via exclusiva para o socialismo, aderiram, sempre ordeiros, aos métodos armados de solução dos conflitos internacionais. Postos diante da violência radical da guerra, passaram a pregar o resignado caminho do matadouro. Votaram, em seus respectivos parlamentos, a favor dos créditos bélicos e apoiaram os governos de seus países na transformação da força de trabalho em carne de canhão. Reduziram-se assim a lava e a magma ensanguentadas as exaltantes esperanças (partilhadas até 1914 por toda a II Internacional) de que a classe operária europeia, emancipando-se, emancipasse a humanidade.

Para reconstruir o movimento revolucionário do proletariado, desmoralizado pela prostituição guerreira da maioria dos chefes social-democratas, cumpria discernir, em plena carnificina, as linhas de ação que permitiriam travar a guerra de classes contra a guerra imperialista. A estatura histórica e intelectual de Lênin assumiu toda sua grandeza ao enfrentar vitoriosamente essas gigantescas tarefas históricas. A ênfase na violência revolucionária e na destruição da máquina do Estado burguês, nas quais os filisteus e hipócritas veem a prova de sua mentalidade "totalitária", corresponde ao grito de guerra contra a guerra, de luta de vida ou morte contra os mercadores de canhões e outros matadores profissionais, portanto

[27] As duas cartas foram reproduzidas na Note des Éditeurs a *Les luttes de classe en France*, p. 8-9, nota 1. Ver também Marx, Engels, *Correspondance*, Moscou, Éditions du Progrès, 1971, p. 528-529. Foi preciso esperar o triunfo da revolução bolchevique para que fosse publicado o texto integral da Introdução de Engels.

à necessidade de destruir os aparelhos e arsenais bélicos. (Hoje, com o acúmulo de meios nucleares de destruição, ela é ainda mais premente do que ontem).

A Comuna de 1871 ofereceu a Lênin, entre muitas outras lições, a mais importante referência histórica de *O Estado e a Revolução*, obra decisiva para a reativação do marxismo revolucionário. Lembrando que ela já provocara a única retificação introduzida no *Manifesto comunista* por seus autores, no prefácio da edição alemã de 1872 ("[...] a Comuna demonstrou [...] que a classe operária não pode se contentar de tomar a máquina do Estado, toda pronta, e de fazê-la funcionar a seu próprio serviço"), ele enfatiza a necessária consequência que Marx e Engels tiraram desta constatação: romper pela força da revolução a máquina do Estado[28]. Retificando, por sua vez, perante a nova situação histórica, a ressalva que fizera Marx na carta a Kugelmann de 12 de abril de 1871, de que no *continente europeu* a revolução teria de ser violenta, ele argumenta que, aceitável em 1871, "[...] quando a Inglaterra era ainda um modelo de país puramente capitalista, mas sem militarismo e numa larga medida, sem burocracia", onde, portanto, "[...] a revolução [...] parecia possível e o era, com efeito, *sem* (grifado por Lênin) destruição prévia da máquina do Estado", a restrição ao "continente" da exigência de quebrar com uma revolução violenta a máquina do Estado, não era mais válida "hoje" (em 1917), "[...] época da primeira grande guerra imperialista", em que a "[...] Inglaterra, como a América, maiores e últimos representantes da 'liberdade' anglo-saxônica no mundo inteiro (ausência de militarismo e de burocratismo) se atolaram completamente no pântano europeu, lamacento e sangrento, das instituições militares e burocráticas"[29]. O Estado é máquina de guerra: guerra de classes como em 1871, guerra interimperialista, como em 1914.

Os chefes oportunistas da II Internacional tinham pensado exorcizar o espectro da guerra civil atendo-se estritamente aos métodos eleitorais e parlamentares. Mas, ao ocultarem a perspectiva da violência (à qual os exploradores nunca renunciam), conseguiram apenas transferi-la da luta de classes para a guerra interimperialista. Em si, a paz é sempre preferível à guerra, como a vida é preferível à morte. Mas, quando o apego exclusivo às formas pacíficas de luta se converte sub-repticiamente em renúncia aos princípios programáticos, a tática eleitoral e as polêmicas parlamentares passam a servir, inconfessadamente, a uma *outra* estratégia, a da colaboração de classes. Desencadeada a guerra imperialista, os social-patriotas continuaram ordeiros e disciplinados, mas agora para o fornecimento de carne para canhão. Haviam colaborado com a paz social; passaram a colaborar com a paz dos hospitais e cemitérios, contribuindo para que milhões de proletários fossem enviados parra morrer ou ser mutilados nos campos de batalha.

As questões táticas não são em si mesmas questões de princípio. Mesmo porque não dependem de uma fria escolha técnica. Não há a melhor tática em si, somente táticas adequadas à situação concreta. Enfatizamos que até a insurreição de março 1871, Marx opôs-se enfaticamente a um levante proletário em Paris. Quando, porém, a violência revolucionária

[28] Este prefácio, assinado por Marx e Engels, está datado de 24 de junho de 1872. Cf. LÊNIN. *Oeuvres*, Paris-Moscou: tome 25, 1970, p. 447-448.

[29] Cf. LÊNIN, ib., p. 448-449.

das massas, respondendo à violência contrarrevolucionária da classe dominante, assumiu formas insurrecionais, ele manifestou de todas as maneiras que pôde sua profunda solidariedade com o combate do povo parisiense, mesmo sabendo serem muito duvidosas as perspectivas de sucesso. Na hora dos braseiros, olhou para a luz. Sua atitude foi muito bem resumida por Lênin:

> Mas, em que pesem todos os erros, a Comuna é o mais grandioso modelo do mais grandioso movimento operário do século XIX. Marx avaliava altamente o alcance histórico da Comuna: se, quando a quadrilha de Versalhes empreendeu a traiçoeira tentativa de apoderar-se das armas do proletariado parisiense, os operários houvessem-nas deixado arrebatar sem luta, a funesta desmoralização que semelhante fraqueza teria semeado nas fileiras do movimento proletário haveria sido muitíssimo mais grave do que o dano ocasionado pelas perdas que sofreu a classe operária no combate em defesa de suas armas[30].

Observamos acima que a vitória dos "communards" estava fora das probabilidades históricas, mas não um desfecho bem melhor que o massacre. Segundo Lênin,

> Dois erros aniquilaram os frutos de uma brilhante vitória. O proletariado deteve-se na metade do caminho: em vez de proceder à "expropriação dos expropriadores", deixou-se arrastar por sonhos a respeito do estabelecimento de uma justiça suprema no país, unida por uma tarefa nacional comum; instituições como, por exemplo, os bancos não foram tomados: a teoria proudhoniana da "troca justa" etc reinava ainda entre os socialistas. O segundo erro consistiu na excessiva magnanimidade do proletariado: em lugar de exterminar seus inimigos, procurou exercer influência sobre a moral deles, menosprezando a importância, na guerra civil, das ações puramente militares e, em vez de coroar sua vitória em Paris com uma decidida ofensiva sobre Versalhes, contemporizou, dando ao governo de Versalhes tempo para reunir as forças das trevas e preparar-se para a semana sangrenta de maio[31].

O segundo erro é uma variante do primeiro, os dois consistindo em não levar o combate às últimas e mais decisivas consequências. Nos "Três planos de relatório sobre a Comuna de Paris", redigidos provavelmente na primeira semana de maio de 1904, Lênin aponta, além de outros "pontos fracos" da Comuna, os dois principais, repetidos em cada um dos planos: "[...] não tomaram os bancos, não marcharam sobre Versailles"[32]. Quanto à "excessiva magnanimidade", é fato que Thiers e acólitos mandavam matar sumariamente os prisioneiros rebeldes, ao passo que os "communards" executaram alguns poucos chefes reacionários que no

---

[30] Ensinamentos da Comuna. In: *Proletari* nº 25, 12 de março de 1908; cf. *Obras*, 13, p. 500.
[31] LÊNIN, ib., p. 500.
[32] LÊNIN. Três planos de relatório sobre a Comuna de Paris. *Oeuvres*, tome 41, p. 105, 108 e 110)

passado tinham se ilustrado como carniceiros. Ainda assim, a execução sumária de Clément Thomas e Lecomte, responsáveis pela tentativa de roubo dos canhões que defendiam Paris, não foi decidida pela Comuna, mas obra dos "soldados exasperados"[33].

Obviamente, tivessem os "communards" se mantido no poder, teriam podido retificar erros iniciais. Por isso, a segunda falha (não marchar sobre Versailles) foi mais grave do que a primeira. Mas, segundo o próprio Lênin, esses erros práticos remetem a uma ilusão de fundo:

"Insurgido contra o antigo regime, o proletariado assumiu duas tarefas, uma nacional, outra social: libertação da França da invasão alemã e libertação socialista dos operários do jugo do capitalismo. A reunião dessas duas tarefas constitui a característica mais original da Comuna". xxA burguesia formava, então, o "governo da defesa nacional", sob cuja direção o proletariado devia combater pela independência da nação. Tratava-se em realidade de um governo de "traição do povo", que considerava sua missão lutar contra o proletariado parisiense. Porém, cego por suas ilusões patrióticas, o proletariado não se dava conta disso. A idéia de patriotismo provinha da Grande Revolução do século XVIII; ela tomou conta das mentes dos socialistas da Comuna; e Blanqui, por exemplo, que era sem dúvida alguma um revolucionário e um fervoroso partidário do socialismo, não encontrou melhor título para seu jornal do que o angustioso grito de 1792: "A Pátria em Perigo!.". No *Pronunciamento* da Internacional de setembro de 1870, Marx colocou o proletariado francês em guarda contra o perigo de deixar-se levar pelo entusiasmo de uma falsa idéia nacional[...]"[34].

Milton, aquele XX em vermelho no meio do texto não é meu, já estava no original. Não tenho como me imiscuir nessa passagem.

Blanqui poderia sem dúvida ter encontrado um título melhor para seu jornal, mas a homenagem que lhe rendeu o próprio Lênin é mais do que merecida. Que tenha havido conjunção do patriotismo e do socialismo é inegável. Afinal, a causa direta do levante popular de 2 de setembro de 1870 foi a indignação geral contra o fiasco militar do decrépito II Império. Mesmo no levante de 18 de março, que teve inequívoco caráter de classe, também estavam presentes motivos patrióticos: os versalheses tentaram roubar de Paris canhões pagos com dinheiro arrecadado do povo para defender-se dos prussianos. Foi exatamente por compreender que os republicanos burgueses preparavam não a resistência, mas a capitulação, que o proletariado assumiu a defesa nacional. Sem dúvida, a França de 1871 não era mais a de 1792:

> [...] profundas mudanças haviam-se operado desde os tempos da Grande Revolução; os antagonismos de classe se agravaram e se a luta contra a reação de toda a Europa unia então o conjunto da nação revolucionária, agora o proletariado já não podia mais confundir seus interesses com os de outras classes, que lhe são hostis. Que a burguesia arque com a responsabilidade da humilhação nacional! A tarefa do proletariado é lutar para emancipar pelo socialismo o trabalho do jugo da burguesia[35].

---

[33] Ib., p. 110.

[34] LÊNIN. Ensinamentos da Comuna, op. cit., p. 499-500.

[35] LÊNIN, ib., p. 500. Não pretendemos aqui sequer esboçar uma visão de conjunto de Lênin sobre a Comuna

Parece-nos, entretanto, que também interessava ao proletariado que a França não se tornasse um protetorado de Bismarck e do II Reich. A presença prussiana em território francês era um fato incontornável, que a Comuna teria de enfrentar se tivesse tomado Versalhes.

6. A COMUNA NA POSTERIDADE

A historiografia de inspiração liberal e social-democrata, empenhada em "desconstruir" não somente o marxismo, mas também a própria ideia de revolução, acusa Marx e, mais ainda, Engels e Lênin, de terem se apropriado da experiência da Comuna, sobrevalorizando a participação dos militantes da Internacional, principalmente dos marxistas. Os liberais franceses, em 1871, estavam do lado dos versalheses e os social-democratas de hoje distinguem-se muito dificilmente dos liberais. Pode-se discutir se a Comuna foi ou não, como sustentaram Engels e Lênin, a primeira expressão concreta da ditadura do proletariado, ou ainda, como dirá Lênin após 1917, considerando a Revolução de Outubro como a segunda, a primeira etapa da revolução proletária. Sem gastar tempo com polêmicas, atemo-nos, a propósito destas alegações, às observações que seguem.

No que concerne ao peso específico dos militantes marxistas, notaremos apenas que, se não foram os mais numerosos, estiveram entre os mais lúcidos e generosos. Referimos acima que o internacionalista Varlin, bem antes das proletárias de Paris demonstrarem, no combate revolucionário, coragem e determinação igual à dos proletários, havia aberto uma brecha na doutrina preconceituosa de Proudhon (*la femme au foyer*), exigindo direitos iguais para homens e mulheres na cooperativa de poupança dos gráficos de Paris.

Quanto à "ditadura do proletariado", a expressão não era, sem dúvida, predominante no vocabulário do proletariado parisiense. Mas os revolucionários levavam-na a sério, contrariamente a *democracia*, cujo valor positivo, ligado ao processo revolucionário de 1789-1794, e preservado, durante a primeira metade do século XIX, enquanto referência histórica das correntes políticas herdeiras do legado daquela revolução, desqualificou-se no Segundo Império. O regime imperial, com efeito, pretendeu dele se apossar, apresentando-se como "democracia plebiscitária". Conseguiu desacreditá-lo aos olhos dos meios revolucionários. Assim, em 1852, Blanqui ironizava: "[...] O que é então, por favor, um democrata? Essa é uma palavra vaga, banal, sem acepção precisa, uma palavra de borracha"[36]. A dinâmica revolucionária de 1870-1871 revalorizou o léxico político. Os "communards" rejeitaram a "república burguesa", preconizando a república democrática e social. As palavras-chave de seu vocabulário eram *comuna*, *república* e *federação*.

Enfim, para concluir, examinaremos, com o apoio da historiografia marxista francesa posterior, aquela que nos parece a mais decisiva observação crítica de Marx, retomada por

---

de Paris, presente do início ao fim de sua obra e ação revolucionária (remonta, com efeito, a 1894 seu primeiro escrito e a 1920 sua última referência registrada sobre o tema). Comentamos apenas passagens que concernem diretamente aos argumentos que desenvolvemos.

[36] DUBOIS, J.. *Le vocabulaire politique et social en France de 1869 à 1872*. Paris: Larousse, 1962, p.109.

Lênin, a respeito do trágico desfecho da Comuna. Reconhecendo plenamente sua pertinência, Emile Tersen e Jean Dautry analisaram a fundo o que chamam de "inação militar" do Comitê Central da Guarda Nacional. Lembram que, no dia 19 de março, "o homem de Versalhes" (Thiers) "[...] conseguiu dificilmente reunir em torno da Assembléia uma tropa de 12.000 homens extenuados, desanimados, prontos todos a entrar em acordo com a insurreição parisiense. Ele precisava, antes de mais nada, ganhar tempo [...]"[37]. Tanto mais que, em sua fuga precipitada no dia 18 de março, os contrarrevolucionários deixaram para trás mais de 400.000 fuzis, 1.740 canhões (dos quais apenas 320 foram utilizados) e a munição correspondente[38].

Durante vários dias, segundo os mais diversos testemunhos, Versalhes ofereceu o espetáculo de uma "cidade em pânico"[39]. A Guarda Nacional parisiense, bem armada e municiada, exaltada pela vitória de 18 de março, "[...] podia avançar sobre Versalhes, afastar, na certa sem sequer travar combate[40], os magros obstáculos que se opusessem a sua marcha, talvez capturar a Assembléia [...]. No mínimo, o resultado teria sido assegurar à capital uma larga zona de segurança e de abastecimento, permitindo ao campesinato pobre fazer causa comum com Paris e chegando à luta armada, que de qualquer modo era inevitável, em bem melhores condições"[41]. Por que permaneceu inativa? As falhas e irresponsabilidades de alguns de seus comandantes oferecem apenas pequena parte da explicação. O inepto Lullier, que deixou sair livremente de Paris, em 23 de março, o 69º regimento de linha (de resto, revelou-se, mais tarde, um traidor covarde)[42], foi logo substituído, no comando militar revolucionário, por três enérgicos militantes, Brunel, Duval e Eudes. Muito popular no bairro de Gobelins, o coronel Duval, em 18 de março, tomou a prefeitura de polícia e em 26 de março foi eleito para a Comuna, que o designou membro da comissão executiva e da comissão de guerra, conferindo-lhe ademais o posto de general. Já no dia 18, ele insistira junto ao comitê central da Guarda Nacional em prosseguir a ofensiva popular rumo a Versalhes. Só foi ouvido no dia 3 de abril, quando as forças da contra-revolução já se tinham rearticulado. Ainda assim, tentou atingir Versalhes pelo sul. Cercado pelos versalheses, foi fuzilado sumariamente, em Petit Bicêtre, no dia 4 de abril.[43]

Um dos principais fatores invocados para explicar a inoperância militar do Comitê Central logo em seguida ao 18 de março foi o temor de um ataque prussiano em apoio aos versalheses. O temor existia, mas o argumento esquece que Bismarck só decidiu apoiar os versalheses depois que (a) o caráter revolucionário do levante de 18 de março ficou evidente; (b) Thiers cedeu a todas suas exigências. Desde então, engrossando suas tropas com prisio-

---

37 Cf. *La Commune de 1871*, ib., p. 230-A. (Os textos dos capítulos deste livro são apresentados em duas colunas. Seguimos o costume de chamar de A a coluna da esquerda e de B a da direita).

38 Ib., p. 236-A.

39 Ib., p. 122-A.

40 'Teria bastado uma boa cacetada para tomar tudo". SEMPRONIUS. *Histoire de la Commune de Paris*. Paris: 1871, p. 96. Cf. ib., p. 122-A, nota 7.

41 ib., p. 122-A.

42 Sobre Lullier, cf. ib., p. 122-A, nota 8.

43 Recolhemos os dados sobre Duval e os que seguem sobre Dombrowski nas notas biográficas em apêndice a *La Commune de 1871*, ib., p. 428-429.

neiros de guerra libertados *ad hoc* pelo comando prussiano, Thiers foi adquirindo a grande superioridade bélica que lhe permitiu aniquilar a Comuna.

Ao longo do mês de abril e no início de maio, travou-se a batalha pelas zonas rurais circundantes e pelos subúrbios. Os "communards" sofreram trágicos reveses, que não se explicam todos pela superioridade de armamentos do inimigo. Alguns decorreram de pura e simples irresponsabilidade, ou, talvez, traição, mas o assunto é controvertido entre os historiadores; o mais provável é que tenham ocorrido ambas. O pior ocorreu na noite de 3 para 4 de maio, no reduto de *Moulin Saquet*, defendido por 500 homens da Guarda Nacional. Os versalheses, tendo dominado as sentinelas, massacraram cerca de 50 soldados da Comuna que dormiam em suas tendas, levando cinco peças de artilharia e cerca de 200 prisioneiros.

Mesmo a semana de agonia (21 a 28 de maio) começou com falhas militares. No domingo, 21, muita gente tinha comparecido a um concerto nas *Tuilleries*, em benefício das viúvas e dos órfãos, sem levar em conta que o número de umas e de outros iria logo mais aumentar exponencialmente. Às 15h00, um certo Jules Ducatel, empregado dos serviços viários[44] (sem dúvida um dos numerosos agentes da reação, que tinha organizado em Paris toda uma rede de traidores) assinalou às tropas atacantes que o setor da porta de *Saint-Cloud* estava desprovido de defensores. "[...] Ele subiu no bastião 64, agitou um lenço branco e gritou para os soldados entrincheirados: "– Entrem, não há ninguém". Destacamentos do 37º de linha entraram então em Paris onde a última luta ia começar[45].

É verdade que a violência da artilharia versalhesa explica em parte o recuo dos defensores das portas de Paris. Mas, como nota Tersen, lembrando que, no dia 19 de maio, enquanto o bombardeio contrarrevolucionário se fazia mais intenso, a Comuna estudava a questão dos teatros, seguramente menos urgente, fica clara sua "[...] indiferença [...] perante as questões militares"[46]. Não, porém, a de todos os seus membros. Dombrowski[47], que ocupa lugar de primeiro plano nos anais da luta armada revolucionária, nomeado comandante militar geral da Comuna no início de maio, quando, infelizmente, a correlação de forças já era demasiado desfavorável, informado, com muito atraso, de que os versalheses tinham penetrado em Paris, solicitou imediatamente reforços para repelir os atacantes. Não os tendo recebido, evacuou, após denodada resistência, os bairros de *Auteuil* e *Passy*. Daí em diante, o infernal círculo de fogo da burguesia contrarrevolucionária foi se apertando, implacável, em torno dos proletários que tinham pretendido tomar o céu de assalto. No dia 23, Dombrowski foi mortalmente ferido numa barricada da rua *Myrtha*, em Montmartre. O "communard" Vermorel, que também tombaria logo depois, pronunciando seu elogio fúnebre, proclamou-o

---

[44] Em francês : Ponts et Chaussées.

[45] Cf. ib., p. 253-B. O texto entre aspas no interior do trecho citado remete a Lissagaray, ib., p. 315. E acrescenta em nota (p. 253-B, nota 4): "[...] Ducatel recebeu a Légion d'Honneur, que nunca foi tão mal intitulada. Desfilou, no dia 29 de junho, à frente de uma divisão. Em agosto, *Le Figaro,* que já tinha suas tradições, abriu em seu favor uma lista de contribuições que lhe rendeu 100.000 francos."

[46] Cf. ib., p. 255-A e a nota 2.

[47] O polonês Jaroslaw Dombrowski, oficial de carreira do exército imperial russo, preso em Varsóvia em 1862 por participar de um projeto de insurreição, deportado para a Sibéria de onde fugiu para a França, foi reconhecidamente o melhor chefe militar da Comuna.

"herói da República universal". Milhares de "communards" merecem o mesmo título, entre os quais, certamente o próprio Vermorel.

A Comuna de Paris: guerra, dualidade de poder e Transição Derrotada

*Milton Pinheiro**

Ode à Revolução

A ti,
A quem dirigiram
Sarcásticos ataques;
A ti,
Martirizada por aviltantes grilhões,
Dedico entusiasmado,
Em meio a chuvas de impropérios,
Solenes odes.
Ao maquinista
Coberto pelo pó de carvão
E ao minerador que carcome os mananciais
Dedicas o louvor
Com unção,
Glorificando o trabalho dos homens.
Tuas feridas lambes, para curá-las,
E vejo novamente desobstruídas tuas veias.
– Três vezes maldita!
Diz o filisteu.
– Mil vezes gloriosa!
Te glorifica o poeta.

Maiakóvski

* **Milton Pinheiro** é professor de Ciência Política da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, pesquisador do Neils (PUC/SP), e editor da revista Novos Temas. É autor e organizador dos livros, *K. Marx: intérprete da contemporaneidade, Outubro e as Experiências Socialistas do Século XX e Caio Prado Júnior: história e sociedade*, publicados pela Quarteto Editora.

O contexto da revolução de 1848 e a derrota dos trabalhadores introduziram na cena política a República[1] e o papel reacionário da burguesia. A partir desse momento da história, afirma-se um projeto de classe que será antagônico aos trabalhadores, a burguesia perde as suas características

[1] Cf. AGULHON, M.. *1848 – O aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

progressistas, assume o seu lado conservador e projeta-se como classe dominante, manifestando-se assim como estrutura.[2]

A burguesia consegue constituir-se em força hegemônica com a vitória na última revolução burguesa do século XIX. Esse fenômeno se aprofunda com o golpe de 18 brumário e em especial com o surgimento de algo que passamos a chamar de bonapartismo. Essa reação é na verdade a primeira forma de ditadura burguesa e constitui-se também num acordo das frações de classe para impor um projeto de dominação. O bonapartismo, que nós conhecemos, aparece de forma concreta na história das lutas entre a burguesia e o proletariado, confirmando-se como uma ação para executar as tarefas da revolução burguesa. Trata-se de uma forma política para impedir um novo ascenso das massas, em particular no decorrer das contradições que imperavam na sociedade francesa de 1848 a 1870.

O bonapartismo se concretiza a partir de algumas características do processo político, podemos afirmar que a existência de equilíbrio entre os projetos em disputa, onde nenhuma das classes, ou frações de classe, consegue ter a hegemonia social e a capacidade para impor a sua dominação política é denotativa dessa perspectiva. Além disso, o bonapartismo se apresenta como uma alternativa populista, construindo pontes com segmentos populares, pela capacidade de articulação com o campesinato, base social de extrema relevância na França do último quartel do século XIX. Napoleão III, um líder carismático, com grande percepção conjuntural, articulado pela presença do campesinato na sua base social, na sua base de sustentação, se estabelece até 1870. Ou seja, o bonapartismo é consequência do equilíbrio entre as classes, da falta de hegemonia política e de um líder com base social a serviço de uma articulação das diversas frações de classe da burguesia.

> Em realidade, era a única forma de governo possível, num momento em que a burguesia já havia perdido a capacidade para governar o país e a classe operária ainda não a havia adquirido. O Império foi aclamado de um extremo a outro do mundo como o salvador da sociedade. Sob sua égide, a sociedade burguesa, livre de preocupações políticas, atingiu um desenvolvimento que nem ela mesma esperava. Sua indústria e seu comércio adquiriram proporções gigantescas; a especulação financeira realizou orgias cosmopolitas; a miséria das massas ressaltava sobre a ultrajante ostentação de um luxo suntuoso, falso e vil. O poder estatal, que aparentemente flutuava acima da sociedade, era de fato o seu maior escândalo e o viveiro de todas as suas corrupções[3].

Essa forma política de gerência do Estado implementou algumas ações estabelecendo um projeto de dominação, que levou até as últimas conseqüências medidas que se afirmam como execução das tarefas da revolução burguesa. Temos a partir daí um amplo desenvolvimento capitalista que se consolidou com o avanço da industrialização, com o desenvolvimento das

---

[2] Podemos encontrar esse debate no livro: POULANTZAS, N.. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971.

[3] MARX, K.. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 196.

relações capitalistas de produção, com a grande urbanização e com a aventura da perspectiva de conquista colonial (tentativa de colocar um imperador austríaco no trono do México)[4].

Essas ações de afirmação do capitalismo vão ter implicações culturais, sociais e políticas. A burguesia se fortalece de forma acentuada no período de 1850 a 1870, quando seus lucros ultrapassaram os 300%, enquanto o salário cresceu apenas 45%.

A partir de 1862, os trabalhadores franceses já tinham conhecimento do que ocorria na Inglaterra. Começaram a desenvolver lutas específicas e conquistam algumas vitórias. Entram em contato com o conjunto das lutas que ocorriam no continente. Em 1864 é fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)[5], que passa a ter um papel preponderante na organização das lutas dos trabalhadores. Todavia, logo vão sofrer, na França, uma grande repressão política, comandada por Napoleão III, chegando ao acontecimento da Comuna, muito desorganizada e frágil.

O bonapartismo enquanto forma de Estado, pelo conjunto de contradições e concessões da luta política e do avanço do proletariado na França, em especial em Paris, começa a sofrer desgaste com a burguesia e com setores monárquico/clerical e, ao mesmo tempo, enfrenta o descontentamento do campesinato e o enfrentamento dos trabalhadores. Luís Bonaparte inaugura, na era contemporânea, a criação da disputa externa como instrumento político para vencer a disputa interna. E este é um dos fatores que impulsionaram a contenda de Napoleão III contra Bismarck.

A guerra franco–prussiana tem os seus primeiros sinais com a derrota da Áustria em 1866 para a Prússia. A partir daí, Bismarck parte efetivamente para unificação daquilo que se chamava de Prússia, onde ele, em 1867, criou a confederação alemã do norte, faltando apenas à anexação dos Estados do sul, e o chancelar prussiano precisava dessa unificação para formar o que seria a poderosa Alemanha. A França não queria um Estado agressivo, com essas características do Estado prussiano unificado, colado em sua fronteira.

Entram em produção de cena aspectos relevantes para a guerra franco-prussiana. Ou seja, os interesses da burguesia prussiana, representada nos canhões de Bismarck, e o desespero de Napoleão III em recuperar o seu prestígio com a burguesia francesa. O imperador via na guerra uma forma de, derrotando a Prússia, voltar a ter força política, e daí reafirmar, mais uma vez, o seu projeto de dominação burguesa sobre esse país e, talvez assim, articular a expansão da França enquanto potência capitalista e imperialista. Estamos diante, a partir

---

[4] Aliada à Inglaterra e à Espanha, a França desenvolveu uma ação imperialista no sentido da expansão colonial, quando, em 1861, mandou tropas para o México, para derrubar o governo republicano de Benito Juarez, e para colocar no trono mexicano o arquiduque austríaco, Maximiliano. Todavia, a resistência dos mexicanos foi heróica, conseguindo impingir às tropas invasoras sucessivas derrotas, que leva o imperador francês a retirar suas tropas do México em fevereiro de 1867. Em junho do mesmo ano os guerrilheiros mexicanos prendem o imperador Maximiliano e o fuzilam.

[5] A AIT foi fundada pelos trabalhadores que se encontravam desenvolvendo várias jornadas de luta durante os anos 1960 em diversas partes da Europa. Na AIT, militavam correntes políticas de concepção teórico-práticas bastante diferenciadas umas das outras. Marx e Engels deram uma importante contribuição na formação desse instrumento de luta internacionalista. Anos depois, a AIT ficaria conhecida como a I Internacional Comunista.

dessa produção de cena, de uma iminente guerra interimperialista. E para o concreto da guerra apenas faltava o requinte das provocações de teor nacionalista, afinal o patriotismo burguês é o último refúgio do canalha, e isso terminou ocorrendo[6].

Inicia-se assim a guerra franco-prussiana. No teatro de operações as tropas francesas mostraram-se taticamente incompetentes, apesar da enorme quantidade de soldados mobilizados, mas inferior nos equipamentos bélicos. Com esse roteiro, a guerra não se prolongou por muito tempo. Após várias derrotas, chegamos à batalha final com grande mortandade, o aprisionamento de 100 mil soldados franceses e a prisão do imperador Napoleão III, a França é derrotada e humilhada no dia 2 de setembro de 1870 na batalha de Sedan. Emile Zola faz uma dramática descrição daquela fuga em sua novela *O Desastre.* Diz assim:

> Como uma torrente turva fluía a multidão para os fossos de Sedan, fazendo pensar nos montões de lodo e pedras que a corrente arrasta do alto das montanhas e leva à profundidade dos vales... Acaso era possível censurar algo a esses infelizes que tinham permanecido imóveis, esperando durante doze horas consecutivas, sob os projéteis de um inimigo invisível e frente ao qual sabiam-se impotentes? Agora, as baterias inimigas os dizimavam de frente, dos flancos e pela retaguarda; o fogo cruzado era cada vez mais denso à medida que o exército fugia em procura da cidade. O extermínio, que tinha lugar no fundo do sujo fosso para o qual ia sendo precipitada essa massa humana, era total.[7]

Esse fato histórico que – a derrota em Sedan – contribui para que o bonapartismo feche o seu ciclo e inicie o seu colapso. Na França, a repercussão da guerra e a prisão do imperador, alimentaram manifestações políticas, forçando o término da monarquia e a formação de um governo provisório no dia 14 de setembro de 1870, iniciando assim a III República. Mesmo com instalação da república, as lutas continuaram, agora com o protagonismo dos trabalhadores de Paris que lutavam contra a burguesia e a sua aliança retrógrada com segmentos monárquicos. É assim que percebemos que o relógio da história está sempre em contraste com a harmonia dos conservadores.

Apesar de termos, durante esse período, um governo provisório, instala-se, pelas contradições sociais e políticas, um vazio político. Os movimentos da história se manifestam de forma célere. As massas demonstram insatisfação com as condições da derrota, o governo de defesa nacional fracassa na tentativa de acordo com Bismarck e as tropas prussianas estão nos portões medievais de Paris. Temos o levante de Lyon. Em Paris as massas trabalhadoras exigem armas para enfrentar o inimigo. No último dia de outubro Paris está em ação direta agora contra o governo de defesa nacional, que capitulou no campo de batalha em Metz, os operários e a guarda

---

[6] Por diversas vezes, Bismarck provocou a França em julho de 1870 e, como resposta, Napoleão III declarou guerra a Prússia em 19 de julho do mesmo ano.

[7] JVOSTVOV, V. M; ZUBOK, L. I.. *História Contemporânea*. Lisboa – Porto: centro do brasileiro, 1976, p. 11.

nacional, tendo a frente às lideranças blanquistas[8] formam uma Comuna ao tomar o palácio municipal, mas logo são derrotados e expulsos pelas tropas do governo de defesa nacional. Ainda durante o ano de 1870, tivemos outro levante, em Marselha, logo também derrotado.

A BANDEIRA VERMELHA ENTRA NA CENA HISTÓRICA

O ano vermelho de 1871 começa com o bombardeio de Paris pelos prussianos que, no dia 18 de janeiro, ocupam Versalhes e proclamam o surgimento do império alemão[9].

O governo provisório convoca eleições para Assembleia Nacional, são eleitos 750 deputados, dos quais 450 são monarquistas, e o restante, republicanos das mais diversas posições. Todavia, em Paris, são eleitos 46 deputados, dos quais apenas seis são aliados do governo provisório. Continua no espaço da luta um vazio político, com indefinição e improvisações. As lutas de classe se acirram em França, em particular em Paris, apontando para a dualidade de poder. O povo em Paris está em armas para combater as tropas prussianas, o governo provisório se vê na obrigação de formar batalhões da guarda nacional, passam a existir mais de 200 batalhões, é um momento de profunda divisão de classe. Cada classe – proletariado e burguesia – levanta táticas e estratégias para construir o seu poder, afirma-se então, a conjuntura da dualidade de poder.

Nesse contexto de confronto, a AIT, que já havia anteriormente lançado um manifesto[10], documento em que Marx alertava os trabalhadores da Alemanha e da França para não aceitarem a provocação da guerra, salienta que essa ação era imperialista. Agora é lançado outro manifesto da AIT[11], também escrito por Marx, cujo conteúdo estava claramente soli-

---

8 Louis-Auguste Blanqui (1805-1881) foi um combativo líder revolucionário do século XIX. Teórico centrado no papel da violência era de origem muito simples e sempre foi ligado aos movimentos carbonários desde o início do século. Advogado, que também estudou medicina, teve atuação destacada em todos os movimentos republicanos, a partir dos anos vinte do século XIX. Passou 36 anos de sua vida preso, e seus seguidores, os blanquistas, tiveram um papel muito grande na direção da comuna. Em todas as prisões em que esteve Blanqui, no momento do interrogatório, chamado a se identificar no processo e perguntado sobre qual era a sua profissão, respondia: proletário. Trazendo, assim, para o relevo da história política, o termo que Marx em breve cunharia como proletariado, no manifesto comunista.
Recai sobre Blanqui a origem do termo ditadura do proletariado. Ele defendia uma organização clandestina, centralizada, coesa e preparada para tomar o poder. Os blanquistas eram militantes dedicados e disciplinados, que atuaram em todas as lutas pelo poder de 1830 a 1871, na França. Blanqui, mesmo sem poder ser candidato, pois estava inelegível, foi eleito deputado em 1879.
O blanquismo é uma de luta, de caráter jacobino, organizado em seções, mas os blanquistas, que se consideram comunistas, marcharam com a velocidade da história em vários embates na França.
Embora Marx manifestasse um grande respeito por Blanqui, enquanto revolucionário, e com ele tentasse manter contato, poderíamos afirmar que o blanquismo é estranho à tradição marxista.

9 Bismarck e o alto comando das forças prussianas, a serviço dos junkers instalados em Versalhes, proclamam o nascimento do Império alemão.

10 O primeiro manifesto havia sido escrito por Marx e lançado em Londres no dia 23 de julho de 1870.

11 Escrito por Marx, foi lançado no dia 9 de setembro de 1870, também do escritório da AIT, em High Holborn, 256, Londres.

citando a paz e fazendo um ataque frontal ao governo de defesa nacional, e avisava que seria loucura derrubar esse governo com o inimigo nas portas de Paris. Percebe-se nesses comunicados a visão arguta de Marx, primeiro na defesa da integridade física dos trabalhadores e na avaliação da conjuntura em tela; segundo, na avaliação do tabuleiro da guerra com as tropas invasoras nas portas de Paris. É nesta luta concreta dos trabalhadores que podemos perceber como Marx parte da análise do real para construir a sua análise política e elaborar os primeiros passos de uma teoria da revolução.

Marx movimenta-se, em diversos momentos da história, como homem de ação e teórico da revolução, no estreito limiar do desenrolar da luta, e a história não tem clemência com aqueles que claudicam. Marx sempre demonstrou não ter receio do relógio da história. Suas análises no fogo da luta sempre souberam responder ao processo em curso. Percebemos como um episódio histórico extraordinário, a Comuna, é típico do que compreendemos como revolução permanente, esse princípio que pode ser encontrado no jacobismo e na guerra de movimento. Uma das possibilidades para entender esse princípio é a existência de um Estado frágil, onde a luta pela hegemonia se estabelece de acordo com o conceito gramsciano, a partir do controle da produção, mas não somente na produção[12].

Em Paris a contra-revolução tenta encetar os seus golpes, Thiers, agora chefe do governo em Versalhes[13], manda tropas para recuperar as armas que estavam nas colinas de Montmartre. Os trabalhadores, em dias anteriores, já tinham resistido em diversas partes da cidade a essa tentativa das tropas de Thiers. Portanto, na madrugada do dia 18 de março de 1871, as forças de Versalhes sob o comando do general Lecomte tentam se apoderar dos canhões de Montmartre e encontram uma vigorosa resistência de homens e mulheres que partiram para o enfrentamento e, sob o comando de Louise Michel[14], dirigiram-se aos soldados do governo impedindo-os de atirar contra o povo. A tropa não aceitou massacrar os Comunardos e passou para o lado da rebelião da cidade, o general que ordenou o massacre foi preso e fuzilado, eclodia a autodefesa dos trabalhadores diante da contra-revolução, começava assim a Comuna de Paris, e o rastilho dessa forma de resistência se espalhou pela cidade: na Bastilha, em Belleville e em outras partes.

O comitê central da guarda nacional assume o poder em Paris e, em seguida, convoca eleições que são realizadas no dia 26 de março para o conselho da Comuna.

---

[12] A hegemonia se articula com a possibilidade um modo de produção diferenciado e sob o comando da classe operária, constituindo assim um contrapoder, que parte da produção e cria uma alternativa de reforma moral.

[13] O historiador e jornalista, Adolfe Thiers, foi eleito em fevereiro de 1871 para a Assembleia Nacional e logo foi indicado para a chefia do governo, onde teve um papel brutal na repressão contrarrevolucionária a comuna.

[14] Louise Michel (1830-1905) teve um papel destacado como integrante da comuna. Era professora de ideias anarquistas que organizou a luta e combateu no *front*. Quando da derrota da comuna, foi presa e, em seu julgamento, retrucando aos seus inimigos de classe, no papel de juízes a serviço da burguesia, afirmou: "[...] pertenço por inteira à revolução social e declaro assumir a responsabilidade de meus atos". Foi condenada e deportada, quando retornou a França, foi desenvolver um novo método de ensino em uma escola que ela fundou e escreveu um livro sobre a revolução que participou *La Commune Histoire e Souvenirs*.

> Votaram duzentos e oitenta e sete mil (287.000) eleitores. Número relativamente superior ao de fevereiro de 1871 nas eleições à Assembléia Nacional. No dia 27 de março, na presença de cerca de duzentas mil (200.000) pessoas em clima de grande festa, os eleitos são empossados no hotel de Ville e é proclamada a Comuna[15].

O APRENDIZADO DA LUTA: A COMUNA FAZENDO HISTÓRIA

Podemos tirar nesse momento algumas primeiras lições desse contexto antecedente da Comuna de Paris. A primeira é que a Comuna se apresenta como consequência da guerra franco-prussiana, a segunda é que o momento aberto pela derrota em Sedan consolida um vazio político, onde se manifestam na arena da batalha as forças do governo de defesa nacional e depois do governo provisório, por um lado, e o poder que se estabelece a partir das massas insurretas no seu espontaneísmo, e no governo operário da Comuna, por outro. A terceira é que também se apresenta nesse ciclo uma perspectiva de padrão histórico para entender as revoluções, todavia, sem se constituir em um dogma. No entanto esse padrão nos dá sinais para compreender como a revolução proletária, em especial nesses períodos mais recentes da história, nos apresenta um novo roteiro histórico pautado em lutas democráticas e revolucionárias, em guerras e revoluções. Esses sinais de um padrão histórico vão se manifestar na revolução russa e em outras revoluções no decorrer do século XX. Em especial, podemos tirar como lição e não como exemplo desse contexto, um conjunto de sinais históricos que parte da Comuna em Paris e se confirma na revolução russa de 1917.

O ano de 1870 foi típico do embate que gerou um vazio de poder, ou seja, a falta de hegemonia de alguma classe em disputa. Logo no inicio, já em janeiro, o assassinato de um jornalista pelo primo do imperador gerou grandes manifestações, com mais de 200 mil pessoas nas ruas[16]. A necessidade de compreender que a guerra não era interessante para a França mobilizou o conjunto das forças populares, e principalmente a operária, que procuraram articular muitas ações diretas, que contavam com a participação massiva dos agitadores dos clubes de debates[17] em que se transformaram as reuniões públicas que existiam em Paris e na França.

A Comuna está no exercício do autogoverno dos trabalhadores tomando medidas e implementando ações que entraram para a história da humanidade. As comissões de trabalho da Comuna tiveram preocupações excepcionais com a questão da justiça, da segurança pública, finanças, instrução pública, medidas militares, saúde, trabalho e comércio, serviços

---

[15] COSTA, Sílvio. *Comuna de Paris. O proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo: Anita Garibaldi. Goiânia: Editora UCG, 1998, p. 69.

[16] O Príncipe Pierre Bonaparte, acreditando na impunidade, assassinou o jornalista republicano, Vitor Noire, o que gerou uma grande comoção entre as massas que, saíram às ruas, gritando "Vingança!" e "viva a República".

[17] O debate girava em torno de questões que diziam respeito ao socialismo, ocorria em grandes salões, eram reuniões públicas com grande participação popular e contavam com a presença de figuras históricas que se transformaram em grandes agitadores sociais.

públicos e relações exteriores, tudo isso articulado numa comissão executiva. Esse papel executivo estava imbricado com a função legislativa, e todos os mandatos eram revogáveis, temos aqui uma forma política que entra para a história.

Essa forma política e esse poder confirmam uma dualidade de poder. Essa dualidade nasce em Paris, afirma-se no contraponto à ordem burguesa e avança quando a Comuna começa a destruir o aparelho de Estado da burguesia. Os conjuntos de medidas tomadas contra a ordem burguesa e as ações para impor uma nova democracia passam, de certo modo, a se configurar como uma possibilidade de transição. Portanto, medidas e ações da natureza política constituídas pela Comuna, principalmente aquelas advindas da comissão de trabalho e produção, avançam na ruptura com a ordem burguesa e encontra ressonância na história das ideias marxistas, com as variadas formas de se analisar o processo de transição[18]. Esse processo de transição pode ser entendido como uma marcha da história que cria situações para um entendimento dos acontecimentos democráticos, das lutas radicais, de guerra e revolução, quebra do aparato de Estado da burguesia, dos trabalhadores se constituindo em classe dominante e da socialização do poder político.

Todavia, no fogo da batalha, a Comuna cometeu erros na sua efêmera existência de 72 dias. Avaliamos que esses equívocos se constituem no respeito que a Comuna demonstrou em não confiscar a propriedade dos meios de produção, apenas controlando socialmente aquelas fábricas (oficinas) que os donos haviam abandonado na fuga de Paris; não ter marchado no primeiro momento sobre Versalhes, quando as tropas do governo de Thiers encontravam-se desorganizadas; o não confisco do dinheiro do banco de França, que estava financiando as ações contrarrevolucionárias do governo de Versalhes; a completa desarticulação entre o campo e a cidade; a falta de vontade política em abrir os arquivos da França, nos quais estavam as mais sórdidas histórias da burguesia e da monarquia; por fim, a desorganização das tropas da Comuna, que não conseguiam ter uma disciplina para colocar em ação/combate o poderoso conjunto de homens e mulheres que estavam com sede de luta e motivados para transformar o mundo em que viviam.

> Mas muitos batalhões estavam sem chefes desde 18 de março; os guardas nacionais, sem quadros; os generais improvisados, que assumiam a responsabilidade de liderar quarenta mil homens, não tinham qualquer conhecimento militar, nem jamais haviam conduzido um batalhão ao combate. Não tomaram as providências mais elementares, não reuniram nem artilharia, nem carregamento de munição, nem ambulâncias, esqueceram de fazer uma ordem do dia, deixaram os homens sem víveres por várias horas numa bruma que lhes penetrava os ossos. Cada federado

[18] Como afirma José Paulo Netto "[...] A transição socialista, ou seja, o período histórico que compreende a realização dessas tarefas, a etapa entre a liquidação do domínio político-econômico da burguesia e a emancipação de todas as classes na supressão do proletariado enquanto classe – a transição socialista, na ótica do pensamento socialista revolucionário nas suas matrizes 'clássicas', constitui precisamente o tempo sócio-histórico em que, simultaneamente, se opera a socialização da economia e a socialização da política (do poder político)." Cf. NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 87.

> seguiu o chefe que quis. Muitos não tinham cartuchos, pois acreditavam, como diziam os jornais, que se tratava de um simples passeio militar[19].

A Comuna é o primeiro Estado operário[20] e inicia o processo histórico de revolução proletária da era contemporânea. A posição de Gramsci[21], assim como a do historiador francês, Jacques Rougerie[22], ao que me parece, de que a Comuna concluiu a revolução burguesa, que começou em 1789, não se comprova com as características da Comuna: composição social, medidas e ações. Creio que, a Comuna inicia o ciclo das revoluções proletárias e se consolida enquanto perspectiva revolucionária. A Comuna de Paris desnudou, no limiar dos tempos atuais, que a reprodução social do sistema, passa pela afirmação da ordem do capital, pela submissão do trabalho assalariado e pela dominação de classe, através do Estado.

Paris e a Comuna foram derrotadas. Essa tragédia tem nos elementos circunstanciais, sobre os quais já falamos especificamente aqui, uma relação de causa e efeito. A Comuna é a representação das ideias comunistas, e a Comuna levou a sério a questão ontológica, ou seja, a Comuna compreendeu que a problemática da revolução é a questão da exploração, que esta ligada ao mundo da produção, compreendeu também nesse momento que o trabalho, já que era uma Comuna operária, era efetivamente uma categoria fundante do ser social, e que a política efetivada pela esfera pública era um instrumento de classe a serviço da propriedade privada. Todavia, é importante analisar que uma revolução nunca é igual à outra em sua forma de produção e em suas perspectivas sociais, mas a Comuna mostrou o seu caráter proletário, e internacionalista[23]. Percebeu aquilo que está no manifesto comunista, ou seja, que o Estado é um comitê para administrar os negócios da burguesia, portanto, os Comunardos insistiram em destruir esse Estado moderno que estava efetivamente a serviço da propriedade privada e da sua hegemonia moral. Efetivando assim o que Marx, nas palavras de Lenine, afirmou,

> A idéia de Marx consiste em que a classe operária deve quebrar, demolir a 'máquina de Estado que encontra montada', e não limitar-se simplesmente à sua conquista[24].

---

19 LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991, p. 143.

20 Como afirmava Marx, "[...] Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para levar adiante dentro de si a emancipação econômica do trabalho". MARX, K. *La guerra civil em Francia*. Moscou: Editorial Progresso, 1977, p. 67.

21 Encontramos esse debate em: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

22 Percebemos essa formulação em: ROUGERIE, J.. *La Commune de 1871*. Paris: PUF, 1977.

23 É importante registrar a presença de militantes internacionais dentro da Comuna que lutaram em suas fileiras, tornando real a frase de Marx, "Proletários de todos os países, uni-vos". Havia trabalhadores de vários países europeus que trabalhavam em Paris, particularmente, aqueles vindos da Bélgica. Todavia, pela Comuna passaram internacionalistas que tiveram papéis extraordinários, a exemplo de Léo Frankel, operário húngaro que foi o comissário de justiça da Comuna e que realizou uma grande obra social.
Tivemos os militares poloneses Wroblewski e Dombrowski, que lideraram as tropas comunardas, tendo este último, como comandante militar da Comuna, lutado até os últimos dias da façanha histórica. Dombrowski morreu em combate no dia 23 de maio e se transformou em herói da república universal, assim como tantos outros lutadores anônimos.

24 LÊNIN, V. I.. O Estado e a Revolução. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. v. 2, p. 247.

Os Comunardos tiveram a consequência social de, quando da conquista do poder, destruir o instrumento que é conhecido como dominação política, no sentido do que é dado pela burguesia, ou seja, a prática do poder público; quebrou-se o caráter de classe do poder público, passando a ser um poder socializado, ao derrotar aquilo que conhecemos como Estado burguês. Assim, a Comuna compreendeu que a revolução é uma troca de estruturas, e ela se concretizou na contramão do estado burguês. A Comuna socializou no seu curto tempo a produção e tentou de certo modo destruir a burocracia, afinal, como dizia G. Lukács, "[...] a burocracia é um impedimento à vida".

Na Comuna, surgiu a possibilidade de efetivação de um poder socializado que emergia da produção, tirando o caráter político de classe e transformando o poder no poder dos trabalhadores associados de toda Paris. Mas a Comuna, mesmo com a sua derrota, colocou na lixeira da história o espasmo reacionário de Thiers de que o socialismo estava acabado por muito tempo, o que não se confirmou. Logo em seguida, no começo do século XX, com o mesmo padrão histórico, entram em cena os trabalhadores, camponeses e soldados da Rússia, que se levantaram para constituírem os sovietes. A revolução russa atualiza a Comuna como um instrumento teórico de um novo momento histórico, definido como contribuição de uma nova vaga revolucionária.

A forma política encontrada por Marx, a partir do exame do que representou a Comuna de Paris que quebrou a estrutura do Estado burguês, foi a ditadura do proletariado. Então, as lições da Comuna e não os seus exemplos permitem-nos construir uma noção daquilo que passamos a conhecer como transição. De uma forma de Estado para outra forma de Estado, no sentido de se constituir, mais à frente, numa sociedade sem Estado.

A ditadura do proletariado, como forma altamente avançada de democracia, tem em Marx uma formulação da primazia da classe trabalhadora no controle do Estado, para possibilitar a questão da transição para uma sociedade sem Estado. Todavia, uma outra forma de Estado é encontrada por Marx, quando, a partir do entendimento do que seja o bonapartismo, a burguesia inaugura uma forma de ditadura de classe. Podemos afirmar, a partir de Marx, que todo o governo da burguesia, a partir do fenômeno do bonapartismo, pode ser considerado como ditadura de classe[25]. A Comuna é um evento de caráter universal e, em verdade, consolida aquilo que Marx entende como momento intermédio, como momento de transição, que é a ditadura do proletariado. Termina sendo para Marx a conquista do aparato do Estado através da luta, um regime político de transição, um governo dos trabalhadores em armas, isto é, a constituição de um exército popular que vai fazer e executar novas leis.

Mas algumas questões ainda se colocam como emblemáticas, para além dos seus erros ou incompreensões extremamente plurais, que se tem a respeito dessa façanha histórica. A

[25] Trotski, analisando a forma de governo, a partir de Marx, compreende que o bonapartismo é "[...] a única forma de governo aceitável numa época em que a burguesia perdeu a capacidade de governar o povo e em que a classe operária ainda não adquiriu essa capacidade". Afinal, dizia Trotski: "[...] não é democracia, mas, sim, o bonapartismo que representa, do ponto de vista de Marx, a fase final do poder da burguesia". TROTSKI, L.. A Comuna de Paris e a Rússia dos Soviéts. In: COGGIOLLA, Osvaldo (org). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002, p. 174.

Comuna é inspiradora da luta pelo socialismo, além de ter sido uma Comuna operária, fato esse comprovado pela sua composição social[26]; as suas medidas, que partem do contexto da luta de classes, e efetivam essa dimensão de representação dos trabalhadores[27]. Para aqueles que questionam a Comuna como socialista porque não encontraram medidas com esse caráter advindo do campo da produção, a partir das relações de produção, como Marx escreveu no prefácio do livro *Para a Critica da Economia Política*, poderíamos entender que a transformação nas relações de produção de uma determinada época possibilitaria a transição. Todavia, pode haver um questionamento sobre o papel das lutas de classe nesse contexto. E creio que a Comuna nos sinalizou com a importância dessas lutas no processo de transição. Não compreendemos que, em Marx, exista uma perspectiva de marcha linear do desenvolvimento das forças produtivas objetivamente construindo a transição. Marx de certo modo nos acena para o papel do desenvolvimento das forças produtivas e seu choque com as relações de produção, mas não abandona, pelo contrário, reforça o papel das lutas de classes no processo que vai se constituir como transição. Portanto, fica muito clara a inspiração da Comuna na formulação sobre a teoria da revolução em Marx. A Comuna empreendeu em seus princípios uma luta pelo socialismo, rompendo com o igualitarismo dos lutadores sociais anteriores a esse período. Podemos então entender que as ações que caracterizam a Comuna sempre foram no sentido de que a história da luta dos trabalhadores é uma história das lutas contra-hegêmonicas.

Esse momento transicional se manifesta pela destruição do aparato burocrático da burguesia e da confecção de medidas e ações que estabelecem a ruptura com a ordem do capital. Portanto,

> A simultaneidade destas transformações não é uma petição teórica acidental. Traduz a requisição, inferida de análises sócio-históricas particulares, que pode garantir o trânsito à sociedade sem classes, onde a promessa de felicidade se torna uma possibilidade concreta e objetiva[28].

A Comuna surge dos episódios anteriormente citados. Ela é constituída a partir da dualidade de poder e se efetiva na práxis revolucionária e no conjunto de medidas implementadas

---

[26] Podemos encontrar a comprovação dessa afirmação nos estudos do historiador francês, Jacques Rougerie, nos quais considera que a Comuna era a revolução do trabalho. ROUGERIE, J.. *Procès des Communards*. Paris: Joulliard, 1964.

[27] Como discutia Engels, "[...] Assim, o caráter de classe do movimento de Paris, que antes ficara relegado ao segundo plano pela luta contra os invasores estrangeiros, ocorreu do dia 18 de março em diante com traços enérgicos e claros. Como os membros da comuna eram todos, quase sem exceção, operários ou representantes reconhecidos dos operários, as suas decisões distinguiam-se por um marcado caráter proletário. Estas decisões, ou decretavam reformas que a burguesia republicana apenas tinha renunciado a implantar por covardia, mas constituíam uma base indispensável para a livre ação da classe operária (como, por exemplo, a implantação do princípio de que, no que diz respeito ao Estado, a religião é um assunto puramente privado) ou iam diretamente ao encontro do interesse da classe operária e, em parte, abriam profundas fendas na velha ordem social." ENGELS, F. A guerra civil na França, introdução de 1891. In: COGGIOLA, O. (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003, p. 79.

[28] NETTO, José Paulo. *Democracia e Transição Socialista. Escritos de Teoria e Política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 87.

pela conquista possibilitada pela vitória nas lutas de classe, ainda que momentaneamente. Efetivamente essa transição não se concluiu, ela foi derrotada. Todavia, a radicalidade da prática dos Comunardos pode apontar para o sentido da auto-emancipação dos trabalhadores, que, pelas contendas da história, não tiveram oportunidade de marchar para o socialismo.

Ao analisarmos as lutas empreendidas pela Comuna, no seu curto poder, nós podemos confirmar a profunda grandeza com que se revestiu essa façanha emancipatória: a junção inovadora que a Comuna fez das atribuições executivas e legislativas, ou seja, quem executa são os mesmos que fazem as leis, os que agem de forma única, não existindo a tradicional separação burguesa dos poderes em questão, isso pode se aprofundar pela revogabilidade dos mandatos, a qualquer momento a partir do interesse daqueles que os elegeram. O judiciário passou a ter eleições, e os juízes eram eleitos para os tribunais civis; a ordem pública foi mantida sem abalos, pois, a partir da fuga do governo provisório para Versalhes, Paris se transformou numa cidade muito segura e a ordem pública era mantida pelo povo em armas, o crime do individuo contra o indivíduo é um produto da ordem burguesa, a fuga dessa escória para Versalhes contribuiu para que Paris tivesse um índice extremamente diminuto de delitos. As comissões da Comuna desenvolveram práticas seminais no campo da democracia direta, a partir do seu funcionamento.

Essas comissões compunham em representação direta uma comissão executiva, e essa comissão executiva era na verdade o poder central da Comuna, esse poder central tomou muitas medidas, dentre as quais, a partir da fuga da burguesia e o abandono das suas fábricas, a reorganização da produção em oficinas coletivas, esse é um dado importante para que se possa entender a transição a partir das lutas de classe, quando surgiu um vazio político e se consolidou uma dualidade de poder, mas também dentro da produção, de uma hegemonia que saía vitoriosa também na produção.

É preponderante resgatar o papel extraordinário que a mulheres tiveram na Comuna, em particular figuras como Louise Michel (enfermeira); Jeanne-Marie, que lutou nas barricadas da semana sangrenta, e muitas outras, que criaram a união de mulheres para defesa de Paris, em 8 de abril de 1871. Ao lado do revolucionário papel da mulher, tivemos como uma das primeiras medidas da Comuna a separação do Estado da Igreja e a transformação do ensino confessional em ensino laico e gratuito, levando-se em consideração as contribuições aprovadas no congresso de Genebra da AIT, no sentido de uma educação para a emancipação humana.

A Comuna não ocorreu apenas em Paris, tivemos também em França outras Comunas, como Lyon, Saint-Etienne, Marselha, Creusot, Toulouse, Narbonne e Limoges, mas todas elas de curta duração, de tempo bastante diminuto[29].

[29] "[...] A partir de Paris, o esforço de sublevar a província restringiu-se ao envio de alguns delegados às cidades maiores. Mesmo com a bravura e o heroísmo dos insurgentes não foi possível obter vitória expressiva". COSTA, Sílvio. *Comuna de Paris. O proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo: Anita Garibaldi. Goiânia: UCG, 1998, p. 91

A Comuna foi derrotada, tivemos o massacre final entre 27 e 28 de maio de 1871 mais de 30 mil assassinatos, 40 mil presos, trabalhos forçados, deportação. Todavia, em várias partes do mundo os trabalhadores saíram às ruas em solidariedade aos Comunardos; mesmo com a violenta derrota e com o papel da imprensa burguesa, tivemos manifestações de solidariedade aos Comunardos em Londres, Bruxelas, Berlim, Genebra, Zurique e outras localidades.

PRIMEIRAS CONCLUSÓES

Consolida-se a contra-revolução burguesa a partir da derrota da Comuna em 1871, mas com o advento da primeira guerra mundial uma nova vaga revolucionária vai começar, agora com a presença do sujeito coletivo, o operador político que passamos a chamar de partido da classe que chega ao poder com a revolução russa de 1917, construindo os sovietes. A Comuna nos traz a lição, mais uma vez, de um poder de transição, e esse poder de transição que desarticula a repressão política, socializa o exercício do poder político, é o primeiro passo para a transição, o governo operário é uma democracia de novo tipo, tendendo a ser socialista, como diria Marx. A Comuna consegue se atualizar de forma brilhante com a revolução russa, afirmaria o comandante da revolução de outubro, Lenine. E esta compreensão política foi realçada por Trotski,

> Por fim, tínhamos por trás de nós a heróica Comuna de Paris, de cuja queda havíamos tirado a dedução de que aos revolucionários compete prever os acontecimentos e preparar-se para eles.[30]

Os Comunardos que tombaram nas trincheiras de Paris, que foram fuzilados no muro do cemitério de Père-Lachaise, a sua história é a luta dos trabalhadores modernos. Afinal, vocês, heróis do muro dos federados, estiveram lá em defesa da humanidade. Para todos que levantaram a bandeira vermelha, o grito da história sempre será de vida longa à memória dos que lutaram. Parafraseando os camaradas da juventude comunista colombiana, quando do massacre de seus quadros na década de 1990, clamamos, "[...] aos nossos mortos nem um minuto de silêncio, toda uma vida de combate".

Portanto, se a Comuna foi derrotada em Paris, se os sovietes foram derrotados na URSS, outras formas de Comuna e outros outubros virão que hão de permitir àqueles que lutam pela revolução social, ao tomarem o poder, a perspectiva de mudar o mundo.

REFERÊNCIAS

AGULHON, M.. *1848 – O aprendizado da república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

[30] TROTSKI, L.. A Comuna de Paris e a Rússia dos Soviéts. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002, p. 155.

AGULHON, M.. *Une ville ouvrière au temps du socialisme utopique, Toulon de 1815-1851*. Mouton, 1970.

JR. BOITO, A.. (org.), *A Comuna de Paris na história*. São Paulo: Xamã, 2001.

COSTA, Sílvio. *Comuna de Paris. O proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo: Anita Garibaldi. Goiânia: Editora UCG, 1998.

COGGIOLA, O.. (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

DUVERGER, M.. *Constituitions et documents politiques*. PUF ("Thémis"), 1957.

ENGELS, F.. A guerra civil na França, introdução de 1891. In: COGGIOLA, O. (org.) *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

FLAUBERT, G.. *Cartas exemplares*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

GUILLEMIN, H.. *Le coup du 2 decémbre*. Paris: Gallimard, 1951.

GUILLEMIN, H.. *Les origins de la Commune*: a capitulation (1871). Paris: Gallimard, 1960.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

IANNI, O.. *Dialética & capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

JVOSTVOV, V. M; ZUBOK, L. I.. *História Contemporânea*. Lisboa – Porto: centro do brasileiro, 1976.

LÊNIN, V. I.. O Estado e a Revolução. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. v. 2.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MARX, K.. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 196.

MARX, K.. *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MARX, K.; ENGELS, F.. *Textos*. São Paulo: Alpha-Ômega, 1977.

MARX, K.; ENGELS, F.. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.

MTCHEDELOV, M.. (et alli). *Dialética da revolução e da contra-revolução*. Lisboa: Edições Avante, 1984.

NERÉ, J.. *História Contemporânea*. Madrid: Labor España, 1982.

NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

PINHEIRO, M.. (org.). *Outubro e as experiências socialistas do século XX*. Salvador: Quarteto, 2010.

POULANTZAS, N.. Poder político e classes sociais. Porto: Portucalense, 1971.

RANCIÈRE, J.. *La nuit des prolétaires*. Archives du reve ouvrier. Fayard, 1981.

ROUGERIE, J.. *Procès des Communards*. Paris: Joulliard, 1964.

ROUGERIE, J.. *Paris libre, 1871*. Le Seuil, 1971.

ROUGERIE, J.. *La Commune de 1871*. Paris: PUF, 1977.

TOCQUEVILLE, A. *Lembranças de 1848*: as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

TROTSKI, L.. A Comuna de Paris e a Rússia dos Soviéts. In: COGGIOLLA, Osvaldo (org). *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2002.

A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris

*Osvaldo Coggiola**

A Comuna de Paris foi, simultaneamente, produto de uma crise internacional (a luta pela hegemonia européia, que culminou na guerra franco-prussiana), de uma crise nacional (a deterioração política do Segundo Império e a crise do regime bonapartista) e, decisivamente, do desenvolvimento político e ideológico socialista do proletariado europeu nas décadas precedentes, que confluiu na organização da Internacional Operária (Associação Internacional dos Trabalhadores, ou AIT, fundada em Londres em 1864). É sob este último aspecto que analisaremos o evento decisivo de 1871, que teve repercussões de longo prazo para toda a política de Europa, e ainda além dela.

O termo *socialismo* inicialmente englobava todos aqueles que acreditavam na origem contratual de uma sociedade de homens livres e iguais. Contraposto a "individualismo", era frequentemente utilizado como sinônimo de "cooperativismo". Segundo Arthur Rosenberg, "antes de 1848, em todos os países, a palavra socialismo tinha um sentido absolutamente inofensivo aos ouvidos do homem". A revolução proletária de junho daquele ano, na França, carregou a palavra de um novo conteúdo. A elaboração de diversos sistemas socialistas, por parte de intelectuais e até de membros das classes dominantes, refletiu de um lado o abalo que a inédita miséria social criada pela transformação capitalista provocou na consciência dos elementos mais lúcidos e honestos da sociedade. Segundo George Lichteim, "[...] o que aconteceu no mundo ocidental, entre meados do século XVIII e meados do século XIX, foi único e carecia de antecedentes. Nunca antes acontecera a junção de um levante democrático com uma mudança técnica radical que alterava totalmente o ambiente do homem e seu modo de vida. A mudança decorrente nas instituições e nas atitudes mentais foi mais profunda do que qualquer outra que a humanidade tivesse experimentado desde a ruptura da sociedade tribal que possibilitou a vida urbana".

* **Osvaldo Coggiola** é professor de História Contemporânea, da USP e autor de vários livros.

A consciência de classe independente dos trabalhadores ainda não existia em 1789, durante a Revolução Francesa. Na Inglaterra e na França ela passou a existir entre 1815 e 1848, por volta de 1830. A própria expressão "classe trabalhadora" apareceu nos escritos ingleses após 1815. Na Grã-Bretanha, as tentativas para unir todos os operários em "sindicatos gerais", isto é, em entidades que superassem o isolamento local e regional dos grupos particulares de trabalhadores, levando-lhes a uma solidariedade nacional e até universal da classe trabalhadora, começaram em 1818 e foram continuados entre 1829 e 1834. O complemento do "sindicato geral" era a greve geral, formulada como um conceito e uma tática sistemática da classe trabalhadora deste período. O conceito e a palavra "socialismo" surgiram na década de 1820, sendo imediatamente adotados pelos trabalhadores, em pequena escala na França, e em escala bem maior pelos britânicos, que logo teriam Robert Owen como líder de um vasto movimento. Por volta do início da década de 1830 já existiam, portanto, a consciência de classe proletária e as aspirações sociais, mais fracas ainda do que a consciência de classe que seus patrões já possuíam.

Em meados do século XIX, já era visível a expressão da situação da nova classe trabalhadora no "movimento trabalhista", sendo sua ideologia "a comunidade cooperativa"; o movimento democrático, por sua vez, era a expressão prática do povo, proletário ou não, a quem a Revolução Francesa tinha colocado no palco da história como ator e não como simples vítima. Eles queriam respeito, reconhecimento e igualdade. Sabiam que podiam obter tudo isso, pois já o tinham feito em 1793-1794. Nem todos estes cidadãos eram trabalhadores, mas todos os trabalhadores conscientes pertenciam a esse movimento; a consciência "jacobina" e a proletária se complementavam. Já nas décadas de 1830 e 1840, os operários protagonizavam lutas revolucionárias contra o capital, destacando-se a insurreição dos trabalhadores têxteis de Lyon, em 1844. Durante uma das primeiras greves modernas, a dos operários da cidade inglesa de Manchester, em 1832, os trabalhadores de Lyon (França) em seu jornal *O Eco das Fábricas*, faziam um chamado à solidariedade com seus irmãos de classe do "país inimigo". A histórica bandeira do internacionalismo proletário ("Proletários do Mundo, Uni-vos", lançada no *Manifesto Comunista* de 1848) foi a expressão de uma tendência já existente na classe operária internacional, quando ainda os Estados Nacionais se encontravam em formação, e o capitalismo lutava para conquistar o mundo.

O capitalismo e os próprios Estados Nacionais nasceram no quadro da economia mundial. Bem antes de se estruturarem os principais Estados modernos, o comércio internacional já tinha um desenvolvimento bastante grande. Esse comércio foi um dos fatores que deu impulso à Revolução Inglesa do século XVII, e às outras revoluções burguesas. O capitalismo e os Estados Nacionais nasceram já obrigados a ter uma política externa e a se aliarem uns contra os outros, em função de seus interesses comerciais contraditórios, e em relação à autodeterminação das nações atrasadas. O movimento operário não poderia se limitar ao quadro nacional, na medida em que a força desses Estados Nacionais dependia das relações internacionais que estabeleciam no mundo inteiro. O movimento operário, portanto, apenas poderia triunfar na arena internacional. Daí também se concluía que o socialismo só seria realizável no plano internacional. A socialização dos meios de produção significaria a abolição das fronteiras nacionais.

Durante uma década o *cartismo* inglês constituiu o principal movimento operário de massas da história contemporânea. Suas reivindicações políticas eram democráticas; seu conteúdo, revolucionário. Em 1842, no auge do movimento cartista, foi feita a petição que exigia o sufrágio universal e a resolução dos problemas econômicos, ou seja, da miséria social. Apesar dos três milhões de assinaturas que a acompanhavam, a petição foi recusada pelo Parlamento. Em 1848, organizou-se nova manifestação de apoio à petição, com cinco milhões de assinaturas. Londres foi ocupada pelo exército, que impediu a manifestação. A partir desse ano, o movimento cartista entrou em decadência. Mas o cartismo foi finalmente derrotado só ao preço de uma violenta repressão, assim como também o foram, em 1844, os *canuts* (tecelões) de Lyon, e os da Silésia, na atual Alemanha.

Nas condições criadas pela expansão do mercado capitalista, setores de trabalhadores começaram a tentar contorná-lo, escapando ao destino cruel reservado à classe operária. Vinte e oito tecelões entraram para a história como os "Pioneiros de Rochdale", iniciando o movimento que se conheceria depois como *cooperativismo*, lançado em 1844 com a constituição da primeira cooperativa de consumo. Rapidamente, o cooperativismo estendeu-se na Europa continental, criando uma tendência que seria uma das bases do ulterior reformismo socialdemocrata. As cooperativas eram compostas por grupos de operários que tratavam de romper o monopólio dos produtores e provedores, obtendo assim produtos mais baratos e não adulterados. Esse "utopismo cooperativista" foi substituído por um objetivo mais limitado, quando os Pioneiros de Rochdale abriram uma mercearia sobre a base de repartir entre seus membros um dividendo proporcional à soma de suas compras. Os Pioneiros fizeram progressos constantes, seus métodos suscitaram grande interesse e foram amplamente adotados, ou seja, uma parte das energias da classe operária saiu da luta de classes para dirigir-se a um terreno mais limitado. Ernest Jones e outros militantes cartistas criticaram frequente e severamente a evolução das cooperativas. Vinte anos depois do seu início, havia 454 cooperativas na Inglaterra, a maioria no norte, com centenas de membros. Em 1863 foi criada a *Cooperative Wholesale Society* (Sociedade Cooperativa no Atacado), generalizando a atividade para todo o país. Os operários viravam administradores.

Mas foram as revoluções europeias de 1848, e seu fracasso ulterior, o palco histórico do movimento operário moderno, e de suas bases teóricas e programáticas. As bases fundamentais da teoria marxista foram postas conjuntamente por Marx e Engels no período imediatamente anterior e posterior às revoluções de 1848. O período de ruptura com o grupo filosófico dos "jovens hegelianos", com Feuerbach e com o "comunismo filosófico" de Moses Hess, e de entroncamento com as organizações do proletariado revolucionário, foi culminado com o *Manifesto Comunista*, publicado em 1848,[1] onde era colocado o objetivo

[1] No Prefácio à edição de 1872 do *Manifesto*, Marx e Engels escreviam: "[...] A Liga dos Comunistas, associação operária internacional que, nas circunstâncias de então, só podia evidentemente ser secreta, encarregou os abaixo-assinados, no Congresso que teve lugar em Londres em Novembro de 1847, de redigir um programa detalhado, simultaneamente teórico e prático, do Partido, e destinado à publicação. Tal é a origem deste Manifesto, cujo manuscrito foi enviado para Londres, para ser impresso, algumas semanas antes da Revolução de Fevereiro. Publicado primeiro em alemão, houve nesta língua pelo menos doze edições diferentes na Alemanha, na Inglaterra e na América do Norte. Traduzido em inglês por Miss Helen Macfarlane, apareceu

da "elevação do proletariado à classe dominante", simultaneamente ponto de ruptura com o socialismo filosófico e filantrópico anterior (o "socialismo utópico") e ponto de partida para uma nova organização política da classe operária, doravante chamada *Liga dos Comunistas*, em substituição à "Federação dos Justos".

No *Manifesto*, Marx e Engels definiam a origem e o papel que correspondia ao proletariado moderno na dinâmica histórica aberta pela vitória do capital sobre as formas de produção precedentes:

> À medida que cresce a burguesia, quer dizer, o Capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que não vivem senão na condição de encontrarem trabalho e que só o encontram se o seu trabalho aumentar o capital. Estes operários, obrigados a vender-se dia a dia, são uma mercadoria, um artigo de comércio como qualquer outro, sujeito, portanto, a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado.
>
> O emprego crescente das máquinas e a divisão do trabalho, fazendo perder ao trabalho do proletário todo o caráter de autonomia, fizeram, consequentemente, que ele perdesse todo o atrativo para o operário. Este se converte num simples apêndice da máquina e só se lhe exige as remunerações mais simples, mais monótonas e de mais fácil aprendizagem. Portanto, o que custa o operário reduz-se pouco mais ou menos ao custo dos meios de subsistência indispensáveis para viver e perpetuar a sua descendência. Mas o preço do trabalho, como o de toda a mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Por conseguinte quanto mais fastidioso é o trabalho, mais baixos são os salários. Mais ainda, quanto mais se desenvolvem a maquinaria e a divisão do trabalho, mais aumenta a quantidade de trabalho, quer mediante o prolongamento da jornada de trabalho, quer pelo aumento do trabalho exigido num tempo determinado, pela aceleração das cadências das máquinas, etc.
>
> A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre-artesão patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, comprimidos na fábrica, estão organizadas de forma militar. Soldados rasos da indústria estão colocados sob a vigilância de uma hierarquia completa de oficiais e sargentos. Eles não são apenas os escravos da classe burguesa, do Estado burguês, como ainda diariamente, a todas as horas, os escravos da máquina, do contramestre, e sobretudo do próprio burguês fabricante. E este despotismo é tanto mais mesquinho, odioso e exasperante quanto maior é a fraqueza com que proclama que tem como único fim o lucro.

---

em 1850, em Londres, no *Red Republican*, e, em 1871, teve na América, pelo menos, três traduções inglesas. Apareceu em francês, pela primeira vez, em Paris, pouco tempo antes da insurreição de Junho de 1848, e, recentemente, em *Le Socialiste*, de Nova York".

> Quanto menos habilidade e força requer o trabalho manual, quer dizer, quanto maior é o desenvolvimento da indústria moderna, maior é a produção em que o trabalho dos homens é suplantado pelo das mulheres e crianças. No que respeita à classe operária, as diferenças de idade e sexo perdem toda a significação social. Não há senão instrumentos de trabalho, cujo custo varia segundo a idade e o sexo. Uma vez que o operário sofreu a exploração do fabricante e que lhe foi pago o seu salário, converte-se em vitima doutros membros da burguesia: o proprietário, o retalhista, o prestamista, etc.
>
> Pequenos industriais, pequenos comerciantes e rendeiros, artesãos e camponeses, todo o escalão inferior das classes médias de outrora, caem nas fileiras do proletariado; uns porque os seus pequenos capitais não lhes permitem empregar os processos da grande indústria e sucumbem na sua concorrência com os grandes capitalistas; outros; porque a sua habilidade técnica se vê depreciada pelos novos métodos de produção. De modo que o proletariado se recruta entre todas as camadas da população".

Depois da derrota da revolução de 1848, o balanço de Marx e Engels, exposto em trabalhos como *As Lutas de Classes na França 1848-1850* e *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, encontrou sua melhor expressão sintética e política na *Circular à Liga dos Comunistas* de 1850. Na *Circular*, balanço da principal experiência revolucionária vivida por Marx e Engels, a revolução europeia de 1848, Marx chamava a desconfiar dos "democratas pequeno-burgueses" que, numa futura (e próxima) revolução, quereriam detê-la no estágio em que seus estreitos interesses de classe fossem satisfeitos, propondo a fórmula de "revolução em permanência" (ou "permanente", fórmula também contida em *A Luta de Classes na França*): em carta a Engels, Marx caracterizou a *Circular* como um "[...] plano de guerra contra a democracia" (entendendo por "democracia" uma corrente política, com sua correspondente base de classe, pequeno-burguesa).[2]

[2] Prevendo que "[...] os democratas chegarão à dominação com o próximo movimento e serão forçados a propor medidas mais ou menos socialistas", a *Circular* recomendava: "[...] Que medidas os operários devem propor? Estes não podem, naturalmente, propor medidas diretamente comunistas no começo do movimento. Mas podem: 1. Obrigar os democratas a intervir em tantos lados quanto possível da organização social até hoje existente, a perturbar o curso regular desta, a comprometerem-se a concentrar nas mãos do Estado o mais possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de ferrovias, etc.; 2. Têm de levar ao extremo as propostas dos democratas, que não se comportarão em todo o caso como revolucionários, mas como simples reformistas, e transformá-las em ataques diretos contra a propriedade privada; por exemplo, se os pequeno-burgueses propuserem comprar as estradas de ferro e as fábricas, os operários têm de exigir que essas estradas de ferro e fábricas, como propriedade dos reacionários, sejam confiscadas simplesmente e sem indenização pelo Estado. Se os democratas propuserem o imposto proporcional, os operários exigirão o progressivo; se os próprios democratas avançarem a proposta de um imposto progressivo moderado, os operários insistirão num imposto cujas taxas subam tão depressa que o grande capital seja com isso arruinado; se os democratas exigirem a regularização da dívida pública, os operários exigirão a bancarrota do Estado. As reivindicações dos operários terão, pois, de se orientar por toda a parte segundo as concessões e medidas dos democratas".

Mais de quatro décadas mais tarde, Engels afirmaria que o erro da *Circular* fora de ritmo (a suposta iminência de uma revolução europeia) devido a que o capitalismo continha ainda importantes possibilidades de um amplo desenvolvimento das forças produtivas, mas não de método. A impossibilidade, já a essa altura, de uma revolução burguesa, o caráter proletário de 1848, fora reafirmado por Engels no seu prefácio de 1893 à edição italiana do *Manifesto Comunista*: "[...] Por toda parte a revolução de então foi obra da classe operária; foi esta que levantou as barricadas e que pagou com a vida. Mas só os operários de Paris tinham a intenção bem definida, derrubando o governo, de derrubar o regime da burguesia. Mas, embora profundamente conscientes do antagonismo fatal que existia entre a sua própria classe e a burguesia, nem o progresso econômico do país nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas, contudo, tinham atingido ainda o grau que teria tornado possível uma reconstrução social. Em última análise, portanto, os frutos da revolução foram colhidos pela classe capitalista. Nos outros países, na Itália, na Alemanha, na Áustria, os operários, desde o princípio, não fizeram mais do que levar a burguesia ao poder".

Nos primeiros anos da década de 1860, já repostas as energias de classe dissipadas após as derrotas de 1848, a ascensão das lutas operárias e nacionais na Europa fez com que lideranças sindicais e ativistas socialistas começassem a pensar em fundar uma organização que reunisse as forças e militantes que estavam a favor da luta dos trabalhadores e das nações oprimidas.[3] O resultado disso foi a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) em Londres, no St. Martin Hall, no ano de 1864. Naquele ano, um pouco antes da fundação da Internacional, em julho, morrera Ferdinand Lassalle,[4] o líder dos socialistas

[3] Nas lutas nacionais de meados do século XIX, Marx e Engels apoiaram a destruição dos impérios multinacionais e a constituição das grandes nacionalidades (Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Hungria e Polônia). Rejeitaram em bloco as aspirações nacionais dos povos eslavos do Império Austro-Húngaro e do Império Russo (com exceção da Polônia). Este posicionamento não foi confirmado pela história, em especial no caso da Tchecoslováquia, que conheceria um importante desenvolvimento capitalista e nacional. No mais importante trabalho crítico a respeito, Roman Rosdolsky sustentou que "essa concepção (que remonta a Hegel) era insustentável e estava em contradição com a concepção materialista da história que o próprio Engels contribuiu a criar, pois em vez de derivar a essência das lutas entre nacionalidades e dos movimentos nacionais das condições materiais de vida e das relações de classe (continuamente mudadas) dos povos, encontrava sua *ultima ratio* no conceito de 'viabilidade nacional', com ressonâncias metafísicas e que não explica absolutamente nada". Marx e Engels acreditavam que fosse rápido o ritmo histórico da passagem do período de conclusão da formação das nações para o período da sua unificação através da revolução socialista. Para Miklós Molnar, a posição inicial de Marx e Engels "repousava notadamente na teoria das grandes unidades nacionais, capazes de preencher um papel progressivo na história". Na segunda metade do século XIX, as posições marxistas penderam claramente na direção da luta pela independência das nações oprimidas, como no caso da Irlanda, ou na fundação da I Internacional, que fez da questão da independência da Polônia um divisor de águas e de princípios com a democracia burguesa e pequeno-burguesa, em nome do movimento operário.

[4] Ferdinand Lassalle (1825-1864), nascido em Breslau, Alemanha (posteriormente anexada à Polônia com o nome de Wroclaw) foi organizador do movimento operário alemão, inspirado no socialismo, mas com um viés nacionalista, em contraste com o internacionalismo marxista. De personalidade irascível e contraditória, cursou a escola superior na sua cidade natal. Estudou comércio em Leipzig e regressou a Breslau, onde iniciou estudos de filosofia na Universidade de Breslau (1843), entrando em contato com as ideias socialistas. Mudou-se depois para Paris, a fim de preparar a tese de doutorado, onde conheceu Pierre-Joseph Proudhon e o poeta Heinrich Heine. O êxito como

alemães, fundador da primeira organização política de trabalhadores na Alemanha (a *Allgemeinen Deutschen Arbeitervereins*).

Após a morte de Lassalle, este primeiro "partido socialista" continuou a reivindicar sua memória e defender seus princípios.[5] Seus sucessores na presidência do partido, Ber-

---

advogado, na defesa da condessa Hatzfeld num escandaloso processo de divórcio, proporcionou-lhe uma pensão anual que lhe permitiu viver sem preocupações financeiras. Teve participação ativa na revolução de 1848 em Düsseldorf, foi preso várias vezes, até se estabelecer em Berlim como jornalista político (1857). Sua participação no movimento revolucionário aproximou-o dos círculos socialistas e de Karl Marx. Lassalle foi economista, agitador e grande orador; não adotou, porém, o socialismo de Marx. Partidário da unificação alemã e do sufrágio universal, em 1863 criou a *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* [Associação Geral dos Trabalhadores Alemães], mas, decepcionado, mudou-se para a Suíça, onde morreu em duelo, perto de Genebra. Foi considerado um precursor da social-democracia alemã. Defendia, no entanto, a colaboração de classes para a implementação de medidas socialistas, tendo colaborado com o chanceler prussiano, Otto von Bismarck. Lassalle advogava o estabelecimento de cooperativas de trabalhadores para a "recuperação" dos lucros. Na sua *Crítica do Programa de Gotha* (programa de inspiração lassalleana com o qual foi fundada a *Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein*) Marx disse que "Lassalle sabia de cor o *Manifesto Comunista*, da mesma forma que seus fiéis conhecem as Santas Escrituras de sua lavra. Se o falsificava tão grosseiramente era apenas para escamotear sua aliança com os adversários absolutistas e senhores feudais contra a burguesia". Lassalle foi autor de *Que é uma constituição?* e de outros textos de grande impacto na sua época.

[5] Lassalle combinava princípios de um socialismo vulgar (como o "[...] direito dos trabalhadores ao produto íntegro de seu trabalho", o que significava eliminar todo fundo de acumulação, capitalista ou socialista) com manobras políticas em que seu antiliberalismo flertava com o absolutismo bismarckiano. Esta tara política do socialismo alemão já tinha provocado as iras de Marx contra o socialismo alemão (e contra o pensamento especulativo alemão, em geral), no *Manifesto Comunista*: "[...] A literatura socialista e comunista de França, que nasceu sob o jugo de uma burguesia dominante e é a expressão literária da revolta contra esta dominação, foi introduzida na Alemanha no momento em que a burguesia começava a sua luta contra o absolutismo feudal. Filósofos, semifilósofos e diletantes alemães lançaram-se avidamente sobre esta literatura, mas esqueceram que, com a importação da literatura francesa para a Alemanha não foram importadas, ao mesmo tempo, as condições sociais da França. Nas condições alemãs, a literatura francesa perdeu toda a sua significação prática imediata e tomou um caráter puramente literário... Para os filósofos alemães do século XVIII, as reivindicações da primeira Revolução Francesa não eram mais do que as reivindicações da "razão prática" em geral, e as manifestações da vontade da burguesia revolucionária de França não exprimiam aos seus olhos mais do que as leis da vontade pura, da vontade tal como deve ser, da vontade verdadeiramente humana. Todo o trabalho dos literatos alemães reduziu-se unicamente a pôr as novas ideias francesas de acordo com a sua velha consciência filosófica ou, mais exatamente, a assimilar as ideias francesas partindo do seu ponto de vista filosófico. E assimilaram-nas como se assimila em geral uma língua estrangeira: pela tradução... Os literatos alemães [...] deslizaram os seus absurdos filosóficos sob o original francês. Por exemplo, sob a crítica francesa das funções do dinheiro, escreviam "alienação da essência humana", sob a crítica francesa do Estado burguês, escreviam "abolição do reino do universal abstrato", e assim sucessivamente. A esta interpolação da sua fraseologia filosófica na crítica francesa deram o nome de "filosofia da ação", "socialismo verdadeiro", "ciência alemã do socialismo", "fundamentação filosófica do socialismo", etc. Desta maneira, foi completamente castrada a literatura socialista e comunista francesa. E, como nas mãos dos alemães deixava de ser a expressão da luta de uma classe contra outra, os alemães imaginaram que se tinham elevado muito acima da "estreiteza francesa" e felicitaram-se por ter defendido, em vez das verdadeiras necessidades, a necessidade da verdade, em vez dos interesses do proletariado, os interesses da essência humana, do homem em geral, do homem que não pertence a nenhuma classe nem a nenhuma realidade e que só existe no céu brumoso da fantasia filosófica. Este

nhard Becker (entre 1864 e 1867) e Johann Baptist von Schweitzer (entre 1867 e 1871), conseguiram expandir a organização (que em 1864 possuía 4.600 membros, espalhados em 50 agrupamentos; em 1875 o número de membros chegou a 15.322) através do trabalho de divulgação e propaganda, no qual o jornal *Sozialdemokrat* teve um importante papel. Diante do personalismo difundido na Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, Marx e Engels passaram a dirigir-lhe diversas críticas e a alertar para o "caminho falso" trilhado pela organização lassalleana. Esta, para Marx, "era, simplesmente, uma organização sectária – e, como tal, hostil à organização do verdadeiro movimento operário que a Internacional tem por objetivo criar". O seu apego à política realista (*Realpolitik*) culminaria na acomodação à situação existente, em que, nas palavras de Marx, "[...] o movimento operário na Prússia (e, em consequência, no resto da Alemanha), só existem por uma concessão da polícia. Querem, por isso, tomar as coisas como são e evitar provocar o governo".

As divergências teóricas e práticas entre o grupo marxista e o lassalleano conduziram à fundação da Associação Internacional de Trabalhadores, ou Primeira Internacional. A Internacional seria um prolongamento da Liga dos Comunistas, cujo objetivo principal residia no estabelecimento de "um ponto central de comunicação e de cooperação entre as sociedades operárias dos diferentes países". A Liga fora extinta em 1852, dois anos após a cisão interna e expulsão da fração ultra-esquerdista de Willich e Schapper, que defendiam a transformação da Liga em uma "sociedade de conspiradores", contra a oposição de Marx e Engels.

Diferentemente da associação de Lassalle, a Associação Internacional (AIT) pregava que a emancipação da classe operária, e a abolição de todo regime de classes, seria obtida através da luta dos próprios trabalhadores. O *Manifesto Inaugural* da AIT, redigido por Marx, afirmava: "[...] A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os operários das diversas profissões em

---

socialismo alemão, que tomava tão solenemente a sério os seus torpes exercícios de escola e que os lançava aos quatro ventos com tanto estrépito charlatanesco, foi perdendo a pouco e pouco a sua inocência pedante. A luta da burguesia alemã, e principalmente da burguesia prussiana, contra os senhores feudais e a monarquia absoluta, numa palavra, o movimento liberal, adquiria um caráter mais sério. O "verdadeiro" socialismo teve então a tão desejada ocasião de contrapor ao movimento político as reivindicações socialistas, de fulminar os anátemas tradicionais contra o liberalismo , contra o regime representativo, contra a concorrência burguesa, contra a liberdade burguesa de imprensa, contra o direito burguês, contra a liberdade e a igualdade burguesas e de pregar às massas populares que elas não tinham nada a ganhar, mas que, pelo contrário, perderiam tudo, neste movimento burguês. O socialismo alemão esqueceu, muito a propósito, que a crítica francesa, da qual era um simples eco insípido, pressupunha a sociedade burguesa moderna, com as correspondentes condições materiais de existência e uma Constituição Política apropriada, isto é, precisamente as premissas que, na Alemanha, se tratava ainda de conquistar. Para os governos absolutos da Alemanha, com o seu séquito de padres, de pedagogos, de fidalgos rústicos e de burocratas, este socialismo converteu-se no espantalho desejado contra a burguesia que se levantava ameaçadora. Juntou sua hipocrisia adocicada às chicotadas e aos tiros com que estes mesmos governos responderam às rebeliões dos operários alemães".

cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas que interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriosos, fazendo nascer novas esperanças, dá uma solene advertência de não o cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados...".

O movimento político era visto como o meio para se atingir a solidariedade entre os trabalhadores de várias profissões e dos diversos países, e a "emancipação econômica da classe operária". As divergências internas presentes na AIT não eram consideradas uma ameaça à sua constituição. Ao contrário, a intenção de seus fundadores era criar uma organização democrática aberta a todos os trabalhadores, das mais diversas tendências. Esta iniciativa tinha como objetivo fazer avançar a unidade das "multiformes divisões do trabalho". Embora a Internacional desestimulasse as práticas conspirativas e sectárias de grupos operários, colocava como principal meta prepará-los para constituírem uma frente conjunta em suas lutas pela emancipação, assumindo o papel de instrumento de impulsão das lutas dos trabalhadores.

Neste sentido, a AIT não seria a "[...] planta de estufa de uma seita ou de uma teoria" ou "[...] obra de um punhado de políticos hábeis", mas uma organização que visava, a partir de um amplo e permanente debate entre uma pluralidade de tendências delimitar um campo de ação comum, ou, nas palavras de Marx, "[...] fundir em um só grande exército toda a classe operária combativa da Europa e da América". No Congresso de Bruxelas (1868) a aliança entre marxistas e proudhonianos de esquerda, como Eugene Varlin, futuro herói da Comuna de Paris, permitiu a adoção de um programa coletivista (comunista), que propunha a propriedade comum dos meios de produção.

O termo "socialdemocracia" foi cunhado na época do nascimiento do movimento político operário na Europa. Originalmente, o termo expressava o esforço dos democratas para obter reformas políticas e sociais. Nesse sentido já se falava na França de *démocratie sociale* na década de 1840. Durante a revolução de 1848-49, a expressão se estendeu à Alemanha. Os democratas do sul-oeste de Alemanha que se agruparam ao redor de Gustav von Struve e Friedrich Hecker se chamaram de "socialdemocratas" já em março de 1848. Durante a revolução alemã, o movimento operário reivindicou a expressão para sua própria organização. Marx e Engels questionaram em março de 1850 o uso do adjetivo "socialdemocrata" pelos "pequeno burgueses republicanos", preenchendo-o de um conteúdo proletário-revolucionário. Nas décadas de 1850 e 1860, o termo "socialdemocrata" representou, para a burocracia reacionária do Estado prussiano, a quintessência das tendências subversivas. Johann Baptist von Schweitzer tornou a reivindicar o termo para o movimento operário, dando ao jornal que fundou em 1874 o nome de *Der Social Demokrat* e impulsionando a criação de um "partido socialdemocrata".

Em fins de 1868, o revolucionário russo Mikhail Bakunin, depois considerado o "pai do anarquismo", ingressou na Internacional com o objetivo de criar, no seio da organização, e sob sua própria direção, outra organização, chamada de "Aliança da Democracia Socialista". Bakunin pretendia que esta organização particular representasse a "propaganda científica" da

Internacional, embora ele próprio não possuísse nenhuma formação teórica. Seu programa era um colchão de retalhos mal alinhavados: "[...] igualdade entre classes (!), abolição do direito de herança como ponto de partida do movimento social (tolice saint-simoneana), o ateísmo como dogma obrigatório para os membros da Internacional, etc – e, na qualidade de dogma principal, a abstenção (proudhoniana) face ao movimento político"; assim se referiram Marx e Engels ao programa bakuninista.[6]

A corrente de Bakunin defendia a insurreição de todo o povo, pela livre organização das massas trabalhadoras "de baixo para cima". A realização do "socialismo anti-autoritário", proposto pelos anarquistas, exigiria a prévia e completa ruptura com todas as formas de política burguesa. Na crítica dirigida por Bakunin ao "marxismo" (foram os anarquistas os que, de modo polêmico, criaram o depois célebre termo), predominante na Internacional, aquele atribuía sua concepção de revolução e a ideia de *ditadura do proletariado* a uma característica do temperamento do povo alemão, marcado pela "docilidade hereditária" e também pela "sede de domínio".

Em 1870 eclodiu a guerra franco-prussiana, que culminou, simultânea e paralelamente, com a criação formal da nação alemã, e com a explosão da Comuna de Paris, que durou de março a maio de 1871, e foi "o primeiro governo operário" (ou ditadura do proletariado) da história, nas palavras de Marx. A Comuna foi o ponto alto e também de virada do movimento organizado do proletariado na Europa, que vinha tomando forma mais definida desde 1848. Foi um teste decisivo para a Associação Internacional dos Trabalhadores, que teve papel de

[6] Mikhail Bakunin, e antes dele Pierre Joseph Proudhon, ambos considerados como as matrizes ideológicas do anarquismo, conciliavam seu antiestatismo com o nacionalismo (no caso de Bakunin, o pan-eslavismo) e até com um anti-semitismo visceral, que não renunciava (ao menos verbalmente) a qualquer meio para obter a erradicação dos judeus (identificados com o próprio capitalismo) da Europa. Seguramente é um exagero dizer, como o fez Isaiah Berlin, que ambos "anarquistas" eram um par de "mata-judeus" (embora Proudhon chegasse a propor a expulsão dos judeus da Europa para a Ásia). No seu texto *A Questão Judaica* (estupidamente interpretado até hoje como anti-semita) Marx tentou explicar (e compreender) as razões da sobrevivência do judaísmo, em contraposição à destruição de suas bases históricas materiais, contrapondo-se justamente ao anti-semitismo corrente na Europa de meados do século XIX (do qual eram "vítimas", para usar o mais suave dos termos, Bakunin e Proudhon). E, contra o pan-eslavismo bakuniniano, Marx se solidarizou com as reivindicações nacionais polonesas. Tal reconhecimento radicava, não apenas da experiência de organização de um Estado nacional anteriormente vivenciada pelos poloneses, mas também do impacto que a restauração do referido Estado provocaria sobre o "sistema de poder" europeu de então. A ideia da existência de uma "ordem mundial", que subordinava as situações nacionais, derivava-se diretamente do papel do mercado mundial na dinâmica do capitalismo: se o mercado mundial ao se limitava à soma das economias nacionais, a "ordem mundial" não consistia só nos acordos entre os diversos Estados nacionais. Em qualquer hipótese, teria sido impossível fundar um movimento internacional de trabalhadores em cima da salada ideológica semi-revolucionária e semi-reacionária bakuninista-proudhoniana. O depois chamado "anarquismo" resultou da seleção, por uma geração posterior de ativistas (incluída, por exemplo, a norte-americana Emma Goldmann, ela própria de origem judaica) de alguns dos temas desenvolvidos por Proudhon e Bakunin, que estavam longe de constituir uma doutrina coerente, característica que sim possuía a teoria marxista. O anarquismo atingiu enorme importância, na virada do século XIX para o século XX, nos países de Europa latina, sobretudo, e, através da grande imigração desse período, na América Latina e nos EUA. Nessas regiões, ele conservaria a hegemonia no movimento operário até a década de 1930, perdendo-a durante e depois da grande depressão econômica.

destaque desde os primeiros momentos da Comuna. A 4 de setembro de 1870, quando o Império caiu e foi proclamada a República, a seção parisiense da AIT realizou uma reunião com a Câmara Federal das Sociedades Operárias, que não decidiu pela derrubada imediata do governo republicano burguês, mas definiu a luta por uma série de reivindicações, entre elas a abolição imediata da polícia imperial, a supressão da chefatura governamental de polícia em Paris, a organização da polícia municipal, a revogação de todas as leis contra a imprensa e contra os direitos de reunião e de associação, o armamento imediato dos trabalhadores e o alistamento em massa para fazer frente à ofensiva da Prússia. Para garantir a luta e vigiar o governo, propunham a formação do "Comitê Central Republicano de Defesa Nacional das Vinte Regiões de Paris", que passou a existir lado a lado com o governo burguês de Trochu: a AIT, portanto, impulsionou o estabelecimento de uma dualidade de poderes, que foi o prelúdio da Comuna.

Depois da recusa da população parisiense de entregar ao exército os canhões situados em Montmartre, a 18 de março de 1871, o governo revolucionário foi formado por uma federação de representantes de bairro (a Guarda Nacional, uma milícia formada por cidadãos comuns). Sua primeira proclamação foi a "abolição do sistema da escravidão do salário de uma vez por todas". O governo oficial fugiu, junto com suas tropas leais, e Paris ficou "sem autoridade". O Comitê Central da federação dos bairros ocupou este lugar de autoridade, e se instalou no prédio da prefeitura. O comitê era formado por "blanquistas", membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, "proudhonianos" e indivíduos não-afiliados politicamente, a maioria trabalhadores braçais, escritores e artistas. Estava proclamada a Comuna.

Eleições foram realizadas, mas obedecendo à democracia direta em todos os níveis da administração pública. A polícia foi abolida e substituída pela guarda nacional. A educação foi secularizada, a previdência social foi instituída, uma comissão de inquérito sobre o governo anterior foi formada, e se decidiu por trabalhar no sentido da abolição da escravidão do salário. Noventa representantes foram eleitos, mas apenas 25 eram trabalhadores. Em semanas, a Comuna de Paris introduziu mais reformas do que todos os governos franceses nos dois séculos anteriores:

1. O trabalho noturno foi extinto;
2. Oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas;
3. Residências vazias foram desapropriadas e reocupadas;
4. Em cada residência oficial foi instalado um comitê para organizar a ocupação de moradias;
5. Todos os descontos nos salários foram abolidos;
6. A jornada de trabalho foi reduzida, e chegou-se a propor a jornada de oito horas;
7. Os sindicatos foram legalizados;
8. Instituiu-se a igualdade entre os sexos;

9. Projetou-se a gestão operária das fábricas (sem, no entanto, implantá-la);
10. O monopólio da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos;
11. Testamentos, adoções e a contratação de advogados se tornaram gratuitos;
12. O casamento se tornou gratuito e simplificado;
13. A pena de morte foi abolida;
14. O cargo de juiz se tornou eletivo;
15. O calendário revolucionário foi novamente adotado;
16. O Estado e a Igreja foram separados; a Igreja deixou de ser subvencionada pelo Estado e os espólios sem herdeiros passaram a ser confiscados pelo Estado;
17. A educação se tornou gratuita, secular, e compulsória. Escolas noturnas foram criadas e todas as escolas passaram a ser de sexo misto;
18. Imagens santas foram derretidas e sociedades de discussão foram criadas nas igrejas;
19. A Igreja de Brea, erguida em memória de um dos homens envolvidos na repressão da Revolução de 1848 foi demolida. O confessionário de Luís XVI e a coluna Vendôme também;
20. A bandeira vermelha foi adotada como símbolo da Unidade Federal da Humanidade.

As iniciativas dos membros da Internacional continuaram a marcar os passos seguintes da revolução, mas na eleição interna da Comuna eles ficaram em minoria. Os membros das seções parisienses da Internacional que fizeram parte, de saída, da Comuna, eram: Assi, Avrial, Beslay, Chalain, Clémence, Lefrançais, Malon, Pindy, Theisz, Vaillant, Amouroux e Géresme. A estes se somariam outros eleitos no decorrer da Comuna, como Serrailler, delegado de Marx e eleito a 16 de abril. A maioria na Comuna coube aos adeptos de Auguste Blanqui,[7]

[7] Louis-Auguste Blanqui (1805-1881) foi um teórico e revolucionário republicano socialista francês, associado aos socialistas utópicos. Jovem estudante ao tempo da Restauração, aderiu em 1824 à *Charbonnerie*, organização revolucionária que conspirava contra a monarquia dos Bourbons. Blanqui iniciou-se assim no mundo subterrâneo das sociedades secretas e das conspirações. Foi ferido em 1827 em manifestações de estudantes em Paris. Combateu o regime de Charles X, em julho de 1830, com as armas na mão. Foi condenado em 1832, como membro da *Sociedade dos Amigos do Povo*. Devia doravante passar uma grande parte da sua vida na prisão. Em 1836 foi líder da Sociedade das Famílias, que tinha fundado Barbès, e foi condenado a dois anos de prisão por fabricação de explosivos. Perdoado pela anistia de 1837, militou na Sociedade das Estações, e preparou a insurreição de 12 de maio de 1839 em Paris, que fracassou. Blanqui fugiu, mas, detido, foi condenado à morte em janeiro de 1840. A sua pena foi comutada em reclusão à vida, sendo perdoado em 1844. Chegado à Paris em 25 de fevereiro de 1848, fundou a Sociedade Republicana Central. Em 15 de maio tentou tomar o poder, foi detido e condenado a dez anos de prisão. Militou de novo contra o Segundo Império agrupando estudantes e trabalhadores; encarcerado, escapou e refugiou-se na Bélgica em 1865. Após a queda de Napoleão III, reapareceu em Paris em 1870 e criou um jornal, *La Patrie en Danger*, para apoiar a

revolucionário que passou a maior parte de sua vida na prisão. Os blanquistas, que não faziam parte da AIT, foram desde o início maioria no Comitê Central da Guarda Nacional, e buscaram desde o início derrubar o governo burguês de Trochu e, depois, de Thiers. Por duas vezes antes de 18 de março de 1871, em outubro de 1870 e janeiro de 1871, organizaram insurreições que tinham como objetivo explícito a instauração da Comuna, porém foram mal-sucedidos. Os blanquistas cultivavam uma teoria ultra-conspirativa e "vanguardista" da revolução, julgavam o proletariado incapaz de desenvolver, sob o domínio do capital, a consciência de classe necessária, e por isso julgavam que a revolução seria conduzida no início pela ditadura de um pequeno grupo de revolucionários dedicados, nos moldes dos jacobinos da Revolução Francesa de final do século XVIII.

Mantendo uma organização clandestina e coesa de militantes disciplinados e dedicados, os blanquistas puderam fazer um amplo trabalho de divulgação revolucionária no proletariado, mesmo sob as repressivas condições do regime de Napoleão III, e forjaram um conjunto de lutadores que se conheciam mutuamente e eram reconhecidos pelos demais operários por sua honestidade e abnegação. Esse conjunto pôde, quando a situação revolucionária se estabeleceu, tomar decisões rápidas e decisivas, e mais ou menos afinadas com o estado de ânimo do conjunto da classe. A ligação concreta e viva com a vida da classe acabou suprindo as debilidades de sua ideologia. O mesmo se pode dizer dos seguidores das ideias de Proudhon, que eram maioria entre os membros da AIT, e que cultivavam as ideias econômicas mutualistas de seu mestre, uma espécie de socialismo de pequenos produtores de mercadorias, mas que acabaram impulsionando na prática as medidas na Comuna que apontavam para uma economia coletivista gerida por associações proletárias. Por seu lado, outro setor da AIT, aquele mais próximo das posições de Marx e Engels, foi sem dúvida o que melhor apreendeu o significado geral da experiência da Comuna, o que mais claramente percebeu suas características únicas, bem como suas debilidades, e registrou tudo isso através da pena de Marx, em sua mensagem ao Conselho Geral da AIT, *A Guerra Civil na França*, escrita no calor da revolução, e publicada em junho de 1871.

O primeiro erro da Comuna, "decisivo", segundo Marx, aconteceu no seu próprio dia inicial, em 18 de março, quando o governo de Thiers evacuou Paris. O Comitê Central deveria, sem demora, ter ordenado à Guarda Nacional a marchar sobre Versalhes, "então inteiramente indefesa". Também o Comitê Central deixou o exército regular abandonar Paris; certamente, suas tropas haviam confraternizado com a população parisiense e sua causa, mas seriam posteriormente retomadas em mãos pela oficialidade e utilizadas contra Paris. Por que a Comuna não perseguiu Thiers? Luquet opina que foi principalmente pela crença na possibilidade de chegar a um acordo com Thiers. De tal maneira que "[...] o decreto de morte da Comuna foi pronunciado no próprio dia de sua vitória, pelo Comitê Central".

---

resistência de Gambetta contra os prussianos. Participou dos motins de outubro de 1870. Detido na véspera da Comuna, condenado à deportação, foi internado em Clairvaux em razão de sua idade. Eleito deputado em Bordeaux em abril de 1879, não pode assumir a cadeira, mas foi indultado e liberado em junho. Em 1880, lançou um jornal, "Nem Deus, nem Soberano", que dirigiu até sua morte. Seu principal livro, *Crítica Social*, de 1885, foi de publicação póstuma.

O Comitê Central da Guarda Nacional, contrariamente a sua declaração de 29 de março, não abdicou, na prática, de sua vontade de dirigir militarmente o movimento. Desempenhou um papel desorganizador, já que "concorria" com a Comuna. A Comuna assegurou o funcionamento da máquina administrativa parisiense, abandonada por muitos funcionários, sobretudo pelas chefias. Os Correios, os trens, a gráfica nacional, a receita, as escolas etc. continuaram a funcionar. E conseguiu manter a Guarda Nacional com os soldos em dia e equipada. No terreno simbólico, substituiu a bandeira tricolor pela bandeira vermelha e queimou a guilhotina.

No terreno político se comportou como um governo de fato, controlando o executivo e o legislativo. Em 29 de março suprimiu o alistamento militar. Extinguiu o exército profissional permanente, substituindo-o pelo povo armado. Aboliu o orçamento dos cultos e decretou a separação entre a Igreja e o Estado. Reconheceu os direitos políticos dos estrangeiros, inclusive alguns foram eleitos para a própria Comuna. Criou o "ensino gratuito, laico e obrigatório". Uma Comissão foi instituída para transformar o ensino privado em ensino laico e para organizar e desenvolver o ensino profissional. A falta de tempo impediu que seus planos fossem levados a cabo, mas mesmo assim a Comuna conseguiu abrir duas escolas profissionais: uma para moços e uma para moças. Em decreto de 2 de abril, fixou em seis mil francos anuais o teto do ordenado dos funcionários e membros do governo, igualando-o com o salário do operário. Também proibiu a acumulação de cargos. Proibiu o trabalho noturno nas padarias em decreto de 20 de abril. Proibiu, tanto nas empresas particulares como na administração pública, as multas e deduções sobre o salário dos trabalhadores. Suprimiu o pagamento de aluguéis para o período de outubro de 1870 a abril de 1871.

A Comuna obrigou à Caixa de Penhores à restituição gratuita de certos objetos (roupas, móveis, livros) e dos instrumentos de trabalho penhorados (entre 12 e 25 de maio, foram restituídos 41.928 itens, no valor total de 323.407,80 francos). Em 16 de abril, um decreto obrigou a reabertura e funcionamento das firmas e fábricas abandonadas pelos seus donos. Estudou-se a forma de viabilizar sua entrega aos trabalhadores organizados em cooperativas. Mas a Comuna de Paris não podia ser mais do que uma primeira tentativa. Iniciada ao término de uma guerra, espremida entre dois exércitos prontos a dar as mãos para esmagá-la, não se atreveu a enveredar pelo caminho da revolução econômica. Não iniciou um processo de expropriação do capital ou de organização do trabalho. Não soube ao menos avaliar os recursos da cidade. Também não conseguiu romper com a tradição de um governo representativo, nem procurou realizar, dentro da Comuna, o mesmo tipo de organização que fora instaurada pela proclamação da independência da cidade e a livre associação das federações.

Outra crítica à Comuna refere-se a ela ter recuado diante da medida de apossar-se do Banco Central da França, em vez de limitar-se a tomar emprestado do mesmo, enquanto o governo de Thiers continuou usando-o tranquilamente. Também se censurou a Comuna por ter descuidado do apoio às lutas operárias da província e, particularmente, às Comunas que surgiram em algumas grandes cidades do interior ("[...] para levantar a França, foi alocado no máximo cem mil francos", queixou-se Prosper-Olivier Lissagaray, um dos combatentes da Comuna, depois historiador da mesma; e também quase-genro de Karl Marx); a Comuna não conseguiu compreender o papel eminentemente impulsionador e centralizador

que poderiam desempenhar diretivas suas: ela poderia tentar promover uma coalizão dos diversos movimentos municipais contra o governo de Versalhes; nem mesmo percebeu o que representaria a busca de atividades e movimentos de solidariedade à sua luta: a possibilidade de abertura de novos focos de luta; no mínimo, a possibilidade de esclarecer, desfazer as mentiras de Versalhes, inclusive e, sobretudo, junto ao campesinato (então a grande maioria da população da França).

Também foi apontado o descuido da Comuna para com o movimento operário internacional: havia uma comissão encarregada de manter as relações com o "exterior", mas esta esqueceu quase totalmente o resto do mundo. Por toda a Europa, a classe operária bebia avidamente as novas de Paris, combatia com a grande cidade, multiplicava os comícios, as passeatas, os apelos. Seus jornais lutavam corajosamente contra as calúnias da imprensa burguesa. O dever da comissão para o exterior era de alimentar estes auxiliares (ela não fez quase nada). Alguns jornais estrangeiros endividaram-se até a falência para defender esta mesma Comuna de Paris que deixava seus defensores perecerem, por falta de apoio. Desde o primeiro instante, as velhas classes possuidoras, reagrupadas em Versalhes (com Thiers e a Assembleia Nacional) organizaram-se para esmagar a Comuna, obtendo inclusive da Prússia a libertação de centenas de milhares de soldados presos na guerra.

Os *communards*, no entanto, não organizaram o ataque a Versalhes logo depois de 18 de março. Nesse meio tempo, Versalhes não ficara inativa. Trouxe para a região parisiense tropas oriundas do interior. O armistício autorizava a França a manter apenas quarenta mil soldados na região parisiense, Thiers negociou, com os alemães, a autorização para ali concentrar mais tropas, com o fim de restabelecer a ordem. Bismarck foi muito compreensivo: o acordo de 28 de março autorizou oitenta mil homens. Após outras negociações, Versalhes obteve a autorização de concentrar 170 mil homens, dos quais cerca de cem mil eram prisioneiros franceses libertados pelos alemães para este fim específico.

O fim dramático da Comuna se precipitou: em 19 de abril a Comuna votou, quase por unanimidade, uma *Declaração ao Povo Francês*, que apresentava seu programa e sua proposta de Constituição Comunalista que, segundo Marx, teria "começado a regeneração da França". Em 21 de abril, houve uma reestruturação das Comissões, que passaram a ser encabeçadas por um delegado, os nove delegados constituindo a Comissão Executiva. Como isto não bastava para fortalecer e agilizar a ação da Comuna, foi criado um Comitê de Salvação Pública, de cinco membros, "responsável apenas diante da Comuna" (proposta que encontrou a oposição de uma importante minoria, entre os quais os membros da AIT). A partir de 26 de abril, os federados começaram a perder posições.

Em 9 de maio, o Comitê de Salvação Pública sofreu uma renovação, na esperança de melhorar sua ação efetiva. Por sua vez, no dia 10, o governo de Thiers assinou a paz com a Alemanha em Frankfurt. No dia 20, os versalheses entraram em Paris: um traidor lhes abriu uma porta; 130 mil homens começam a penetrar na cidade. O alerta foi dado; iniciativas de resistência foram tomadas. No dia 22, o Comitê de Salvação Pública lançou um apelo geral às armas. Os bairros populares encheram-se de barricadas. Praticava-se a guerra de ruas; para dificultar o avanço do adversário, incendiavam-se os edifícios na hora de abandoná-los. Os

versalheses foram obrigados a conquistar a cidade quarteirão por quarteirão.

Em 24 de maio, a Comuna abandonou o Hôtel-de-Ville, para instalar-se na Prefeitura da 11ª região administrativa. No dia 25, aconteceu a última reunião da Comuna. No dia seguinte, resistia apenas um bolsão no bairro Saint-Antoine e arredores. Às 13 horas de 28 de maio caiu a última barricada dos revolucionários. Quatro mil *communards* morreram na batalha; mais 20 mil seriam executados sumariamente nos dias que se seguiram; 10 mil conseguiram fugir para o exílio; mais de 40 mil foram presos, destes, 91 condenados à morte, quatro mil à deportação e cinco mil a penas diversas: a batalha de Paris produziu 20.000 vitimas; 26.000 *communards* foram capturados entre 21 e 28 de maio; mais de 3.500 nas lutas contra Versalhes, em abril; 5.000 foram presos em junho-julho. Um total, entre presos e fugitivos e mortos, de cerca de 100 mil habitantes parisienses, mais de 5% da população da cidade. Entre os 38.578 presos julgados em janeiro de 1875, 36.909 eram homens, 1.054 mulheres, e 615 crianças com menos de 16 anos. Só 1.090 foram liberados depois dos interrogatórios.

Lênin, nas suas conclusões acerca da derrota da Comuna, assinalou que "[...] para que uma revolução social possa ser vitoriosa, duas condições ao menos são necessárias: as forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era sobretudo um pais de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes, etc). Mas o que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa". Não está demais assinalar que a Comuna de Paris teve repercussões até em regiões longínquas, tais como Portugal, Brasil, Argentina e México

A AIT já era teatro de disputas internas desde antes de 1870, opondo fundamentalmente Bakunin e Marx. Estas redobraram de intensidade depois da derrota da Comuna, com manobras de bastidores envolvendo todas as partes. A AIT, que protagonizara episódios grandiosos em 1870 e 1871, não sobreviveu à derrota dos proletários de Paris. A influência da Internacional na Comuna foi mais potencial que real, e por isso tanto mais temida. Um dos chefes militares da Comuna, um oficial francês que nada tinha de "internacionalista" ou de "comunista", mas que entendeu ser seu dever combater junto à Comuna "francesa" contra as orquestrações dos "prussianos" e dos "traidores", disse claramente aos que o julgavam pelo seu "crime": "[...] Vocês estão vendo, legisladores imbecis, que é preciso abrir a sociedade para a horda que a sitia: sem isso, essa horda far-se-á uma sociedade fora da vossa. Se as nações não abrem suas portas à classe operária, a classe operária se precipitará em direção da Internacional". E acrescentava: "[...] Não tenho nenhum preconceito em favor dos *communards*: ainda assim, em que pesem todas as vergonhas da Comuna, reivindico ter combatido junto a esses vencidos do que junto aos vencedores... Se devesse recomeçar, talvez não serviria à Comuna, mas com certeza não iria servir a Versalhes."

Marx respondeu a uma entrevista, realizada pelo jornal *Woodhull & Claflin's Weekly*, dos EUA, a respeito da participação da Internacional na Comuna, entrevista feita de modo bastante agressivo: "[...] Gostaria que me provasse que houve complô e que tudo que aconteceu não foi o resultado normal das circunstâncias do momento. A supor que tivesse havido

complô, peço para ver as provas de uma participação da AIT", foi a resposta de Marx. Mas o jornalista insistiu: "[...] A presença de tantos membros da Associação na Comuna". Ao que Marx respondeu: "[...] Poderia muito bem ter sido também um complô de maçons, pois a sua participação, enquanto indivíduos, não foi desprezível... O levantamento de Paris foi realizado pelos operários parisienses. Os mais capazes dentre eles deviam necessariamente ser também os chefes e os responsáveis do movimento. Ora, acontece que os operários mais capazes são ao mesmo tempo membros da AIT. E, todavia, a Associação enquanto tal não tomou em que quer que seja decisão alguma sobre a sua ação."

A Comuna não teve, para o desenvolvimento posterior do movimento proletário francês e europeu, os efeitos que eram de se esperar. Os blanquistas, a grande maioria presos ou exilados, acabaram aderindo à AIT nos seus derradeiros anos de existência, mas não superaram suas ideias, contrariadas pela Comuna, e desapareceram enquanto corrente do movimento nos anos seguintes. Entre os anarquistas, a Comuna teve a consequência de enfraquecer as primitivas concepções proudhonistas e reforçar as tendências revolucionárias. A França pós-Comuna foi o berço das correntes que se tornaram predominantes no anarquismo europeu nas décadas seguintes: o anarco-sindicalismo e o terrorismo individual, em cujo corpo de ideias as lições da revolução parisiense tinham pouco espaço. Em 1871, portanto, quando caíram os últimos *communards* atingidos pelas balas da reação francesa, encerrou-se um capítulo da história do movimento operário e socialista mundial. Uma cortina de violência desceu sobre o cenário político europeu. Liberais e conservadores, republicanos e monarquistas se uniram numa nova santa aliança contra o proletariado revolucionário e sua representante maior, a Internacional.

Mas o fator decisivo da dissolução da Internacional foram suas complicações políticas internas (que refletiam, claro, seu isolamento externo). Segundo o estudo de Miklós Molnar sobre a I Internacional, Engels padeceu de um otimismo que permite supor que não havia previsto as consequências da predisposição dos operários em favor do anarquismo, em especial na Espanha e na Itália. O Conselho Geral da AIT havia sido criado em 1864, e estava composto por ingleses e emigrados residentes em Londres. Não possuía laços vivos com as seções nacionais. A correspondência não substituía o confronto permanente de opiniões e informações. Os correspondentes do Conselho Geral na Alemanha eram Liebknecht, Bebel, Kugelmann e Bracke, os "expertos" alemães no Conselho Geral eram nada menos que Marx e Engels.

Na verdade, a Internacional andava no vazio. Nascida do "movimento real", não lhe restava, em 1872, um ano depois da derrota da Comuna, nenhuma base sólida no continente europeu. O programa adotado na Conferência de Londres privou o Conselho Geral do apóio dos federalistas e dos coletivistas, bases do futuro anarquismo, sem lhe trazer o sustento ativo dos socialdemocratas. Estes aprovaram o programa do Conselho, mas não se interessavam pela Internacional; os primeiros, ao contrário, ficavam fiéis à Associação Internacional, mas reprovavam seu programa político. Durante oito anos (1864 – 1872), os interesses internacionais da classe operária triunfaram sobre a diversidade de tendências reunidas ao redor da bandeira da Internacional. Mas, mudadas as condições históricas e políticas, os elementos que garantiam a coesão se debilitaram. A diversidade venceu a unidade. A distância entre as

tendências era demasiadamente grande para permitir que o Conselho Geral pudesse seguir uma política conforme as aspirações e o grau de desenvolvimento de cada uma delas. O Conselho teve que escolher entre elas, aceitando assim o perigo de provocar seu próprio fim.

A proclamação formal da nação alemã, que mudou totalmente a política europeia, deu-se com a derrota da França na guerra franco-prussiana: as peculiaridades da unificação alemã marcariam decisivamente o destino da Europa (até o século XX) e, em decorrência, a configuração do movimento operário no continente. No prefácio de 1874 a *A Guerra dos Camponeses na Alemanha*, Engels afirmava que "[...] a desgraça da burguesia alemã consiste em que, seguindo o costume favorito alemão, chegou demasiado tarde. Desse modo à Prússia correspondeu o peculiar destino de culminar no final deste século, e na forma agradável do bonapartismo, sua revolução burguesa que se iniciou em 1808-1813 e que deu um passo à frente em 1848. E se tudo caminha bem, se o mundo permanece quieto e tranquilo e nós chegarmos à velhice, tal vez em 1900 vejamos que o governo prussiano acabou realmente com todas as instituições feudais e que a Prússia alcançou por fim a situação em que se encontrava a França em 1792".

Engels constatava que, em 1848, como no começo do século XVI, com Lutero, a Alemanha só conseguiu se igualar à Europa, e até mesmo se colocar em sua dianteira, no plano do espírito, do pensamento religioso e filosófico. Engels via que o processo de modernização da Prússia iniciava-se, em 1808-1813, como resposta às invasões napoleônicas, aprofundando-se, a partir de 1848, como resposta à revolução desse mesmo ano, culminando na unificação em 1870. E, nos três momentos, a transformação se fez sempre "por cima", pelas mãos do Estado, não da revolução. Marx e Engels elaboraram a teoria da revolução proletária num período "intermediário", ou seja, num momento em que o desenvolvimento das forças produtivas e o grau de radicalização da oposição das classes burguesa e proletária não mais permitiam a revolução burguesa, e ainda não possibilitavam a revolução proletária. Marx e Engels tinham plena consciência dessa situação, e explicaram dessa forma a razão do conservadorismo da burguesia alemã em 1848, que procurou se associar à nobreza feudal para se proteger da ameaça proletária de uma revolução nacional burguesa.

Engels, depois de apresentar um resumo da revolução de 1848, de mostrar que, nela, apesar de ter sido uma revolução burguesa fracassada, "[...] a burguesia tinha obtido uma parte – modesta é certa – do poder político, mas cada êxito político era explorado na perspectiva de um desenvolvimento industrial"; depois, portanto, de mostrar como a Alemanha ingressara, apesar de tudo, no caminho da transformação capitalista, ao entrar no problema da unificação do país, exigido por esse mesmo desenvolvimento capitalista, perguntava-se: "[...] Mas como unir as forças de toda a nação? Três vias se apresentavam após o malogro das tentativas de 1848 – que, embora muitas vezes nebulosas, contribuíram não obstante para dissipar algumas nuvens". Depois de tecer considerações sobre as duas primeiras vias, "a abertamente revolucionária" (como a unificação italiana, que Engels, equivocadamente, considera como tendo "enveredado por esse caminho") e "[...] a unificação sob a égide da Áustria", detém-se sobre a terceira, "a unificação sob a égide da Prússia". Com esta última, a que efetivamente se verificou, descemos, afirmava Engels, "[...] do domínio da especulação para o terreno mais sólido, embora bastante sórdido, da

política realista que foi praticado".

Ao examinar o processo real histórico dessa unificação, Engels afirmou que "[...] Bismarck realizou a vontade da burguesia alemã... contra a vontade desta. Os burgueses alemães continuavam a mover-se na sua famosa contradição: por um lado, reivindicavam o poder político para si sós. Por outro lado, reclamavam uma transformação revolucionária das estruturas da Alemanha - o que só era possível com o recurso à violência, logo com uma verdadeira ditadura. Ora, desde 1848, a burguesia, em todos os momentos decisivos, deu sempre a prova de que não possuía nem sombra da energia necessária para realizar uma dessas tarefas, quanto mais às duas! Nas condições alemãs de 1871, um Bismarck estava efetivamente votado a conduzir uma política de tergiversação entre as diversas classes. A única coisa que importava era saber que objetivo prosseguia a sua política. Se, qualquer que fosse o seu ritmo, ela se dirigisse, conscientemente e resolutamente, para o reinado final da burguesia, estaria em harmonia com a evolução histórica - até ao ponto, evidentemente, que esta fosse compatível com a existência de classes possuidoras. Se a sua política se propunha a conservação do velho Estado prussiano e a prussificação gradual da Alemanha, era reacionária e acabaria por fracassar". Basta apenas mencionar o rumo seguido pela Alemanha até a sua derrota na Primeira Guerra Mundial, para notar como a história deu, neste ponto, razão a Engels.

Mas, no desenvolvimento político consecutivo à derrota da Comuna de Paris, e dada à situação existente na França e na Inglaterra (ausência de independência política do movimento proletário, depois da derrota do *cartismo* em 1848), só Alemanha poderia servir de base e de centro para o movimento operário internacionalista: Marx seria o primeiro a admitir essa situação. A política do Conselho Geral da AIT se modelou, a partir de 1871, tendo como base o partido socialdemocrata alemão: foi uma transformação radical, de acordo com o modo de organização e o programa político da socialdemocracia alemã, reputada para ser o centro de atração européia e a força motriz da Internacional renovada. Na fundação da Internacional Socialista, a II Internacional, a socialdemocracia alemã seria considerada, e admitida, como "partido – guia".

Em 1872, reuniu-se em Haia o último congresso da I Internacional em solo europeu. Por proposta de Karl Marx, o Conselho Geral da AIT foi transferido para os Estados Unidos. Ele queria com isto protegê-lo dos ataques da reação, e também da ação desagregadora dos anarquistas, que ameaçavam tomar por assalto a direção da organização. Os anarquistas, considerando-se os verdadeiros seguidores dos fundadores da Internacional, reagiram imediatamente, celebrando em Zurique uma reunião, e se deslocando imediatamente a Saint Imier, na Suíça, onde aconteceu, por iniciativa dos italianos, um congresso que decidiu a continuidade da AIT, que seria depois conhecida como a Internacional anti-autoritária. Havia quatro delegados espanhóis, seis italianos e dois franceses, dois pela Federação Jurassiana e um pelos Estados Unidos. Um total de quinze delegados que decidiu por unanimidade não reconhecer o congresso de Haia, e deliberou resoluções sobre o "pacto de amizade, solidariedade e defesa mútua entre as federações livres", "a natureza da ação política do proletariado", a "organização da resistência do trabalho".

Os anarquistas fixaram sua condição "anti-política e anti-autoritária" afirmando: "[...]

1°, Que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado; 2°, Que toda organização de um poder político pretensamente provisório e revolucionário, para trazer essa destruição, não pode ser mais que um engano, e seria tão perigoso para o proletariado como todos os governos que existem hoje; 3°, Que, rejeitando todo compromisso para chegar à realização da Revolução Social, os proletários de todos os países devem estabelecer, fora de toda política burguesa, a solidariedade da ação revolucionária". Os marxistas chamaram os bakuninistas de "cisionistas". Estes finalmente celebraram seu Congresso em Genebra, em 1873, organizado pela Seção de Propaganda Socialista e Revolucionária de Genebra, com a presença de 26 delegados. Os estatutos da AIT foram modificados de acordo com os princípios defendidos pelos bakuninistas.

A Internacional "de Haia" (ou "marxista") ainda viveu debilmente mais alguns anos, até que, em 1876, diante dos reveses sofridos pelo movimento operário e socialista, o Congresso de Filadélfia decidiu pela sua dissolução.[8] Em Filadélfia, em julho de 1876, se acordou "suspender por tempo indeterminado a Associação Internacional dos Trabalhadores". Previamente, Marx e Engels já a tinham condenado. Em carta de Engels a Sorge, com motivo da demissão deste do cargo de Secretário da Internacional, se diz: "Com sua demissão, a velha Internacional fica definitivamente ferida de morte e chega ao seu fim. Isso é bom. Pertencia ao período do Segundo Império... ".

Na Inglaterra, berço inicial da Internacional, as *trade unions* evoluíram para os sindicatos, que tiveram uma evolução lenta em suas reivindicações. As jornadas de trabalho tinham diminuído, o poder de compra do salário tinha crescido, mas ainda a situação nos bairros operários continuava precária. Paralelamente à movimentação operária, a burguesia industrial foi impondo suas reivindicações econômicas contra a velha aristocracia, na forma do liberalismo econômico. Os industriais passaram a pleitear a liberdade de comércio e o fim do protecionismo alfandegário existente sobre os produtos agrícolas, argumentando que a livre importação de cereais a preços mais baixos que os produzidos na Inglaterra seria um dos meios de se acabar com a miséria dos trabalhadores.

Os grandes proprietários de terra se opunham a isso, afirmando que nada disso valeria para o operário, pois com os alimentos mais baratos, os industriais acabariam por reduzir os seus salários. Foram finalmente derrotados pela burguesia industrial. As *trade unions*, por sua vez, só seriam plenamente reconhecidas, como sindicatos da classe operária, em 1871. No plano dos direitos políticos, as conquistas foram mais lentas: foi só com a reforma eleitoral de Disraeli (1867) e com a reforma parlamentar de Gladstone (1884), que a maioria dos operários ingleses (urbanos e rurais) obteve o direito de sufrágio. Na França, o sufrágio universal foi instaurado depois da derrota da Comuna, na Terceira República: a plena vigência da "democracia representativa" exigiu, como condição prévia, o esmagamento físico da classe operária. Essa vigência, porém, alteraria por um longo período (até o final da Primeira Guerra Mundial) o terreno em que se livraria a luta política da classe operária e dos partidos

[8] A chamada Associação Internacional dos Trabalhadores sobreviveu somente na sua dissidência anarquista, que se considera como herdeira da que foi fundada em Londres, em 1864. A sua existência hoje é principalmente simbólica.

socialistas. A "velha toupeira", no entanto, continuou seu trabalho subterrâneo e, no final da "Grande Guerra", foram o exemplo e as lições da Comuna que inspiraram os bolcheviques russos a encabeçar e dirigir o novo "assalto ao céu".

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABENDROTH, Wolfgang. *História Social do Movimento Trabalhista Europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRIEU, Jules. *Notes pour Servir à l'Histoire de la Commune de Paris de 1871*. Paris: Payot, 1971.

ARRU, Angiolina. *Clase y Partido en la I Internacional*. El debate sobre la organización entre Marx, Bakunin y Blanqui , 1871-1872. Madri: Comunicación, 1974.

BOURGIN, Georges. *La Commune 1870-1871*. Paris: Les Éditions Nationales, 1939.

BRAUNTHAL, Julius. *Geschichte der Internationale*. Hannover: Dietz Verlag, 1961.

BRAVO, Gian Mario. *Marx e la Prima Internazionale*. Bari: Laterza, 1979.

COLE, G. D. H.. *Historia del Pensamiento Socialista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976, 7 v.

DOLLÉANS, Edouard. *Histoire du Mouvement Ouvrier*. Paris: Armand Colin, 1946, 3 v.

DUBOIS, Raoul. *A l'Assaut du Ciel*. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1991.

DUPUY, Aimé: *1870/1871. La Guerra, la Comune e la Stampa*. Roma: Samonà e Savelli, 1970.

ENGELS, Friedrich. *Note sulla Guerra Franco-Prussiana del 1870/71*. Milão: Lotta Comunista, 1996.

ENGELS, Friedrich. *La Guerra de los Campesinos en Alemania*. Buenos Aires: Claridad, 1971.

ENGELS, Friedrich. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. Lisboa: Avante, 1981.

FRIED, Albert; SANDERS, Ronald. *Socialist Thought.* A documentary history. Nova York: Garden City - Doubleday Anchor, 1964.

GARCIA, Victor. *La Internacional Obrera*. Madri: Júcar, 1978.

HALÉVY, Élie. *Histoire du Socialisme Européen*. Paris, Gallimard, 1948.

HAUPT, Georges. *L'Historien et le Mouvement Social*. Paris: François Maspéro, 1980.

KESSEL, Patrick. *1871: la Commune et la Question Militaire (Cluseret-Rossel)*. Paris, UGE, 1971.

KRIEGEL, Annie. *As Internacionais Operárias*. Amadora: Bertrand, 1974.

KUCZYNSKI, Jurgen. *Evolución de la Clase Obrera*. Madri: Guadarrama, 1976.

LICHTEIM, George. *Breve Historia del Socialismo*. Madri, Alianza, 1979.

LICHTEIM, George. *El Marxismo*. Un estudio histórico y crítico. Barcelona: Anagrama, 1964.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *Histoire de la Commune de 1871*. Paris: François Maspéro, 1983.

LUQUET, P.; DUNOIS, A. et al. *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

MANCINI, Vittorio. *La Comune di Parigi*. Storia della prima revoluzione proletaria. Milão: Savelli, 1975.

MARX, Karl; BAKUNIN, Mikhail et al. *Escritos sobre a Comuna de Paris*. São Paulo: Xamã, 2003.

MARX, Karl. *La Guerre Civile en France*. Paris: Éditions Sociales, 1953.

MOLNAR, Miklós. *El Declive de la Primera Internacional*. Madri: Edicusa, 1974.

MOLNAR, Miklós. *Marx, Engels et la Politique Internationale.* Paris: Gallimard, 1975.

MORTON, A. L.; TATE, G.. *Historia del Movimiento Obrero Inglés*. Madri: Fundamentos, 1971.

NETTLAU, Max. *La Anarquia a Través de los Tiempos*. Barcelona: sep, 1935.

PLESSIS, Alain. *De la Fête Impériale au Mur des Fédéres*. Paris: Seuil, 1976.

ROSENBERG, Arthur. *Democracia e Socialismo*. História política dos últimos 150 anos. São Paulo: Global, 1986.

ROSDOLSKY, Roman. *Friedrich Engels y el Problema de los Pueblos sin Historia*. México: Siglo XXI, 1980.

TROTSKY, Leon. *Terrorismo y Comunismo*. Madri, Júcar, 1977.

VALLÈS, Jules; HUGO, Victor et al. *Crônicas da Comuna*. São Paulo: Ensaio, 1992.

VRANICKI, Predrag. *Storia del Marxismo*. Roma: Editori Riuniti, 1973, 2 v.

A proclamação da Comuna

Barricadas em Paris

A Comuna de Paris: as raízes terrenas da crítica ao céu[1]

*Mauro Luis Iasi**

O que é um republicano? Um animal feroz [...]
Vamos, homens de bem, daí uma mão para acabar
Com esta gentalha democrática e internacional!
Le Figaro

A violência com que a burguesia retomou a cidade de Paris tomada pela ousadia proletária em 1871 foi algo sem precedentes. Um jornal da época defendia que:

> Nem um único dos malfeitores em cujas mãos Paris esteve por dois meses será considerado preso político: serão todos tratados como bandidos que são, como os mais espantosos monstros jamais vistos na história da humanidade. Vários jornais falam de reerguer o cadafalso por eles destruído, para não lhes dar nem sequer a honra de ser fuzilados (Moniteur Universel, apud Lissagaray, 1991: 295).

O saldo do massacre foi impressionante: 30 mil mortos na resistência, 45 mil prisioneiros dos quais 13 mil condenados, 270 à morte, 400 a trabalhos forçados e 4 mil deportados. Thiers justificava a ação sangrenta afirmando que "[...] nossos valentes soldados se comportam de modo a inspirar a mais alta estima, a mais elevada consideração ao estrangeiro" (Lissagaray, 1991: 269). Entre os mortos não estão apenas os que resistem nas barricadas em nome da Guarda Nacional, mas os feridos que tem seus crânios destroçados por coronhadas e seus cadáveres revirados em busca de seus pertences, mulheres do povo cujo único crime era vestir-se

* **Mauro Luis Iasi** é Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da UFRJ, do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM), Núcleo de Educação Popular – NEP 13 de Maio e do CC do PCB.

[1] Artigo baseado na intervenção no Seminário A Comuna de Paris 140 anos depois, ocorrido entre os dias 10 e 12 de maio de 2011 em Salvador, promovido pela UNEB e pelo CEMARX, e alterado nesta oportunidade para a publicação.

como pobres e portar uma garrafa ou um balde e que, ao serem confundidas com combatentes, eram arrastadas até o muro mais próximo e mortas a tiros (idem, ibidem).

"[...] O chão está coalhado de cadáveres", dizia o próprio Thiers em um telegrama. Em outra passagem no jornal *Temps* se via uma descrição fúnebre: "[...] daquelas terras úmidas recentemente reviradas pelas enxadas, saíam, aqui e ali, cabeças, braços, pés e mãos. Perfis de cadáveres afloravam, era horrendo; um cheiro repugnante, vomitivo, desprendia-se daquele jardim" (idem: 296). O massacre foi tão intenso que os próprios jornais conservadores começam a pedir o fim da matança dizendo que "[...] estes miseráveis que nos fizeram tanto mal em vida não podem continuar a fazê-lo após a morte, [...] não matemos mais" (idem: 297).

Qual teria sido o crime destes homens e mulheres para merecer tão duro castigo? O que fizeram estes "malfeitores", estes "bandidos", "prostitutas", esta "gentalha" democrática da internacional? Vejamos mais de perto a natureza de seu crime.

Os trabalhadores de Paris chegaram ao poder no contexto da guerra franco-prussiana, exatamente no momento da capitulação das tropas de Thiers, então presidente do Governo Provisório que se formara com a queda de Napoleão III em setembro de 1870. A capitulação do governo que se transferira para cidade vizinha de Versalhes abriria caminho para a ocupação prussiana da capital. Armados para a defesa da cidade os trabalhadores constituídos em Guarda Nacional se recusam a obedecer à rendição de Versalhes e, principalmente, recusam-se a depor armas que eles próprios haviam fabricado para se defender do cerco prussiano. Os soldados de Thiers, no dia 18 de março de 1871, tentam desarmar os trabalhadores que resistem e tomam a cidade. No dia 26 de março os trabalhadores elegem uma Comuna, pela primeira vez eleita com voto universal, cada cabeça um voto, sem distinções de renda ou de sexo e mesmo nacionalidade, dando posse aos estrangeiros eleitos porque, segundo seu manifesto, "[...] a bandeira da Comuna é a República Mundial" (Engels, [1891], 2008: 46). Proclamada no dia 28 de março a Comuna passa a administrar a cidade de Paris e a bandeira vermelha da Internacional tremula sobre o telhado do *Hotel de Ville*.

Seu primeiro decreto foi o fim do recrutamento militar e o armamento de todos aqueles que podiam empunhar armas em defesa da cidade; isentou os pagamentos das rendas das casas por um tempo; balizou todos os salários, inclusive dos membros da comuna, pelo salário médio de um operário (cerca de 6 mil francos); aboliu todos os pagamentos à Igreja, separando os poderes religiosos do Estado transformando todos os bens eclesiásticos em propriedade nacional e abrindo as escolas tornando a educação acessível a todos. Tornou elegíveis todas as funções públicas, inclusive à de juízes e magistrados, que deveriam ser eleitos em seus distritos e, como todos os cargos da comuna, revogáveis a qualquer momento.

A comuna supera o dogma da divisão de poderes, pedra angular de todo o pensamento político moderno, afirmando a indissociabilidade das funções executiva e legislativa. Tudo isso fez com que se efetivasse um "governo barato", eliminando os vultuosos gastos com o parasitismo dos funcionários, do exército e da Igreja.

Colocou a propriedade das oficinas nas mãos dos operários e, mais que isso, deu os primeiros passos para o desenvolvimento de uma grande indústria sob controle dos próprios

trabalhadores. Segundo a feliz expressão de Marx (2008:413): "[...] a grande medida social da Comuna foi a sua própria existência atuante".

> As suas medidas especiais não podiam senão denotar a tendência de um governo do povo pelo povo. Tais foram a abolição do trabalho noturno dos oficiais de padaria; a proibição, com penalização da prática dos patrões que consistia em reduzir salários cobrando multas à gente que trabalha para eles, sob vários pretextos [...]. Outra medida dessa espécie foi a entrega a associações de operários, sob reserva de compensação, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas respectivos tivesses fugido, quer tivessem preferido parar o trabalho (Marx, idem: 413).

A Comuna, exclamam os capitalistas, quer acabar com a propriedade, base de toda a civilização! E Marx responde: "[...] Sim, senhores, a Comuna tencionava abolir toda esta propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores" (idem: 407)!

Os comunardos não dirigiam seus atos pela intencionalidade consciente na direção de uma sociedade socialista, em grande medida ela era uma revolução de defesa nacional contra o imperialismo alemão e as vacilações de um governo burguês fraco e entreguista. Ocupa um vácuo histórico no qual se os operários não podem governar e a burguesia não mais conseguia fazê-lo A direção política da Comuna era hegemonizada pela grande influência de proudhonistas e blanquistas, isto é, por concepções utópicas tão criticadas por Marx e Engels. Apesar disso os dirigentes da Internacional emprestaram imediato apoio político saudando a iniciativa dos trabalhadores e seu heroísmo, sem, contudo, perder o olhar crítico.

Dizia Marx em seu estudo sobre a Comuna:

> A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir por decreto. Sabe que para realizar a sua própria emancipação – e com ela essa forma superior para qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria atividade econômica – terá que passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens (Marx, 2008: 408).

Mas o ato da revolução libera as energias humanas e abre a possibilidade de romper o que está estabelecido, abre a possibilidade de instituir o novo naquilo que Sartre denominou de "[...] espaço livre da práxis" (Sartre, 1979). Em momentos como este, a ação revolucionária de uma classe não altera só aquilo que seus decretos atingem, a forma de composição de esferas de governo, a regulamentação do trabalho, a composição do povo em armas, ou o regime de rendas, mas incide sobre o tecido vivo do cotidiano como fermento vivo, no campo mesmo das relações imediatas subvertendo formas cristalizadas que há pouco pareciam impossíveis de ser alteradas.

Um bom exemplo deste impacto sobre a vida cotidiana pode ser encontrado no papel das mulheres na Paris da Comuna. Émile Zola, consagrado escritor francês e autor de *Germinal* (1885), manteve uma posição conservadora contrária à Comuna. Em uma carta de 14 de maio, trata com assombro sobre o papel das mulheres na revolução de março, não, segundo seu juízo, porque tivessem alguma importância, mas para dar uma "[...] nota cômica e pitoresca" aos dramáticos acontecimentos:

> As mulheres, em Paris, são bem turbulentas. Em quase todos os lares de trabalhadores, à noite, a mulher fala alto sua opinião política e com freqüência a impõe a seu marido. Lê-se o jornal em comum e geralmente as pessoas são muito duras com relação ao poder, seja qual for. Esse espírito guerrilheiro, que faz de Paris uma cidade de oposição em qualquer caso, uma cidade revolucionária por excelência, encarna-se principalmente em algumas mulheres que se transformam, no meio da febre dos acontecimentos, em verdadeiras harpias, megeras cuspindo fogo. Em nenhuma outra cidade eu escutei o sexo frágil dizer tão imperiosamente o que pensa das questões governamentais.

Uma "febre" que faz com que as pessoas de bem, "boas mães e esposas", percam a cabeça e se lancem a uma aventura sangrenta. No início, continua Zola, as mulheres apareciam apenas como as vivandeiras, levando água e comida aos homens que lutavam, mas aos poucos "[...] apanharam um fuzil de algum morto e se puseram a atirar". Assim concluindo: "[...] agora, em quase todos os batalhões que passam, vê-se estas guerreiras de saias, um fuzil a tiracolo, calçadas com sapatões, que vão bravamente ao fogo" (Zola, 1992: 129).

Haveria, no entanto, ainda segundo o escritor francês, um tipo de mulher ainda mais subversivo.

> Mas há outras, cujo gênero de loucura é mais grave. São as pensantes, as discípulas de religiões sociais, aquelas cuja cabeça está cheia de reivindicações e que exigem a subversão de toda a nossa sociedade para tomar o lugar a que têm direito. Desse gênero de politiqueira, é preciso fugir como da peste (idem, ibidem).

De fato é o fim da civilização, trabalhadores e mulheres imaginando possível tomar o poder, moldar a vida e vivê-la sem patrões, governantes e guias religiosos. Eis o crime dos comunardos: reinventar a vida e dar forma a um governo operário. Era este o verdadeiro segredo da Comuna, revelou Marx (op. cit., 406), "[...] ela era um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política finalmente descoberta".

Por esta ousadia pagaram com a vida e ao serem levados aos frios muros de *Père-Lachaise* para serem fuzilados gritavam: "[...] estamos aqui pela humanidade". E a humanidade reconhece seus irmãos e os acolhe.

> A Paris operária, conclui Marx, com sua Comuna será sempre celebrada como o arauto glorioso de uma nova sociedade. Os seus mártires estão guardados como relíquias no grande coração da classe operária. E seus exterminadores, já a história os amarrou àquele pelourinho eterno donde todas as orações dos seus padres os não conseguirão redimir (Marx, 2008: 433).

Este produto da luta de classes é o conteúdo real e concreto que assumirá a forma conceitual e teórica da madura teoria de Estado em Marx e Engels que necessita hoje mais do que nunca, ser lembrada.

Toda a epopeia teórica do pensamento marxiano é a história dos conceitos na história, no seu eterno movimento e fluir perpétuo em seu devir. Falar de uma teoria do Estado em Marx não pode ser confundido com a ossatura de conceitos e categorias mortas, engessadas na forma de leis e juízos imutáveis. Uma vez que o fundamento real dos conceitos é a materialidade viva e histórica, estes mesmos momentos ideais apresentam-se em constante movimento vivo, sem que, por isso, percam sua solidez de verdade e de capacidade de compreensão do real e de suas determinações.

A compreensão das determinações mais profundas da sociabilidade do capital permite a Marx e Engels irem além da mera crítica política à teoria liberal e burguesa do Estado. Não se trata de uma mera pretensão de universalidade de uma classe particular, tal como expressa nos primeiros esforços críticos de Marx[2], trata-se de uma universalidade abstrata, necessariamente formal, porque se refere a uma particularidade fundada na exploração, na apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Por outro lado, a universalidade possível do proletariado se funda na própria natureza do trabalho como fundamento não de uma sociabilidade particular, mas da própria sociabilidade humana em si, em sua singularidade universal, como fundamento de toda e qualquer forma histórica.

A expressão deste antagonismo no corpo das esferas políticas é nítida. O particularismo burguês, fundado na exploração da classe trabalhadora, só pode conduzir, mesmo na forma mais elevada da emancipação política – na República Democrática – a uma igualdade formal e jurídica que encobre e se fundamenta na reprodução da desigualdade de fato no que se refere à propriedade dos meios de produção e a acumulação provada da riqueza. O limite da emancipação meramente política não é superável pelo aprimoramento das formas de governo, pela definição de uma fonte popular da soberania, ou, ainda, pelo autoaperfeiçoamento do Direito, mas pela necessária superação do capital, da forma mercadoria e da sociedade de classes.

Visto por este ângulo a questão do Estado não pode mais ser compreendida nos limites da teoria política burguesa, seja pela busca da origem e necessidade do Estado, como em Hobbes, seja pelo aprimoramento de uma engenharia política de busca de equilíbrio e legitimidade entre os interesses que compõe a sociedade, como em Locke ou Montesquieu.

---

[2] Trata-se do texto de 1843 de Marx – Crítica à Filosofia do Direito de Hegel (2005).

Trata-se agora dos interesses de classe em luta, do choque entre interesses antagônicos não conciliáveis, para a manutenção da ordem de exploração que permite a acumulação ampliada de capital sugando a força viva do trabalho, é necessário submeter à classe trabalhadora a ordem do capital, nos termos de Lênin (2007: 25), consolidando e legalizando uma certa ordem de exploração de uma classe sobre outra, amortecendo seu conflito.

Engels, em sua obra sobre o tema, em claro debate com a tradição política liberal, afirma o seguinte:

> O Estado não é de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da Idéia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como pretendia Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. É a confissão de que esta sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que as classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem" (Engels apud Lênin, 2007: 24).

O argumento central aqui apresentado é o de que o Estado não cria a sociedade como no mito contratualista, nem paira acima dela como manifestação do Espírito Objetivo, mas é um produto da sociedade, portanto, da história, exatamente no momento em que esta sociedade se divide em classes, em interesses econômicos antagônicos e inconciliáveis. Há, no entanto, outro elemento fundamental a ser destacado. Esta contradição entre interesses antagônicos leva à necessidade de um poder que se coloque "aparentemente acima da sociedade". O termo "aparentemente" se explica pelo fato de que de fato se trata de uma força presente na sociedade e de seus interesses particulares e concretos que precisa apresentar-se como se fossem universais, mas aparência não é falsidade, o poder político se distancia da sociedade e se apresenta aos seres humanos reais como uma força estranha que os subjuga. A externalidade objetivada do Estado e a força com que volta a sociedade são para os seres humanos de uma determinada época muito mais objetiva e real do que sua origem e determinação na própria sociedade.

O que se esconde neste distanciamento aparente do Estado é seu interesse particular oculto sob o enganoso manto da universalidade abstrata. Esse é o fundamento de uma conclusão essencial de Engels:

> Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classe, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada (Engels apud Lênin, 2007: 30).

Aqui reside o fundamento da concepção marxiana e engelsiana do Estado: o interesse apresentado como geral no Estado é, em verdade, um interesse particular muito bem determinado, mas não qualquer particularidade, ou mesmo a síntese das múltiplas particularidades individuais que divide a sociedade civil burguesa, mas a particularidade expressa em uma classe que naquele momento histórico assume o caráter de classe economicamente dominante e que uma vez colocado o Estado a serviço da manutenção e da reprodução das condições materiais que estão na base de seu domínio tornam-se também politicamente dominante. O Estado é **sempre** o Estado de uma classe, não de qualquer classe, mas da classe economicamente dominante.

Poderia parecer que assim conceituado o Estado perderia sua dinâmica e restaria apenas a atribuição de um caráter de classe mecânico e único para longos períodos históricos. Não é bem assim. O caráter de classe de um Estado, aristocrático, burguês ou proletário está cruzado também pela dinâmica da luta de classe, a correlação de forças em cada momento e pela temperatura e pressão dos acontecimentos históricos, fatores que incidem sobre a forma do Estado em cada momento. No entanto, estes fatores ligados ao momento histórico e a dinâmica da luta de classe não alteram o essencial do caráter de classe de um Estado, uma vez que este é determinado por elementos mais profundos como as formas de propriedade e o caráter das relações sociais de produção dominantes.

Engels parece estar pensando nisso ao avaliar um determinado momento do chamado Estado moderno, diz o autor:

> O estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Há, no entanto, períodos excepcionais em que as classes em luta atingem tal equilíbrio que o poder público adquire momentaneamente certa independência em relação às mesmas e se torna uma espécie de árbitro entre elas (Engels apud Lênin, 2007: 30).

Esta frase pode ser compreendida, e de fato o foi, de duas maneiras muito distintas. De um lado a social democracia se apegou a ela querendo concluir que a correlação de forças poderia alterar o próprio caráter de classe do Estado, isto é, o Estado burguês em um determinado momento, dependendo do equilíbrio de forças, pode expressar não mais os interesses burgueses, mas os da classe trabalhadora. Tal aproximação aceita como válida a tese de que o estado é uma máquina política burocrática que serve aos interesses de uma classe assim como pode servir aos interesses de outra, dependendo da correlação de forças.

Não nos parece que a afirmação de Engels deixe espaço para tal interpretação. O início da frase já é esclarecedor: o Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital. Na sequência, Engels, corretamente, supõe momentos que faz questão de marcar como "excepcionais", portanto raros, nos quais no qual o poder da burguesia é obrigado a apresentar-se "momentaneamente" como se fosse neutro. Os termos relativizantes utilizados pelo autor nos levam a crer que o significado da frase do companheiro de Marx só pode ser que nestes momentos raros o Estado, mesmo quando é obrigado a apresentar-se como uma força neutra, segue sendo o estado da classe dominante.

Esta polêmica não se reduz a uma interpretação de texto e ganha dramaticidade histórica em dois momentos: na Comuna de Paris em 1871 e na Revolução Russa de 1917. Em seu famoso prefácio à A Guerra Civil na França de 1891, Engels associa diretamente a experiência dos comunardos este princípio teórico. Diz Engels:

> A Comuna teve que reconhecer, desde logo, que a classe operária, uma vez chegada à dominação, não podia continuar a administrar a velha máquina de Estado; que essa classe operária, para não perder de novo a sua própria dominação, acabada de conquistar, tinha, por um lado, de eliminar a velha maquinaria de opressão até então utilizada contra si própria, mas, por outro lado, de se precaver contra seus próprios deputados e funcionários, ao declarar estes, sem qualquer exceção, revogáveis a todo momento (Engels, 2008: 352).

O grande problema que aqui se apresenta, e que sem dúvida foi o grande dilema do movimento dos trabalhadores desde o final século XIX e por todo o século XX, pode ser apresentado na questão se é possível os trabalhadores ao chegar às instâncias político-estatais do poder burguês, colocá-las a serviço da necessária transição histórica ao socialismo. Não é outro senão este o dilema dos mencheviques russos diante da participação no governo provisório de Kerenski ou dos socialdemocratas alemães diante da alternativa de manter o Estado Democrático representativo na Alemanha em 1918 ou assumir a forma de um governo dos conselhos como defendia Rosa de Luxemburgo. Da mesma forma esta é a dramática situação do governo de Unidade Popular no Chile entre os anos de 1970 e 1973.

Afinal, dizem os adeptos desta alternativa que está na base da social democracia moderna: se o marxismo é um corpo teórico em constante mudança, colado ao devir histórico, não teria o Estado mudado seu caráter e colocado os revolucionários diante de um novo fenômeno para o qual as conceituações de Marx e Engels não cabem mais?

Esta de fato é uma boa questão e precisamos ter todo o cuidado para não cair na tentação de afirmar os conceitos de Marx como verdades dogmáticas e a-históricas. Comecemos por dizer que é evidente que houve alterações no devir das formas estatais modernas na passagem dos séculos XIX para o XX e no desenvolvimento deste último e seria ingenuidade crer que estes desenvolvimentos não tiveram efeito sobre a luta de classes contemporânea. No entanto, nos parece, também evidente que as considerações teóricas de Marx sobre o Estado trazem elementos mais universais que não ficam presos à temporalidade da qual brotaram. Não lhes era estranho, mais para Engels que para Marx, a emergência de um Estado de tipo moderno representativo, principalmente quando consideramos os EUA e o profundo conhecimento que os dois tinham desta formação social.

O que se deve ressaltar é que se o desenvolvimento político do estado moderno caminhou para uma forma mais mediada de domínio político, isto é, para mediações mais inclusivas nas formas de eleição e composição de esferas de governo, de participação política da sociedade e de diferentes graus daquilo que poderíamos chamar de socialização da política, não é menos verdade que este Estado representativo moderno e seus poderosos instrumentos de

coerção e consenso continuam a serviço da manutenção e reprodução da ordem do capital e da sociedade das mercadorias. O aparente distanciamento dos interesses particulares e a manifestação do poder burguês como acima destes interesses, como aquela famosa "espécie de árbitro", não resolvem o problema central que está por trás da questão do poder, ou seja, qual é o interesse de classe particular que se apresenta como se fosse universal.

Ao tratar deste fenômeno do aparente distanciamento entre a sociedade e sua expressão política, Engels refere-se exatamente aos EUA ao afirmar que "[...] é precisamente na América que podemos ver melhor como se processa essa autonomização do poder de Estado face à sociedade". Tal distanciamento aparente, além de ser próprio da natureza do fenômeno estatal, apenas se aprofunda e se revela mais efetivo quanto mais desenvolvida e, portanto, mais fetichizada, se torna a sociedade capitalista.

Em um texto de 1875, Marx, ao analisar a proposta de um programa operário toca na questão do Estado moderno ao criticar a pretensão do formulador em propor um "Estado livre". Em um primeiro momento, o autor critica impiedosamente o simples emparelhamento das palavras Estado e liberdade uma vez que, segundo seu argumento, enquanto houver Estado não haverá liberdade e quando houver liberdade não será necessário o Estado. A verdadeira liberdade ou emancipação humana exigiria a conversão do Estado de "[...] órgão que está por cima da sociedade num órgão completamente subordinado a ela" (Marx, [1875]: 220). Logo em seguida tece um comentário que nos parece essencial ao nosso tema:

> A "sociedade atual" é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mais ou menos desenvolvida. Pelo contrário, o "Estado atual" se modifica com as fronteiras de cada país. No império prussiano é diverso do que existe na Suíça, na Inglaterra é diferente dos Estados Unidos. O "Estado atual é, portanto, uma ficção" (idem: 221).

Quando se lança contra Marx o argumento segundo qual sua conceituação sobre o Estado se torna restrita uma vez que deriva de uma forma histórica ainda não plenamente desenvolvida do Estado Burguês, corre-se o risco de deixar passar um aspecto que o trecho do texto citado nos permite compreender. Há uma diferença, essencial no método marxiano, entre forma e conteúdo. A materialidade histórica que nos serve para compreender o caráter do Estado atual é o desenvolvimento da sociedade capitalista, mas isso não implica, de forma alguma, uma homogeneidade nas formas políticas que lhe corresponde, isto é, a forma prática que assume o Estado em cada formação social. Isso parece ficar ainda mais evidente na sequência do raciocínio do autor:

> Entretanto, os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, em que pese à confusa diversidade de suas **formas**, têm em comum o fato de que eles repousam sobre as bases da moderna sociedade burguesa, ainda que em alguns lugares esta se ache mais desenvolvida que em outros, no sentido capitalista. Têm, também, portanto, certos caracteres **essenciais** comuns (idem, ibidem).

Os termos destacados por nós indicam a citada diferença entre formas e conteúdo quando tratamos da questão do Estado, isto é, a diversidade de formas pode expressar o mesmo conteúdo e este, como sabemos, é dado pelo caráter das relações sociais de produção determinantes em cada momento e o grau de desenvolvimento das forças produtivas que a fundamentam. As diferentes formas do Estado burguês (mais ou menos democrático, mais ou menos desenvolvido no sentido da emancipação política, inserido num certo momento e numa certa dinâmica da luta de classes) expressam na esfera política o conteúdo burguês que os embasa. Temos assim a possibilidade do Estado burguês assumir diversas formas, desde monarquias constitucionais até repúblicas democráticas, passando por uma infinidade de variações intermediárias, ditaduras militares, estados teocráticos e, mesmo, se quiserem, repúblicas populares.

Um Estado não se define por sua nomeação, nem mesmo pela força política ou classe que o ocupa momentaneamente, portanto, nos alerta Marx, não é combinando de mil maneiras a palavra povo com a palavra Estado que nos aproximaremos um milímetro da solução do problema (idem, ibidem). Para o autor a verdadeira e pertinente questão, que foi praticamente colocada pela Comuna de Paris de 1871, é a seguinte: "[...] que funções sociais, análogas às atuais funções do Estado, subsistirão (na sociedade comunista)"?

Vejam que a formulação é precisa se considerarmos a ponderação antes apresentada sobre a necessidade de converter o Estado em um órgão completamente subordinado à sociedade, trata-se de perguntar sobre aquelas funções que foram capturadas pelo Estado ao se converter em um órgão de dominação de uma classe sobre outra. Por exemplo, qualquer forma de sociabilidade humana passa por processos de tomada de decisão, ou de administração de conflitos, de certa maneira de normatização, no entanto, quando falamos de uma sociedade de classes, separada por contradições antagônicas, estas funções assumem a forma de governo, aparatos jurídicos e do Direito. Não se trata de abolir as funções em si, mas de libertá-las da forma de uma força especial colocada acima e contra a sociedade como uma força estranha que controla os seres humanos ao invés destes a controlarem. Trata-se de superar o fetichismo, é uma função própria de seres humanos que se associam para produzir sua existência, que, ao fazerem isso, produzem suas relações sociais e formas de decisão, de normatização e que expressam tudo isso numa certa consciência social, sem que tais ações se estranhem em formas políticas, jurídicas e ideologias que passam a dominar seus criadores.

No entanto, esta tarefa não se reduz a uma alteração da **forma** do Estado, mas necessariamente incide sobre a base real que o fundamenta. Não basta uma alteração na norma jurídica da distribuição, por exemplo, que cada um deve dar de acordo com sua capacidade e retirar da riqueza socialmente produzida segundo sua necessidade; é necessário que se desenvolvam as bases materiais que sustentam esta norma de distribuição. O direito, nos alerta Marx, nunca pode estar acima ou além da estrutura econômica e do desenvolvimento cultural de uma sociedade. (Não cabem as aspas aqui)

Esta constatação coloca para o pensamento marxiano um paradoxo que será essencial em sua formulação original sobre o Estado que o diferencia, ao mesmo tempo da matriz liberal-burguesa, dos socialistas utópicos e da concepção anarquista. Se as mudanças políticas,

no caso a meta de uma sociedade sem Estado, exigem bases materiais que a sustentem, o ato político de uma revolução social, os trabalhadores chegando ao poder por sua decidida ação política, não geraria por si só estas condições? Para Marx a resposta é, infelizmente, não.

O ato político da revolução não será por si mesmo a condição de superação do Estado. Parece-nos que o reino da conceitualização teórica aqui apresentado encontra nos acontecimentos da Comuna sua base real. Não basta tomar o poder de Estado, este fato inicia uma série de transformações que poderá levar ao fim do Estado, mas tal fato não se dá diretamente sem que se desenvolvam as condições materiais que tornem possível a superação da sociedade de classes, daí a imagem marxiana que a Comuna foi um "assalto aos céus".

Em uma das raras oportunidades em que Marx abordou o tema de uma sociedade pós-capitalista, nos legou uma descrição precisa das condições materiais necessárias para a superação do Estado, ou seja, para uma fase desenvolvida do comunismo. Diz Marx:

> Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre trabalho intelectual e trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar totalmente os estreitos horizontes do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades (Marx, [1875]: 215).

Estas condições objetivas trazem uma característica muito importante: não podem ser produzidas imediatamente pela mera ação política revolucionária. Enquanto não se desenvolverem não se pode superar de fato as determinações mais profundas que levaram a divisão da sociedade em classes. Exigem não apenas o desenvolvimento das forças produtivas sociais, como seus impactos sobre a divisão do trabalho, o próprio trabalho e seus impactos num novo tipo de ser social desenvolvido em todos seus aspectos. Nenhuma destas condições se produz por decreto, são fruto da práxis revolucionária que transforma a antiga sociedade em nova.

No entanto, parece ficar claro que uma sociedade na qual os trabalhadores assumiram o papel dominante e que se dispõem a construir estas condições que levarão a superação das classes e do Estado, aquilo que Marx denominou de fase inferior do comunismo, ainda exigirá uma divisão do trabalho na qual os indivíduos serão alocados não necessariamente de acordo com sua capacidade ou vocação, uma divisão na qual ainda permanecerá, por um tempo, uma distinção entre trabalho manual e intelectual, entre quem elabora e quem executa as ações necessárias à produção e reprodução social da vida; portanto, relações nas quais o trabalho seguirá sendo um meio de vida e os trabalhadores terão que se contentar em receber de acordo com o trabalho oferecido e não de acordo com suas necessidades.

Ora, em uma situação como a descrita, se há necessidade de alocar pessoas numa divisão de trabalho, alguém alocará, haverá regras, critérios de distribuição, persistirá mais que uma

divisão de trabalho, uma divisão hierárquica do trabalho, não desaparecerá de imediato o fenômeno do poder, não desaparecerá o Estado. Esta é a base da afirmação da necessidade de uma transição entre o capitalismo e o comunismo, aquilo que ficou conhecido como socialismo. Estas dificuldades, esclarece Marx, "[...] são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista depois de longo e doloroso parto" (idem: 214). Isso levará Marx a uma de suas mais polêmicas conclusões:

> Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão **a ditadura revolucionária do proletariado** (idem: 221). (Este grifo é do autor do artigo?).

Parece-nos que neste momento de sua trajetória intelectual e política – o texto é de 1875 –, Marx está em condições de produzir uma síntese extremamente rica de sua teoria política, seja pela profunda compreensão do capital, seja pela vivência da luta de classes de seu tempo. Portanto, o uso dos termos empregados não pode ser considerado nem aleatório, nem um descuido, como muitas vezes se tenta argumentar, quase como que desculpando Marx por um deslize. Estamos convencidos de que, concordando ou não com a elaboração, há uma coerência teórica indubitável na formulação da necessidade de uma ditadura do proletariado.

Se o Estado é **sempre** um órgão de dominação de classe que consolida e legaliza uma ordem dominação de uma classe sobre outra no próprio conflito de classes; o Estado da classe economicamente dominante que graças ao controle do Estado se torna também politicamente dominante; cuja forma depende da dinâmica da luta de classe, do momento histórico e do desenvolvimento específico das formações sociais; ele é, portanto, **sempre** uma ditadura de classe.

O distanciamento entre Estado e sociedade, não um momento ou um defeito, mas um traço essencial do próprio fenômeno estatal, sua apresentação como um poder acima e fora da sociedade que se impõe aos seres humanos que a compõe, produz um efeito ideológico inseparável da forma estatal da mesma forma que o fetichismo se cola inevitavelmente à forma mercadoria: sua aparente neutralidade e insuperabilidade. Segundo Engels:

> Daí resulta, pois, uma veneração supersticiosa do Estado e de tudo o que com o Estado se relaciona, a qual aparece tanto mais facilmente quanto se está habituado, desde criança, a imaginar que os assuntos e interesses comuns a toda a sociedade não poderiam ser tratados de outra maneira do que como têm sido até aqui, ou seja, pelo Estado e pelas suas autoridades bem providas (Engels 2008: 354).

O véu ideológico que encobre a essência do Estado como um Estado de uma classe e o apresenta como uma função essencial à sociabilidade humana, como momento da universalidade possível diante de um antagonismo inevitável, profundamente penetrado nas

consciências dos indivíduos faz com que a afirmação de que todo Estado é uma ditadura soe como um desvirtuamento da verdadeira natureza do Estado, quando na verdade é o contrário, isto é, revela o que ele de fato é por trás da névoa ideológica.

Nada mais representativo desta inversão do que o termo "poder público". Ora, o poder é necessariamente uma relação assimétrica, isto é, só pode se expressar na posse desigual de recursos. Como então seria possível um poder de todos! Como Marx já ironizou com razão um Estado de todo o povo é um contra-senso à medida que, se for de fato de todos, não seria mais Estado.

Um segundo elemento incômodo na expressão ditadura do proletariado está ligado ao elemento já trabalhado por nós e que se refere à diferença entre forma e conteúdo do Estado. O Estado sempre é o Estado de uma classe, isto é, quanto ao seu caráter, sua essência, mas isto não implica numa homogeneidade, como vimos, quanto à sua forma que pode ser mais ou menos democrática. Não há conceitualmente nenhuma relação entre a definição do Estado como uma ditadura de classe e sua forma autoritária ou a predominância dos elementos de coerção sob aqueles que organização o "consenso". Engels em diversas oportunidades alertou para este fato como ao afirmar que:

> Na realidade, o Estado não é outra coisa senão uma máquina para a opressão de uma classe por outra e, de fato, na república democrática não menos do que na monarquia (idem, ibidem).

Portanto, não vemos contradição entre a afirmação de que no período de transição o Estado deva assumir a forma de uma ditadura revolucionária do proletariado e a identificação deste Estado com a plena democracia, tal como tanto Marx como Engels caracterizaram a Comuna. Nos termos de Engels, a Comuna operou a destruição do poder de Estado até então existente e o substituiu por um novo, que ele denomina de "verdadeiramente democrático". Marx afirmava que a Comuna havia sido a "forma positiva da república", ou a "verdadeira república", mas este não era seu "alvo último", sua forma democrática apenas radicaliza a emancipação política até seus limites últimos e nestes ocorre um salto de qualidade que a supera em direção a emancipação humana.

Esta é uma consideração que apavora os espíritos pouco dialéticos: a superação da democracia não é sua negação, mas sua plena realização. Lênin parece ter plena clareza desta equação ao tratar da forma do Estado na transição socialista afirmar que "[...] todos nós sabemos que a forma política do Estado é, então, a plena democracia", no entanto, o desenvolvimento da transição e o processo, que ele define como "definhamento do Estado", levam a superação da própria democracia.

> À primeira vista, segue Lênin, pode parecer estranho; mas, só é incompreensível para quem não reflete que a democracia é também Estado e, por conseguinte, desaparecerá quando o Estado desaparecer (Lênin, 2007: 36).

Mais adiante insiste que "[...] só o comunismo está em condições de realizar uma democracia realmente perfeita" e agrega que "[...] quanto mais perfeita for, mais de pressa se tornará supérflua e por si mesma se eliminará" (idem: 107-108). Mas, perguntaríamos o que se desenvolve e o que se supera na forma democrática na transição ao comunismo.

Aqui também age um raciocínio análogo ao de Marx ao falar das funções do Estado que subsistirão em regime comunista. A democracia não é apenas, como nos quer fazer crer o pensamento político liberal-burguês, um conjunto de procedimentos de representação política e de controle do Estado pela sociedade, ou as regras do jogo na imagem de Bobbio; é muito mais que isso, ela é uma forma de Estado.

Isso nos remete a uma unidade de contrários, presente na democracia como unidade de forma e conteúdo, isto é, se na sua essência ela ainda é uma forma de Estado (não tem sentido aplicar o termo a sociedades coletivistas pré-estatais), mas ela é também uma forma de Estado. Lênin indica claramente esta complexidade ao afirmar que:

> A democracia é uma das formas, umas das variantes do Estado. Por conseqüência, como todo Estado, ela é o exercício organizado, sistemático, da coação sobre os homens. Isso, por um lado. Mas, por outro lado, ela é o reconhecimento formal da igualdade entre os cidadãos, do direito igual de todos em determinar a forma do Estado e administrá-lo.

Vejam que este segundo aspecto formal não apresenta nenhuma contradição com o conteúdo proletário de classe do Estado na transição, pelo contrário, ele apenas realiza de fato aquilo que nos limites da sociedade burguesa está condenado às barreiras da formalidade abstrata, de uma democracia necessariamente mesquinha, para poucos. A afirmação do voto universal na Comuna, ou a forma soviética de governo por conselhos eleitos e removíveis, ou dos comissários do povo, são expressões radicalizadas da forma democrática, acreditamos nós, indispensáveis à ditadura do proletariado. Logo a seguir o líder bolchevique afirma:

> Segue-se que, a certa altura do seu desenvolvimento, a democracia levanta, logo de início, contra o capitalismo, a classe revolucionária do proletariado e lhe fornece os meios de quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado (mesmo o republicano), o exército permanente, a polícia, o funcionalismo e de substituir tudo isso por uma máquina mais democrática, que nem por isso é menos um máquina de Estado, constituída pelas massas operárias armadas, preparando a organização de todo o povo em milícias (Lenin, 2007: 117-118).

Fica evidente que a referência histórica de Lênin é a Comuna e seus passos, mas há em Marx, como também em Lênin, uma clara aproximação da experiência francesa de 1871 não apenas pelo que ela implementou na direção de constituição de um Estado operário, mas, e principalmente, pelo que ela não realizou. Se por um lado os revolucionários franceses deram passos significativos (o armamento das massas trabalhadoras, a constituição de um governo operário eleito universalmente, a unidade das funções legislativas e executivas, a formação

germinal de uma justiça popular, as iniciativas na organização do trabalho e na garantia de direitos e condições, o acesso à educação, etc.), por outro lado, tal como apontam Marx e Engels, a Comuna deixou de cumprir ações que uma vez compreendidas tornam-se fundamentais na conceituação marxiana da ditadura do proletariado.

A comuna, ainda que tenha desenvolvido uma forma governamental que poderia se estender à organização da nação, circunscreveu-se (em parte não por sua vontade) à administração da capital, da mesma maneira que não partiu para destruir seus inimigos de Versalhes e acabou mantendo-se na defensiva. Isolada na capital revolucionária não conseguiu a adesão dos camponeses, ainda que, como afirma Marx, eram de fato os trabalhadores de Paris os únicos que poderiam representar os verdadeiros interesses das massas camponeses, o apoio destas ao governo de Thiers foi essencial para isolar politicamente os revolucionários e operar o massacre final. A conclusão de Marx é que não bastava a Comuna instituir um governo operário profundamente democrático, era essencial destruir a capacidade de seu inimigo no sentido de reverter suas conquistas e isso só é possível pelos mesmos meios que qualquer classe que almeja a dominação, ou seja, através da constituição de um Estado que garanta e consolide uma ordem de classe contra as classes que tem por necessidade manter a velha ordem ou reverter sua momentânea desestabilização revolucionária.

Esse é o conteúdo da citada frase de Lênin. A realização da democracia não é um aperfeiçoamento da república democrática burguesa, pelo contrário a realização da democracia pressupõe "[...] quebrar, de reduzir a migalhas, de aniquilar a máquina burguesa do Estado (mesmo o republicano)". Em algum momento na história de nossa classe a meta de realização plena da democracia se confundiu com o respeito ao Estado burguês, desfazendo nossa ação revolucionária no culto supersticioso do Estado ao qual se referia Engels. Não se realiza a democracia sem a destruição do Estado burguês, a quantidade não se transforma em qualidade sem ruptura.

Os comunardos de 1871 anunciaram a forma do Estado proletário, a ditadura do proletariado, mas não a realizaram plenamente e, certamente, não poderiam fazê-lo nas condições em que se encontravam. Ao final de sua introdução de 1891, Engels ressalta este fato ao dizer do Estado que uma classe encontra no caminho de sua transformação revolucionária e que, nas palavras de Marx (2008: 399) "[...] a classe operária não pode apossar-se simplesmente (dele) e fazê-lo funcionar para seus próprios objetivos", destacando que:

> No melhor dos casos, um mal que é legado ao proletariado vitorioso na luta pela dominação de classe e cujos piores aspectos ele não poderá deixar de cortar, imediatamente, o mais possível, tal como no caso da Comuna, até que uma geração crescida em novas e livres condições sociais se torne capaz de se desfazer de todo o lixo do Estado (Engels, 2008: 354).

É nesse sentido que a Comuna indicou, pelo que realizou e pelo deixou de realizar, os caminhos pelos quais a classe proletária pode construir sua história no século XX e, temos certeza, continuara a construir nos tempos que hoje se abrem.

Devemos refletir, finalmente, sobre a atualidade dos ensinamentos da Comuna de 1871. Devemos relembrá-la apenas como reverência a um acontecimento histórico importante, ou como dever de revolucionários para fazer valer as poéticas palavras de Marx e continuar acolhendo no generoso coração da classe trabalhadora do presente nossos mártires do passado? Terá a comuna, como outras experiências, sido apenas um acidente, uma casualidade sem consequências, fruto da singularidade de um acontecimento preso ao seu tempo histórico?

Não terá a comuna representado um trágico ensinamento, ao contrário do que pensamos, que nos mostra que a ousadia dos trabalhadores em mudar a vida e alcançar a emancipação humana não passou de um momento próprio do início do capitalismo, momento de desorganização do nascente poder burguês que produz um vácuo político aproveitado pelo desespero dos explorados e que o desenvolvimento do moderno Estado da ordem capitalista contemporânea anulou e neutralizou impedindo os novos assaltos aos céus?

Temos a serena convicção de que os ensinamentos da Comuna são hoje, por paradoxal que possa parecer, ainda mais atuais do que nos tempos em que se deram os heróicos acontecimentos de 1871. A consolidação da ordem burguesa madura, mundial, especificamente capitalista, revela mais do que nunca seu caráter de classe e o papel que cabe aos modernos escravos assalariados, nunca como hoje a humanidade carece de uma particularidade que posa representá-la além dos limites toscos da igualdade jurídica e da formalidade democrática que esconde e garante a perpetuação da acumulação privada da riqueza socialmente produzida fundada na exploração brutal dos trabalhadores.

O moderno culto supersticioso do Estado, seu fetiche plenamente desenvolvido, assume formas grotescas de pacto de classes entre os explorados e seus carrascos e a consciência imediata de nossa classe afunda-se no pântano enganoso que a faz crer que a solução de seus problemas está no desenvolvimento da economia capitalista. Parte de nossa classe, e alguns de seus diletos filhos, mudou de mala e cuia para Versalhes e tecem elogios e odes às conquistas da civilização e da justiça sob o terreno inequívoco do massacre diário dos trabalhadores ofertados em sacrifício como ovelhas nos altares do deus capital.

A Comuna e seus mortos continuam nos convidando à rebelião e hoje prefiro a companhia dos cadáveres proletários em um muro esquecido de Paris à dos farsantes trajando ternos caros nos palácios das modernas Versalhes.

A Comuna vive nos motins operários na velha e podre Europa, no furacão popular que varre velharias no mundo árabe, que desperta ruínas democráticas na nova e decrépita Grécia de meus camaradas comunistas. Os estandartes escarlates de Maiakóviski ainda iluminam os céus indicando o rumo da esquerda e a rota dos traidores ainda segue o caminho da direita. A memória da Comuna não pode morrer porque seus filhos não a esqueceram e seus carrascos continuam vivos.

A Comuna vive porque é urgente e inadiável a radicalidade da destruição do Estado burguês como condição incontornável para que iniciemos a transição socialista e as tarefas que nos levarão à superação da sociedade de classes e do Estado e, mais do que nunca, é preciso que os trabalhadores entendam que isso só pode ser feito pelo seu próprio Estado – a ditadura do proletariado.

Hoje, como ontem, os filisteus socialdemocratas tremem em salutar terror diante do termo: ditadura do proletariado. E aqui só posso me servir das sábias palavras com as quais Engels termina sua citada introdução de 1891: Bem, que tremam, senhores "[...] quereis saber que rosto tem essa ditadura? Olhai a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado". (As aspas não começam no antes?).

O jornal *The Times* de 29 de maio de 1871 descreve a seguinte cena:

> Vi uma jovem vestida de guarda nacional caminhar de cabeça erguida entre prisioneiros que estavam com os olhos baixos. Aquela mulher, alta, com longos cabelos louros que lhe caiam nas costas, desafia todos com seu olhar. A multidão a ultrajava, ela não pestanejava e fazia os homens corarem com seu estoicismo (Lissagaray, 1991: 301, nota 3).

Dizem que esta jovem segue caminhando e o ponto em que fixava seu olhar, acima do massacre e da opressão da derrota, está logo ali, ao alcance de sua mão e lá lhe espera de braços abertos, a velha humanidade pronta para superar sua pré-história.

REFERÊNCIAS

ENGELS, F. Introdução à Guerra Civil na França de Karl Marx (1891). In: _____. *Revolução antes da revolução*, v. II, Karl Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Origem da família da propriedade privada e do Estado. In: _____. *Obras escolhidas*, v. 3. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

KANT. I. *Idéia de uma história universal de um ponto de partida cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LENIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEFEBVRE. H. Les marxistes et la notion de l'etat. Paris, *Les cahier du Centre d'Etudes Socialistes*, n. 42-43, maio 1964.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MARX, K. A guerra civil na França. In: _____. *Revolução antes da revolução*, v. II, Karl Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha [1875], In: _____. *Obras escolhidas*, v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

MARX, K. *Crítica a filosofa do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: Ed. 70,1993.

MARX, K. *O Capital*. [1867], V. I, livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

SARTRE. J. P.. *Critica de la razón dialectica*. Buenos Aires: Losana, 1979.

ZOLA. E. et al. *Crônicas da Comuna*. São Paulo: Ensaio, 1992.

Auto-emancipação dos trabalhadores e destruição do estado

*Paulo Barsotti**

Estado e escravidão são inseparáveis.
Karl Marx

Nada mais sintético do que a *Proclamação do Comitê Central da Guarda Nacional* de Paris, de 18 de março de 1871, divulgada logo após a conquista do poder político pelos comunardos, para elucidar o que ocorria naquele momento:

> Os proletários da capital, frente à incompetência e à traição da classe dominante, decidem que chegou a hora de resolver a situação, assumindo a coisa pública. Serão os trabalhadores – que tudo produzem e nada usufruem em troca, que sofrem a pobreza no meio da riqueza que eles criam com seu trabalho – sempre sujeitos ao abuso. [...] o proletariado, frente à permanente violação de seus direitos, a total negação de todas as suas legítimas aspirações, a iminente destruição do país e de todas as esperanças, está certo que é seu dever imperativo e direito absoluto assumir seu destino com as próprias mãos através da tomada do poder político. (Comuna, 2002: p.7)

Assim, realizava-se pela primeira vez na história um dos elementos mais caros do ideário do proletariado parisiense, que em 1843 – na voz e nos textos da franco-peruana Flora Tristán, publicados na *L´Union Ouvrière* – afirmava, para o sucesso da revolução social, a necessidade da construção de um novo partido político, baseado no postulado fundamental: a auto-emancipação dos trabalhadores.

Incorporadas pelo proletariado parisiense, estas ideias tornaram-se patrimônio do movimento internacional dos trabalhadores e, em 1864, assim aparecem nos considerandos dos *Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores* (AIT):

* **Paulo Barsotti** é Professor da Fundação Getúlio Vargas-SP.

> Que a emancipação das classes trabalhadoras deverá ser obra da própria classe trabalhadora; que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras não significa uma luta por privilégios e monopólios de classe, e sim uma luta por deveres e direitos iguais, bem como a abolição de todo domínio de classe. [...] Que a emancipação econômica de todas as classes trabalhadoras, é, portanto, o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio. (Marx, s/d-a: p.322)

Túmulo das revoluções burguesas do século XIX – cuja tônica sempre fora a permanência e aperfeiçoamento do estado – a Comuna de Paris se ergue como a grande promessa das revoluções sociais do século XX. Resultado de uma insurreição popular de defesa nacional, em poucos dias se transforma na primeira revolução social vitoriosa e revela o seu diferencial em relação às revoluções políticas anteriores: a destruição do estado.

Marx, em carta de 12 de abril de 1871, dirigida a Kugelmann, aponta *o essencial* da revolução comunarda, ainda em seu pleno desenvolvimento:

> Se você olhar o último capítulo de meu *18 Brumário*, poderá ver que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será como foi até agora, a transferência da máquina burocrática militar de uma mão para outra, mas sim a de *destruí-la*, e isto é o essencial para a verdadeira revolução popular no continente. E isto é o que estão tentando os nossos heróicos camaradas do partido em Paris. (Marx, 1977: p.393)

Desde 1844, a necessidade da destruição do estado e o entendimento dos limites da política como *meio* para a realização do socialismo já habitava o pensamento marxiano. Na sua polêmica contra Arnold Ruge, publicada no *Vorwäts* (Avante!), a respeito da insurreição dos tecelões da Silésia, apresenta pela primeira vez o processo da *revolução socialista* e suas tarefas *destrutivas* e *construtivas*:

> A revolução em geral – derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso o socialismo não pode se efetivar sem revolução. Ele tem necessidade deste ato político na medida em que tem necessidade de destruição e dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (Marx, 2010: p.50)

Marx se manterá fiel a estas ideias, que serão desdobradas e repetidas em seus escritos posteriores, *Miséria da Filosofia* (1847), *Manifesto Comunista* (1848), no balanço autocrítico das revoluções de 1848-49 – textos da Nova Gazeta Renana–Revista (1850) –, em *O 18 Brumário de Luis Napoleão* (1852), em *A Guerra Civil na França* (1871) e, finalmente, nas *Glosas críticas marginais ao Programa de Gotha* (1875). Repor na pauta teórico-prática do movimento internacional dos trabalhadores estas concepções marxianas – à luz da ousadia

do feito da Comuna de Paris – parece ser urgente na perspectiva da *revolução emancipadora do trabalho* para este século XXI. Ideia malbaratada e varrida do horizonte social nas décadas recentes, que se fortaleceu pelo fracasso do socialismo stalinista e pela objetiva hegemonia liberal-burguesa.

Não se pode ignorar que as revoluções sociais do século XX, não cumpriram a promessa comunarda. Estas revoluções anticapitalistas, anti-imperialistas e de base social dominante dos expropriados do campo, obtiveram um êxito inicial de negação do capitalismo e da propriedade privada, mas não lograram destruir o estado, nem superar a lógica do capital e a subordinação do trabalho. Acabaram por construir um monstruoso aparato estatal-partidário, com uma imensa burocracia tecnocrática, policial e militar que exerceu dominação e controle sobre os trabalhadores, criando sociedades que nada têm a ver com socialismo e muito menos com comunismo. Forma social híbrida pós-capitalista que termina dramática e melancolicamente, mais pela avalanche de suas contradições internas do que por combates travados nas barricadas, como na Comuna de Paris.

Diante deste fenomenal fracasso no século XX, a ideologia liberal hegemoniza-se e proclama – quer em sua face rude neoliberal, quer na face rosada do reformismo social-democrata – a eternização e aperfeiçoamento do estado, como mal necessário ou indispensável regulador social, e da sociedade de mercado como forma definitiva da organização societária. É vedado nesta perspectiva, o fazer histórico, a autoconstrução humana, restando aos homens somente a reiteração animalesca da atual mesmice globalizante.

Retomar Marx e a história da Comuna de Paris de 1871 é restituir a possibilidade da revolução social, da necessidade da auto-emancipação dos trabalhadores e da destruição do estado como condição *sine qua non* da construção de uma sociedade verdadeiramente humana como alternativa à barbárie do capital e da sociedade de mercado, para o século XXI.

A FRANÇA IMPERIAL E A GUERRA FRANCO-PRUSSIANA

A França que antecede os acontecimentos de 1871 é a França do II Império de Napoleão III, forma de dominação autocrática militar que abre o processo de *contra-revolução burguesa permanente*, gestado após a derrota proletária nas jornadas de junho de 1848. O bonapartismo emerge, assim, numa situação de crise de hegemonia burguesa e de equilíbrio entre as classes sociais, onde "[...] o proletariado não estava *ainda* em condições de governar a França e a burguesia *já* não podia continuar governando-a" (Engels, 1975: p. 159), pelo menos em sua forma republicana e parlamentar. Diante da ameaça da revolução social, a burguesia francesa em crise – para preservar a ordem social e o regime de exploração do trabalho – abre mão do *exercício direto* do poder político se rendendo ao *coup de tête* do aventureiro que se apresenta como *salvador da pátria*, Luis Bonaparte. Durante duas décadas, os trabalhadores franceses serão submetidos à repressão do bonapartismo, forma política clássica da contra-revolução burguesa, de máxima centralização e aperfeiçoamento estatal, e *meio de escravidão do trabalho pelo capital* (Cf. Marx, 1975: p. 196). Nestas condições, pela *intervenção direta*

do estado na economia, a França alcança relativo desenvolvimento industrial e modernização capitalista em meio às especulações financeiras, a ruína de pequenos investidores e acelerada concentração de capital. Desenvolvendo uma *política externa expansionista*, escamoteada pela farsa de que o *Império é paz*, e representada pelo imperador como *libertador das nações*, o imperialismo bonapartista brindou com intervenções militares quase todos os continentes, sempre que suas condições internas fossem adversas. Não houve um ano sequer sem que a França estivesse envolvida em projetos bélicos: campanhas na África e ocupação da Argélia (1852-1857), participação na Guerra da Crimeia (1853-1856), ocupação da Itália (1858-60), intervenções na Síria (1860), guerra civil mexicana (1861) e, finalmente, a invasão da Conchinchina (1861).

As aventuras napoleônicas culminam com o fracasso do México que, aliado aos efeitos internos causados pela crise econômica mundial iniciada em 1857, provoca na França, no início da década de 1860, o crescimento da oposição. Não só os republicanos se fortalecem, como também setores que até então se constituíam na sua base social: frações burguesas afetadas pela situação econômica e o clero, o *exército negro* do imperador – que andava descontente com sua política na Itália – todos passam a questionar o regime bonapartista. Por outro lado, o movimento dos trabalhadores franceses, intermediários entre o artesanato *sans-culotte* e o operariado fabril, retoma a cena política – de onde fora varrido desde as jornadas de junho de 1848 – e se reorganiza. Ele renascia com uma rica diversidade e heterogeneidade ideológica: neojacobinos, republicanos, partidários de Blanqui, de Marx e de Bakunin, estimulam a prática e animam o debate ideológico. Em 1864, como parte das medidas liberalizantes do imperador, a antiga Lei Chapellier (1791) – que impedia o direito de organização sindical e de greve – é suprimida e os trabalhadores franceses passam a participar dos encontros operários internacionais e ingressam na recém-criada Associação Internacional dos Trabalhadores. Mesmo as reformas adotadas por Napoleão III, em resposta ao crescimento da oposição e que levou a se falar de *Império liberal* – ampliação dos direitos do Corpo Legislativo, troca de ministros, abrandamento do direito de reunião e nova lei de imprensa que restabelece o direito de interpretação (1868), e eleições (1869) – não impedem o recrudescimento da luta de classes.

O assassinato do jornalista republicano Victor Noir, no início de 1870, pelo primo do imperador, o príncipe Pierre Bonaparte, eleva a temperatura e aguça as contradições da vida política francesa. A vitória em maio de 1870 conseguida pelo imperador no plebiscito – artifício usual do bonapartismo para manipulação do sufrágio universal, como *referendum* às suas medidas liberalizantes – não foi obstáculo para as manifestações dos trabalhadores e o regime bonapartista parece voltar à sua *fase pretoriana*, reprimindo e aprisionando membros da seção francesa da Internacional e da Câmara Federal Operária.

Resta a Napoleão III lançar mão, mais uma vez, de outro velho expediente destinado à política doméstica: a guerra externa e o apelo à unidade nacional como forma de conter a luta interna. O alvo é a Prússia de Otto von Bismarck que se industrializava, caminhava rapidamente para a unificação da Alemanha e se credenciara – após a vitória sobre o Império austro-húngaro (1865-1866) – a disputar a hegemonia continental. O *chancheler de ferro*, que não desconhecia a desorganização e a baixa estima do exército bonapartista após a

aventura mexicana, inicia provocações diplomáticas em relação à sucessão espanhola[1] aceitas por Napoleão III que, em 19 de julho de 1870, declara guerra à Prússia. A este conflito, Marx assim se referiu no *Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana* (julho de 1870):

> O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno, encontrou a sua réplica na outra margem. De um tal estado de coisas, o que podia resultar senão a guerra? (Marx, s/d-b: p.54).

A verdade é que a Europa era pequena demais para suportar dois bonapartismos.

A DERROTA DO IMPÉRIO E A TRAIÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO

A guerra se desenvolve em seis semanas: vitória francesa em Sarrebruck (1° de agosto), derrota em Wissembourg (3 de agosto), decretação do estado de sítio em Paris (7 de agosto), cerco e rendição de Napoleão III em Sedan (2 de setembro). A farsa de *O 18 Brumário* de Luis Bonaparte termina na tragédia de Sedan, onde o imperador, 32 generais, um marechal, 96 mil homens, sendo que 14 mil feridos são feitos prisioneiros.

Em Paris, em 3 de setembro, enquanto a imperatriz e o Corpo Legislativo buscam entendimento para a formação de um novo governo, a população parisiense – tendo à frente os republicanos Gambetta e Jules Favre – tomam a Assembleia Legislativa e proclamam o fim do Império. No dia seguinte, no *Hotel de Ville* – o Paço Municipal de Paris – como em 1848, a república é proclamada (4 de setembro) e imediatamente é formado um governo provisório com a missão de expulsar os prussianos do solo francês. De maioria conservadora, republicanos moderados e monarquistas, o novo governo nomeia para a presidência – com a missão de organizar a defesa da França – o general monarquista Trochu.

A vitória em Sedan deixara campo aberto para os prussianos marcharem em direção à Paris. Para rechaçar o inimigo, armas são entregues ao povo francês e com isso a Guarda Nacional incorpora em seu contingente mais 350 mil homens. O ingresso voluntário de operários moradores dos distritos populares de Paris muda qualitativamente a composição da Guarda Nacional – originariamente formada pela burguesia moderada – que desempenhará papel decisivo nos desdobramentos históricos da França.

As massas populares se mobilizam para impedir que os prussianos penetrem na capital de sua recém-conquistada república. Nos 20 distritos de Paris são organizados comitês de vigilância e defesa da cidade, denominados Comitê dos Vinte Distritos (22 de setembro).

---

[1] Desde 1868, o trono da Espanha estava vago e as cortes espanholas o ofereceram a Leopoldo de Hohenzollern, primo afastado do Rei da Prússia. Napoleão III solicita ao Rei da Prússia que exerça pressões sobre o primo para que renuncie ao trono espanhol e o compromisso de que nunca mais haveria a possibilidade desta pretensão. O Rei da Prússia recusa-se a receber o embaixador francês e este episódio será utilizado por Bismarck como provocação ao Imperador francês.

Com firmeza, mantinham-se os defensores de Paris dentro do anel formado pelas forças inimigas.

O orgulho francês de novo é ferido pela rendição do exército em Metz (27 de outubro), comandado pelo Marechal Bazaine. Esta é a capitulação definitiva do governo provisório burguês que planeja entregar a cidade e inicia negociações secretas de paz com os prussianos alemães, temeroso do proletariado armado de Paris.

Se a França estivera subordinada durante anos pela farsa de Luis Bonaparte, agora ela era reeditada pela simulação de defesa de Trochu. O general monarquista planejava operações militares destinadas ao fracasso, com o objetivo de permitir aos prussianos aniquilarem a Guarda Nacional. O governo de *defesa nacional* se tornara governo de *traição nacional* e a burguesia francesa perdia qualquer veleidade nacional e a capacidade de dirigir e defender a nação e a república.

A derrota de Metz e os rumores de armistício aumentam a indignação popular. Trabalhadores e um batalhão da Guarda Nacional comandado por Gustave Flourens ocupam a sede da municipalidade (31 de outubro) e aos gritos de *Viva a Comuna!* destituem o governo. Em pouco tempo os soldados de Trochu retomam a sede da prefeitura, o *Hotel de Ville*, aprisionam 60 amotinados e segue-se a repressão com a interdição de associações, supressão de jornais e a condenação de Flourens e Blanqui.

Dois dias depois do início do bombardeio prussiano a Paris (5 de janeiro de 1871), o Comitê Central Distrital proclama num *affiche rouge*: *A praça ao povo, a praça à Comuna*. A esta manifestação – que expressa o crescimento da consciência e sentimento comunal – a burguesia francesa, temerosa diante dos trabalhadores em armas e a poucos dias de seu escuso armistício com os prussianos, expressando suas tradições mais reacionárias, responde no jornal *Le Figaro* (13 de janeiro): *Adiante contra os prussianos, mas contra os comunardos também* (Cf. Willard, 2002: 15).

O armistício preliminar é assinado em Versalhes (28 de janeiro) com condições humilhantes: a França pagaria uma indenização de guerra, cederia os territórios de Alsácia e Lorena, as tropas prussianas ocupariam os fortes do leste de Paris, seriam convocadas eleições para uma nova Assembleia e o governo de *defesa nacional* teria que renunciar. Contudo, a Guarda Nacional não foi desarmada, conservando seus canhões em Montmartre. A população de Paris recebe os prussianos em 1° de março desfraldando bandeiras pretas.

As eleições são realizadas em oito dias nas condições de uma nação saída de uma guerra. Paris elege seus lutadores e defensores da república, mas a França rural impõe uma maioria conservadora. Marx, a respeito desta maioria dirá: "[...] para sancionar a paz imposta por Bismarck, os piores homens da França eram os melhores" (Marx, 1975: p.186). O *partido da ordem* estava refeito, e sua primeira tarefa será desarmar os trabalhadores de Paris.

A Assembleia dos *rurais* se reúne em Bordeaux. Thiers assume o executivo, forma o ministério, instala-se em Versalhes e decide *pacificar* Paris. As primeiras medidas da contra-revolução soam a Paris como uma declaração de guerra: fim do congelamento das dívidas e dos aluguéis em atraso, e supressão do soldo da Guarda Nacional como forma de pressioná-la

e desmobilizá-la. Ao contingente do *partido da revolução* agrega-se, assim a pequena-burguesia – à beira da falência – e os ameaçados pelo despejo.

Thiers apressa a ofensiva a Paris: aprova na Assembleia o desarmamento da Guarda Nacional e o governo mobiliza suas tropas. Na madrugada de 17 para 18 de março, as tropas governamentais marcham furtivamente em direção às colinas de Montmartre, na região norte de Paris, com o objetivo de apoderar-se dos canhões da Guarda Nacional. O destacamento que guardava os canhões é rapidamente dominado pelos versalheses. O acontecimento não passa despercebido pela população e a notícia se espalha por toda cidade. Nos acessos a Montmartre, juntam-se operários, guardas nacionais, tendo à frente – posição que ocuparão até o fim da Comuna – um grande número de mulheres. Todos se dirigem para o forte e cercam os soldados, que recusam a ordem do General Lecomte de abrir fogo sobre a multidão. Não há combate e sim confraternização geral entre os soldados, a Guarda Nacional e a população aos gritos de *Viva a república!*.

Durante todo o dia o movimento cresce, a Guarda Nacional ocupa posições por toda a cidade e, às três horas da tarde, batalhões desfilam diante do *Hotel de Ville*. A Thiers só resta ordenar a retirada do exército regular para Versalhes.

O duplo poder está explícito: em Paris a revolução operária, em Versalhes a contra-revolução burguesa. Na noite de 18 de março, a bandeira da igualdade, a bandeira vermelha, tremula no *Hotel de Ville* saudando a primeira revolução proletária da história. Pela primeira vez era derrubado o poder burguês.

A COMUNA E A DESTRUIÇÃO DO ESTADO

Nos seus 72 dias de efêmera e rica existência, a Comuna somente pode ensaiar, segundo Marx, o que seria o *governo dos produtores pelos produtores* e revelar o seu segredo:

> [...] forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação do trabalho e verdadeira alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apóia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. (*Idem*, p.197-199)

Forma não repressiva, a Comuna em seu primeiro ato suprime o aparato militar-estatal, substituindo o exército permanente pelo povo armado, suprime o serviço militar obrigatório e retira da polícia qualquer atribuição de política.

Ágil e flexível, quebra a monstruosa máquina burocrática e parlamentar herdada, estruturando-se como organismo de trabalho, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Todos os seus membros e funcionários eram eleitos por sufrágio universal, com mandatos revogáveis a qualquer tempo e seus salários equivalentes aos dos operários. Ordenada em três níveis – comissões dos distritos municipais (horizontal), comissões especializadas em ministérios (vertical) e uma comissão executiva (central) – o regime comunal iniciaria um processo de

desestatização e *despolitização* da sociedade e permitiria assim, que fosse "[...] devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo estado parasitário, que se nutre às custas da sociedade e freia seu livre movimento". (*Idem*, p.199)

Estas medidas aniquilam os mecanismos puramente repressivos do aparato estatal situado acima e independente da sociedade, conservando apenas as funções legítimas estruturadas segundo o regime comunal. Demolindo a base material e física do antigo governo, toda iniciativa e a administração pública estão nas mãos do controle comunal. Esta dinâmica dialética de *destruição e criação*, de controle social democrático a partir de baixo, é a grande originalidade da Comuna. Experiência histórica de *democracia direta e cidadania ativa*, que – diga-se de passagem – nada tem a ver com práticas recentes no Brasil de democracia e orçamento participativo.

Na direção da destruição dos instrumentos de dominação ideológica, a Comuna decreta a separação entre a igreja e o estado, a supressão de subvenção de culto e a expropriação de todas as congregações. A religião vai ocupar o seu devido lugar na vida social como assunto da esfera privada. A educação se liberta de todas as ingerências da igreja e do estado, tornando-se obrigatória e gratuita, e dá-se início ao ensino técnico com a criação de escolas profissionais. Desta forma, a ciência e também a arte "[...] se redimiam dos entraves criados pelos preconceitos de classe e o poder do governo". (*Idem*, p.197)

Outros decretos e medidas revelam o seu caráter social e de classe: suspensão do pagamento de aluguéis em atraso, suspensão da venda de objetos empenhados e fim das casas de penhor, supressão das distinções entre filhos legítimos e naturais, entre mulheres casadas e concubinas. A Comissão do Trabalho desenvolve experiências autogestionárias e as Câmaras Sindicais organizam cooperativas nas fábricas abandonadas pelos seus proprietários durante a guerra.

A república mundial é a bandeira da Comuna, cedendo aos estrangeiros que a serviram o título de cidadão: o primeiro ministro do Trabalho da França é o húngaro Léo Frankel, os poloneses Dombrowski e Wroblewski assumem comandos militares, a russa Elisabeth Dimitrieff participa da União das Mulheres para a Defesa da França e numerosos *camisas vermelhas* de Garibaldi, além de outros estrangeiros, formam legiões de combatentes. Contra o nacionalismo e o chauvinismo francês é demolida a Coluna de Vendôme, construída durante o I Império, símbolo e estímulo ao ódio entre nações.

A GUERRA CIVIL E OS ERROS DA COMUNA

O ato inaugural do Comitê Central da Guarda Nacional foi a convocação de eleições para a formação do poder municipal, aspiração da população parisiense durante os últimos anos. Nas eleições para o Conselho Geral da Comuna (26 de março) são eleitos 72 delegados, revolucionários e militantes de todos os matizes – 25 eram operários, sendo 13 filiados à Internacional. Constituído o poder comunal, é proclamada a Comuna em 28 de março.

A excessiva preocupação do Comitê Central com a institucionalização do poder conquistado pelas armas e o receio de iniciar a guerra civil, serão alvo de críticas entre os

próprios comunardos. Por que não marchar para Versalhes no momento de desarticulação de suas forças militares e da surpresa causada pela iniciativa dos trabalhadores parisienses? Apesar de dispor de 100 mil homens e de armas, a Federação da Guarda Nacional não tinha plano e nem comando definido. Em nome da autonomia, não forneceu armas às comunas (Marselha, Lyon, Narbone, Saint-Etienne, Cresout, Toulon), que queriam marchar sobre Versalhes. Com isso, foram derrotadas, isolando Paris da província (Cf. Lissagaray, 1991: p. 167). Esta hesitação permitiu que Versalhes – que negociava com os prussianos a liberação de suas tropas aprisionadas – se reorganizasse e partisse para o ataque. Apesar de surpresa, a Comissão Executiva – de maioria moderada – insiste na defesa da cidade e não pela ofensiva. A voz discordante é a de Duval que, por iniciativa própria, contando com Flourens, reúne 40 mil homens que partem rumo a Versalhes. Desarticulados e sem oficiais do estado-maior, executam manobras equivocadas e no meio do caminho, em Meudon, a 3 de abril, são fragorosamente derrotados pelos versalheses. Este episódio revelava as fragilidades do comando militar dos comunardos.

Em carta Em carta a W. Liebknecht, de 6 de abril de 1871, Marx tece o seguinte comentário:

> Parece que a derrota dos parisienses se deveu à sua própria culpa, mas uma culpa provocada realmente por sua *honnéteté* (honestidade), muito grande. O Comitê Central e, mais tarde, a Comuna permitiram a esse daninho aborto de Thiers o tempo de concentrar forças hostis, em primeiro lugar pela loucura de cuidar que não se desencadeasse a guerra civil, como se Thiers não a tivesse começado com a tentativa do desarme forçoso de Paris; como se a Assembléia Nacional, que só se encarregou de decidir a questão da paz ou da guerra com os prussianos, não houvesse declarado de imediato a guerra da República! [...] para que não fossem acusados de usurparem o poder, perderam momentos preciosos (deviam ter avançado imediatamente sobre Versalhes depois da derrota – na Place Vendôme – da reação parisiense) com a eleição da Comuna cuja organização etc, custa muito tempo (Marx, 1977: 391).

Nem mesmo após a declaração oficial de guerra de Thiers – que já tinha montado o seu exército com o auxílio dos 130 mil homens liberados pelos prussianos – a maioria do Comitê Central não perde suas veleidades democráticas e convoca eleições complementares em 16 de abril, ato que Jules Vallés, em seu jornal *Le cri du peuple*, analisa: "[...] Neste momento de luta e de angústia, quando o povo está atrás das barricadas, não acreditamos que seja preciso chamá-lo às urnas. *Não se vota durante a batalha*". (Vallès, 1992: p. 31-32).

Além de não marchar para Versalhes, os comunardos – perdidos em discussões intermináveis – cometeram outro grave erro: não se apropriaram das instituições financeiras francesas. Tiveram muito respeito diante da "fortuna da nação". Seriam fortes demais as ressonâncias de 1789 na consciência da maioria do Comitê Central? Não só não se apropriaram do banco, como objetivamente permitiram a Versalhes o seu acesso. O comunardo e historiador da Co-

muna, Lissaguaray, comenta criticamente o ato: "[...] Todas as insurreições sérias começaram apropriando-se do nervo do inimigo: o cofre". (Lissagaray, 1991: p. 156)

A estas indecisões e moderação, Thiers responde com manobras e punho forte: bombardeio, corrupção, falso patriotismo, simulação de conciliação e isolamento de Paris. Com a paz definitiva selada em Frankfurt (18 de maio), Versalhes monta um exército de 170.000 homens que parte para o ataque final contra a Comuna, com a conivência e auxílio dos prussianos. Pela primeira vez na história, *o exército vencedor e o vencido confraternizam na matança comum do proletariado*, a contra-revolução burguesa executa um concerto a quatro patas e inaugura a repressão internacional do capital sobre o trabalho: *todos os governos nacionais (burgueses) são um só contra o proletariado*. (Cf. Marx, 1975: p.215)

Após a queda do forte de Issy, é criado o Comitê de Salvação Pública (1° de maio), início da derrocada da Comuna, onde os decretos socialistas são unanimemente aprovados. Rapidamente, os versalheses ocupam a cidade na demonstração cabal de ausência de comando militar da Comuna. Resta aos comunardos a luta nas ruas. A semana heróica e sangrenta (22-28 de maio) tem seu início. As mulheres, símbolo da Comuna, de presença constante desde a marcha de Montmartre, estão novamente à frente e até a ultima barricada das jornadas de maio na Rua Ramponeau. O heroísmo e a energia não foram capazes de conter a repressão e a fúria do exército versalhês, que se transforma em verdadeiro pelotão de fuzilamento de 30.000 homens, mulheres e crianças que ousaram violar o monopólio da burguesia, dos *superiores naturais*.

A repressão prossegue em Paris durante todo o mês de julho. Em agosto se iniciam os Conselhos de Guerra e em novembro instauram-se as execuções *legais* no Campo de Sartory e Marselhe (Marselha ou Marseille?): são 36.309 condenados, 93 penas de morte, 251 condenações a trabalhos forçados, 1.169 deportações em fortificações, 3.417 deportações simples (Argélia, Nova Caledônia), 1.247 reclusões, 3.113 penas de prisão.

Em 30 de maio de 1871, Marx lê diante do Conselho Geral a terceira mensagem da AIT dedicada aos acontecimentos franceses. Nesta quarta versão do texto, Marx destaca a importância da Comuna, como *antítese direta* do Império bonapartista e a iniciativa pioneira da revolução comunarda de destruição do estado, de acordo com sua recomendação, feita vinte anos antes e fruto de suas reflexões críticas às derrotas de 1848-1849 e ao golpe de Luis Bonaparte.

A história humana não seria mais a mesma após estes 72 dias, nem para o trabalho, nem para o capital. Os erros, os acertos e os fracassos vividos pela Comuna e pelas revoluções sociais do século XX não desqualificam a luta revolucionária pela emancipação humana. Diferentemente das revoluções burguesas, que se acomodam com os resultados obtidos, as revoluções proletárias são obrigadas a fazer sua "[...] autocrítica constante, voltar ao que parecia estar resolvido", para poder zombar "[...] impiedosamente das hesitações, fraquezas e misérias de suas primeiras tentativas [...] até que finalmente se crie uma situação que impossibilite qualquer retrocesso". (Marx, 1979: p. 106-107).

A Comuna inaugura a iniciativa social dos trabalhadores, indica na pureza de suas

contradições os caminhos e descaminhos da auto-emancipação do trabalho. Seu significado é a convocação à revolução social, seu exemplo, a postura humana revolucionária. Foi "[...] apenas um combate de vanguarda" que não teve tempo para

> [...] desenvolver suas idéias, nem suas legiões [...] mas que potente vanguarda que, durante mais de dois meses, manteve na expectativa as forças coligadas das classes governantes; que imortais soldados os que, nos mortais postos avançados, respondiam ao versalhês: Estamos aqui pela Humanidade! (Lissagaray, 1991: p.363).

REFERÊNCIAS

COMUNA (documentos). Da Proclamação do Comitê Central da Guarda Nacional. In: *Cadernos Espaço Marx*. São Paulo: Xamã, 2002.

ENGELS, Friedrich. Introdução. In: MARX, K. *A guerra civil na França*. São Paulo: Edições Sociais, Textos 1, 1975.

LISSAGARAY, Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.

MARX, Karl. *A guerra civil na França.* São Paulo: Edições Sociais, 1975, Textos 1.

MARX, Karl. Carta de Marx a Kugelmann (12 de abril de 1871). In: MARX, K.; ENGELS, F. *Marx-Engels Correspondência*. México D.F.: Ediciones de Cultura Popular, 1977.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonap*arte*. In: *Collect Works*, volume 11, Londres: Lawrence & Wishart, 1979.

MARX, Karl. (2010) Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". De um prussiano. In: *Novos Temas*, Revista do Instituto Caio Prado Jr., nº 2, São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. / Salvador: Quarteto, 2010.

MARX, Karl. (s/d-a) Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, Vol. 1.

MARX, Karl. Primeiro Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, Vol. 2. (s/d-b).

VALLÈS, Jules et alli. *Crônicas da comuna*. São Paulo: Ensaio.

Notas Sobre Lênin e a Comuna

*Antonio Carlos Mazzeo**

Para Izabel

A causa da Comuna é a causa da revolução social,
é a causa da total emancipação política e econômica
dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial.
E neste sentido, é imortal.
Lenin

A Comuna de 1871, a primeira grande experiência dos trabalhadores "no poder", possibilitou por no horizonte da história do movimento proletário e popular perspectivas de autogoverno dos trabalhadores e de emancipação humana. Até então, aquela tinha sido a experiência mais objetiva produzida pelo movimento proletário-popular, no que se refere à possibilidade das "classes subalternas" assumirem o poder. O conjunto do movimento socialista e comunista, em suas várias tendências, nunca deixou de considerar a Comuna como o grande *laboratório* do poder proletário e, como evidenciou Engels, a Comuna demonstrou a necessidade de o proletariado organizar-se como classe dirigente[1]. Apesar de assumir a linha crítica dessa experiência, iniciada pelas agudas observações de Marx e Engels, Lenin, assim como seus inspiradores, considerava as lições da Comuna fundamentais para a organização do poder proletário[2] e, nesse sentido, revisitará essas experiências tanto na insurreição de

* **Antonio Carlos Mazzeo** é Professor da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp, editor da revista *Novos Temas e* secretário do Instituto Caio Prado Jr..

[1] Veja-se, F. Engels, In: MARX, K.; ENGELS, F.. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Editorial Progresso, 1987, Prefácio à edição Inglesa de 1888, p. 20.

[2] Como ressalta Lenin: "[...] apesar de todos os seus erros, a Comuna é o modelo mais grandioso do mais grandioso movimento proletário do século XIX. Marx deu grande valor ao significado histórico da Comuna [...] O proletariado a aproveitará como já fez na Rússia durante a insurreição de dezembro." LENIN, V.I., *Os Ensinamentos da Comuna de Paris*. In:_____. *A Comuna de Paris*. Lisboa: Editorial Avante, 1975, p. 65.

1905 como na exitosa Revolução de 1917. Não por acaso, em março de 1905, afirmava: "[...] No movimento atual, todos nos apoiamos na Comuna".

Como homem das "[...] respostas concretas para as situações concretas", Lenin irá debruçar-se com afinco e aprofundar seus reflexões sobre o real significado das experiências dos trabalhadores no poder, na Comuna de 1871, no momento em que as condições históricas internacionais e, em especial, da Rússia exigirem novas respostas para o processo revolucionário, como adverte Gerratana,[3] após elaborar a tese – dada a *particularidade histórica* da Rússia – da necessidade da realização de uma revolução democrática umbilicalmente ligada à revolução socialista, elaboração que ocorre como desdobramento imediato e *mediato* da insurreição de 1905, ganhando novo impulso em 1917, quando a revolução apresenta-se como *possibilidade concreta*. Apesar de correto em sua assertiva inicial sobre o "momento" Lenineano em relação à nova dimensão que irá conferir ao processo vivido pela Comuna, em particular o problema da *ditadura democrática*, Gerratana acaba atribuindo a Lenin um *taticismo* inexistente em seu pensamento *teórico-prático*, basta que lembremos seu empenho, no confronto com o marxismo vulgar da II Internacional, em repelir qualquer visão dogmática e "oportunista", isto é, "taticista", no contexto da teoria social de Marx. Para Lenin, a teoria social de Marx deveria ser entendida como produto de uma rigorosa análise dos processos sociais, a partir de uma dinâmica *gnoso-dialético-materialista*. Como acentuava, já em 1905:

> Não consideramos, de modo algum, a teoria de Marx como alguma coisa definitiva e intocável; ao contrário, estamos convencidos de que ela colocou apenas pedras fundamentais da ciência, que os socialistas devem fazer progredir em todas as direções, se não querem distanciar-se da vida[4].

Essa passagem de *As Duas Táticas*, de per si, atesta a distância do pensamento Lenineano do *taticismo* dogmático que reduz a teoria social de Marx em um vai-da-valsa ao sabor das oportunidades. Como assinalei em um velho artigo[5], o rigoroso vínculo de Lenin ao conjunto *categorial-analítico* da teoria social de Marx sempre o impulsionou a buscar a realidade estrutural como parâmetro, sem deixar, no entanto, de fundamentar a observação empírica com meticulosa reflexão teórica, postura essa evidenciada em suas anotações de estudos teóricos e de filosofia, realizadas entre 1895 a 1916 – publicadas nos assim chamados *Cadernos sobre Filosofia*[6] – ou ainda sua diligência em compreender as *condições histórico-objetivas* do desenvolvimento do capitalismo na Rússia[7], *dimensionando rigorosamente* no campo do materialismo-dialético, a realidade russa como *particularidade histórica*, formulação essa bastante distanciada do generalismo dogmático, muito em voga no movimento socialista de sua época. Ao contrário, como bem ressaltou Lukács, Lenin não se limita às "verdades"

---

3 GERRATANA, V.. *Ricerche di Storia Del marxismo.* Roma: Riuniti, 1978, p. 214-215.

4 LÊNIN, V. I.. Las dos tácticas de la socialdemocracia em La Revolución Democrática. In: ____. *Obras Completas*. Madri: Akal, 1974, vol. IX, p. 157.

5 MAZZEO, A. C.. Lenin e a Teoria do Estado Revolucionário, revista *Novos Rumos*, ano 2, nº 1, São Paulo, Novos Rumos, jan.-fev.-mar., 1987, p. 155-187.

6 Cf. Cuadernos Filosóficos. In: *Obras Completas*, op. cit., vol. XLII.

7 Veja-se El desarrollo del capitalismo en Rusia. In: *Obras Completas*, op. cit., vol. III.

estabelecidas e, nessa direção, empenha-se em estabelecer a confluência da teoria marxista, desenvolvida após a morte de Marx, com a realidade. De modo que essa compreensão, aliada à elaboração teórica sobre o *novo momento* do capitalismo, colocando a *teoria do imperialismo* no centro do processo histórico do capital, redimensionando a teoria da "madurez do capitalismo" como elemento condicionante para a realização da revolução socialista e, com isso, introduzindo a possibilidade da revolução proletária em qualquer país[8], ou como sublinha Lukács, "a atualidade da revolução", como cenário de uma época histórica[9], desmente qualquer tentativa de situar a práxis de Lenin como *taticista*. Sua permanente recusa ao dogma e ao empiricismo,[10] no escopo da teoria social de Marx nos possibilita dizer que Lênin *situa-se rigorosamente* no âmbito dos pressupostos que nortearam as reflexões de Marx e Engels, como enfatizaram Lefebvre, Gruppi e Lukács, entre outros.[11]

Esta pequena digressão nos permite delinear o campo teórico das formulações leninianas e seu estreito vínculo com as categorias analíticas de Marx. Como evidenciou Lukács, Lenin é mais que um "homem político", é um *pensador do proletariado* que inseriu na ordem do dia do movimento operário e popular a necessidade e a possibilidade da revolução, particularmente no contexto da crise do início do século XX que culminaria na 1ª Guerra Mundial e com a própria Revolução de Outubro. É comum analisar as divergências na II Internacional, tomando por base apenas a "disputa ideológica" ou as concepções de marxismo, basicamente o embate da ala esquerda da socialdemocracia, incluindo-se aí Rosa Luxemburgo e Lenin, com Berstein e principalmente com o Kautskysmo[12]. Obviamente, o problema

---

8 "[...] Sabemos que Marx e Engels concebiam a possibilidade da revolução socialista numa determinada formação social, tendo como pressuposto um certo grau de desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, o que propiciaria o surgimento de um proletariado moderno que organizadamente responderia às agudizações decorrentes das contradições da sociedade capitalista, e que seria capaz de assimilar a ideologia revolucionária. Essas análises estavam determinadas pelo próprio momento histórico em que viviam Marx e Engels, quer dizer, postas pela concretude mesma do desenvolvimento capitalista daquela época. Como foi evidenciado, Marx e Engels [...] diziam que em cada *formação social capitalista* haveria situações *particulares*, onde as contradições *determinadas por suas especificidades* engendrariam o processo revolucionário. A condição *sine qua non*, e ai como conceituação universal das leis gerais do modo de produção capitalista era a "madurez" do capitalismo, que aparecia como elemento necessário para o desencadeamento do processo revolucionário e, no século XIX, o capitalismo "maduro" só podia ser entendido dentro dos limites das fronteiras nacionais, quer dizer, determinados países com determinados graus de desenvolvimento capitalista. Sendo assim, o seu contrário – a revolução proletária – também estava submetido a essa limitação histórico-concreta." MAZZEO A. C.. *Sociologia Política Marxista.* São Paulo: Cortez, 1995, p. 39-40.

9 Cf. LUKÁCS, G.. *Lenin: teoria e prassi nella personalità di um rivoluzionario*. Turim: Einaudi, 1970, p. 15-16.

10 Nas palavras de Lenin: "[...] Assim, pois, o pensamento humano, por sua natureza, é capaz de nos fornecer e efetivamente nos dar, a verdade absoluta, que resulta da soma das verdades relativas. Cada fase do desenvolvimento da ciência acrescenta novos elementos a esta soma de verdades absolutas, mas os limites da verdade de cada tese científica são relativos, ampliam-se e se restringem pelo processo ulterior dos conhecimentos". *Materialismo y Empirocriticismo*. In: op. cit., vol. XIV, p. 125-126.

11 Vejam-se LEFEBVRE, H.. *Pour connaître la pensée de Lenine*. Paris: Bordas, 1977; GRUPPI, L.. *O pensamento de Lênin.* Rio de Janeiro: Graal, 1979 e LUKÁCS, G.. op. cit..

12 Sobre essa questão, ver ANDREUCCI, Franco. A difusão e a vulgarização do marxismo. In: HOBSBAWM, E. (org). *História do Marxismo – O marxismo na época da Segunda iInternacional*. vol. II, Parte I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 15-73.

apresentava-se de modo mais complexo, pois se centrava no próprio contexto das respostas do movimento operário à crise, à pauperização dos trabalhadores e às ações cada vez mais incisivas e autocráticas das políticas burguesas para o proletariado, diante de uma crescente sedução, por parte de significativos setores das burguesias europeias e de seus aliados, para soluções "bonapartizantes". A II Internacional oscilava entre o reformismo "etapista" explícito e a possibilidade de rupturas mais profundas e radicais, sendo que em sua composição majoritária, o conceito de marxismo era perpassado pelo *positivismo evolucionista*, que ao limite, "justificava" e explicava não somente seu reformismo, mas também sua inércia em relação ao "que fazer" diante das perspectivas abertas pela crise[13]. Nesse sentido, queremos dizer que a essência dos debates travados no interior da II Internacional era a *contraposição entre reforma e revolução*.

Mas é partir 1905 que Lenin irá debruçar-se com mais vigor no estudo da experiência da Comuna, buscando nas lições daquele movimento, desenvolver suas positividades e, ao mesmo tempo, encontrar seus limites e pontos vulneráveis, como podemos verificar em seu esboço de conferência sobre o tema, escrito entre fevereiro e março daquele ano[14], onde sublinha, em seus apontamentos, as medidas mais importantes tomadas pelos comunardos, como a abolição do exército e da burocracia, a elegibilidade dos funcionários públicos, a instituição do ensino gratuito, a entrega das fábricas abandonadas aos trabalhadores e, também, como nota crítica de fundo, assinalada com a abreviação *NB* (*Nota Bene*) da locução latina para "nota bem", um equívoco fundamental: "[...] *não tomaram os bancos"*. Se atentarmos para os debates sobre a questão democrática na luta contra a autocracia czarista, travados naquele ano, no âmbito da socialdemocracia russa, com os *neoiskristas* (mencheviques)[15], veremos a imediata conexão dos argumentos de Lenin com seus apontamentos para a conferência sobre a Comuna, de 1905, justamente no que se refere à vacilação em relação à questão econômica (o problema dos bancos) e, fundamentalmente, à questão das alianças políticas realizadas pelo proletariado e à falta de organização dos trabalhadores.

Nessa polêmica sobre a questão democrática em que Lenin faz questão de diferenciar a atitude dos *democratas da classe operária* frente aos *democratas burgueses*, demarcando o *plano de classe* das concepções sobre a democracia, há toda uma argumentação, mais tarde recuperada por Lukács[16], que procura articular o próprio avanço da democracia burguesa com o avanço das lutas e da organização operárias e, consequentemente, com o alargamento dos espaços de

---

[13] Como define E. Ragionieri: "[...] Por marxismo da Segunda Internacional, entende-se, em geral uma interpretação e elaboração do marxismo que reivindica um caráter científico para sua concepção da história, na medida em que indica nela o desenvolvimento segundo uma necessária sucessão de sistemas de produção econômica, conforme um *processo evolutivo que só no limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias emergentes do desenvolvimento das condições objetivas*", *Il Marxismo e L'Internazionale*. Roma: Riuniti, 1968, p. 47 (grifos nossos).

[14] *Plano de uma Conferência sobre a Comuna.* In: *A Comuna de Paris*, op. cit., p. 54.

[15] Ver, em especial, LENIN, V. I.. Democracia operária e democracia burguesa. In: *Obras*, op. cit., vol. VIII, p. 65-76.

[16] Veja-se LUKÁCS, G.. O processo de democratização. In: *Socialismo e democratização*. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 2008, p. 94 e ss.

conquistas dos trabalhadores[17]. Nesse debate, que reverbera claramente suas reflexões críticas sobre os problemas vividos pelo proletariado francês na experiência de 1871, em especial a questão das alianças e da frágil organização dos trabalhadores, Lenin acentua que não só os avanços do movimento operário garantem, transformam e radicalizam a democracia, como também definem os campos onde devem atuar os proletários e os setores populares[18] e, nesse sentido, definem ainda, os campos das alianças políticas. Assim, Lenin coloca em pauta, *pela primeira vez* nas formulações do movimento operário, o conceito de *hegemonia do proletariado*[19]. Como fica evidente, para a concepção lenineana, não bastava arquitetar uma frente democrática ampla contra a autocracia do Czar. É o que Lukács, mais adiante, irá chamar de luta pela *democracia socialista*, quer dizer, um longo processo de *democratização substantivado pelo nivelamento dos direitos conquistados pelas lutas dos trabalhadores contra a idealização posta pelo Estado Burguês*[20]. Para melhor argumentar sobre esse problema, vamos nos ater um pouco mais no elemento de fundo da argumentação lenineana, em relação à questão da disputa pela *hegemonia* por parte do proletariado.

Para Lenin, estava claro que não bastava construir os espaços formais para uma democracia balizada pelo mercado em que o igualitarismo inerente à democracia construída pela sociedade civil burguesa apresentava-se de forma incompleta e, mais do que isso, não somente esfumava-se no plano da concretude da vida social como se materializava enquanto falácia manipulatória. Como bem ressalta Gruppi, esse é o momento em que utilizando as categorias dialéticas Lenin compreende que a revolução russa deve ter o caráter de uma revolução democrática, mas essa revolução, dadas as características tardias do desenvolvimento do capitalismo russo não poderá ser completada por uma burguesia débil e incapaz de realizar suas tarefas históricas, ou de assumir a hegemonia do processo revolucionário[21]. Evidencia-se assim que a preocupação de Lenin é por um proletariado à testa do processo revolucionário, hegemonizando a luta democrática contra a autocracia do Czar e pondo no centro da disputa o projeto socialista. Como ressalta Lenin:

> Desde o ponto de vista proletário, a hegemonia corresponde, na guerra, a quem luta com maior energia, a quem sabe aproveitar todas as ocasiões para assentar um golpe no inimigo, àquele cujas palavras não diferem de suas ações e que é, portanto, o dirigente ideológico da democracia que critica tudo que seja dito a meias palavras [22].

---

[17] Como vemos em V.I.Lenin: "[...] A natureza democrático-burguesa do movimento da intelectualidade russa, a partir de sua tendência mais moderada, partidária das reformas no terreno da cultura até a tendência revolucionária terrorista mais radical, tornou-se mais evidente na medida em que surgia e se desenvolvia a ideologia proletária (da socialdemocracia) e o movimento proletário de massas." In: Democracia operária e democracia burguesa, op. cit., p. 67. Ver também LUKÁCS, G.. O processo de democratização, op. cit., p. 120.

[18] LÊNIN, V. I.. Democracia operário e democracia burguesa, op. cit., p. 69.

[19] Idem, p. 73.

[20] LUKÁCS, G.. O processo de democratização, op. cit., p. 92 e 93 e passim.

[21] GRUPPI, L.. op. cit., p. 49 e ss.

[22] LÊNIN, V. I.. *Democracia operária e democracia burguesa*, op. cit., p. 73.

A derrota da insurreição de Moscou, em dezembro de 1905 reforça a tese da necessidade da *hegemonia* e, contrapondo-se à direita da socialdemocracia, Lenin defende a palavra de ordem de insurreição armada que apesar de não acontecer, vai contribuir para rebeliões pontuais de camponeses e de soldados. Efetivamente, diante do equilibro posto pelo impasse entre o movimento democrático e a autocracia czarista moribunda, Lenin defende, de um lado, a unidade com os democratas, mas ao mesmo tempo esforça-se para organizar um setor avançado do proletariado, com *autonomia e programa independente*. O que devemos depreender da postura lenineana é toda uma preocupação de não perder o "fio da meada" da processualidade russa, seja quando defende o boicote à primeira Duma, seja quando passa a defender a ida ao parlamento[23]. Longe de ser uma postura *taticista*, como querem alguns, a ação de Lênin releva dois elementos centrais: de um lado, a consideração das características *histórico-particluares* da Rússia e das lutas por conquistas democráticas de outra, a insuficiência da burguesia russa frente ao capitalismo internacional e além de sua própria tradição autocrática. É o que podemos definir como a compreensão da *determinação concreta do processo histórico* daquele momento. E é nesse contexto que sobressai no pensamento lenineano a necessidade da *hegemonia* e da organização independente do proletariado, o que implicava não somente a *determinação programática e unitária da vanguarda proletária*, como também o combate permanente a seus desvios, fossem os de direita, fossem os de esquerda, o assim chamado *critério da luta em duas frentes,* que possuía um significado maior que qualquer tática. Era objetivamente, como definiu Gruppi[24], a *determinação da hegemonia* que não poderia admitir nenhum desmonte das conexões dialéticas da ação revolucionária. Não por outro motivo, em 1911, no momento em que o movimento operário russo retoma as lutas sindicais verificamos, em artigo publicado na *Rabotchaya Gazeta* nº 45, uma nova visita e um outro mergulho em suas reflexões críticas sobre o processo vivido pela Comuna de 1871, em particular realçando o isolamento do proletariado francês no período crucial do movimento ressaltando, porém, as condições históricas do capitalismo francês e da consequente fragilidade organizativa de seu proletariado[25].

Para afrontar a questão programática e procurando estabelecer uma diferenciação qualitativa na organização proletária, Lenin, já em 1912, chama atenção para as bandeiras históricas dos trabalhadores, articulando a luta econômica com a necessidade da luta política. As palavras de ordem são: república, jornada de trabalho de oito horas e divisão das terras, ou seja, na luta pela democracia, as reivindicações operárias são colocadas como *diferenciadoras* no âmbito do generalismo democratista burguês e pequeno-burguês, na perspectiva de ir para além do reformismo, mas, ao mesmo tempo, acentuando a necessidade de se combinar

---

[23] Sobre esse processo, que vai de 1906 a 1911, veja-se CARR, E. H.. *A Revolução Bolchevique, 1917-1923*. Porto: Afrontamento, 1977, vol. I, p, 61 e ss.

[24] GRUPPI, L.. op. cit., p. 78.

[25] No dizer de Lenin: "[...] Uma revolução social, para triunfar necessita, pelo menos, duas condições: forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado [...] O capitalismo francês achava-se ainda pouco desenvolvido e a França era, então, um país de pequena burguesia (artesãos, camponeses, lojistas etc.). Por outro lado, não havia um partido operário; a classe operária não tinha nem preparação nem longa experiência, no seu conjunto nem sequer compreendia claramente quais eram as suas tarefas e os meios de as realizar." À Memória da Comuna. In: *A Comuna de Paris*, op. cit., p. 71-72.

ações reformistas com ação revolucionária. Recolocam-se aqui os elementos de ação política estabelecido em seu *Que Fazer?*, de 1902, em que formula a *necessidade do elo* entre ação econômica espontânea das massas com a ação *teleológico-política* do partido de "novo tipo".[26] Evidencia-se aqui a questão do partido revolucionário como articulador teórico e dirigente político, ressaltando ainda que isso se torna possível se o partido atuar como educador das massas trabalhadoras. Mas emerge também o que Lukács irá definir como a *teoria da democratização*, que se difere da simples concepção de democracia formal, vigente na sociedade civil burguesa. Lenin claramente define que nas tarefas do proletariado na revolução burguesa o encargo imediato dos revolucionários é o de passar a produção social ao controle dos trabalhadores, ressaltando justamente o que não foi possível na experiência dos comunardos. Em meio ao processo de radicalização revolucionária da Rússia, em *Cartas de Longe*, de março de 1917, Lenin destacando a obrigação da organização diferenciada do proletariado ressalta, apoiando-se na experiência da Comuna e da insurreição de 1905, a positividade da criação do soviete de deputados operários e a necessidade de ampliá-lo e fortalecê-lo, atraindo para ele deputados dos soldados, dos assalariados camponeses etc[27]. Avançando nas propostas para a tomada do poder, Lenin pontua que, no desdobramento das experiências de 1817 e de 1905, os sovietes devem constituir-se como organismos de poder revolucionário[28]. Indo mais além, Lenin explicita:

> Este princípio teórico, deduzido da experiência da Comuna de 1871 e da revolução de 1905, deve ser esclarecido e desenvolvido mais concretamente, fundamentando-se nas indicações práticas precisamente da época atual, precisamente da revolução atual da Rússia. [...] Necessitamos de um poder revolucionário (para certo período de transição) de um Estado [...] Necessitamos de um Estado, mas não como aquele de que necessita a burguesia [...] Se quer salvaguardar as conquistas da presente revolução e seguir avante [...] deve, o proletariado, "demolir" essa máquina do Estado "já feita" e substituí-la por outra, fundindo a polícia, o exército e a burocracia com todo o povo em armas. Seguindo a rota indicada pela experiência da Comuna de Paris de 1871 e da revolução russa de1905, o proletariado deve organizar e armar todos os elementos pobres e explorados da população, a fim de que os mesmos tomem diretamente em suas mãos os organismos do poder de Estado e formem eles mesmos as instituições desse poder.[29]

Desse modo, podemos concluir a partir das próprias reflexões lenineanas, que essa referência permanente ao processo vivido pela Comuna está delineada não somente pelos embates travados no seio da II Internacional, mas *fundamentalmente pela possibilidade de uma*

---

[26] Ver LÊNIN, V. I.. *Que Hacer? – Problemas Candentes de Nuestro Movimiento*. In: *Op. cit*., vol. V, p. 380 e ss.

[27] Veja-se LÊNIN, V. I.. Cartas de Longe. In: *A Comuna de Paris*, op. cit., p. 79.

[28] Idem, p. 80.

[29] Ibidem, p. 80, 81 e 82.

alternativa socialista aberta pela crise, nesse sentido, diferentemente de Gerratana e de José Paulo Netto[30], entendemos que não serão os embates imediatos à sua reentrada na Rússia que determinarão a elaboração em primeiro, das *Teses de Abril* e depois de *O Estado e a Revolução*, mas sim *o próprio processo histórico aberto pela crise do capitalismo e pela insurreição de 1905*. Mesmo que se reclame o profícuo debate de Lenin com Bukharin, que resultou numa dura polêmica sobre o Estado imperialista[31], e na sistematização de um estudo sobre a questão do Estado em Marx e Engels, inicialmente esboçado no famoso *Caderno Azul*, ainda no exílio, em Zurique, e publicado posteriormente sob o título *O Marxismo e o Estado*[32], podemos ver, pelo que argumentamos até aqui, que essa preocupação vinha de muito tempo e constituía-se num dos pontos basilares da ideia de revolução e do poder operário em Lenin e, fundamentalmente, essa reflexão incidia na edificação do corpo conceitual de sua teoria da organização e do partido do proletariado. O cerne lenineano da organização, esboçado em *As duas táticas*, deveria ser complementado em *O Estado e a Revolução,* livro que seria composto por duas partes; na primeira, sintetizando as concepções de Marx e Engels sobre o problema do Estado e, na segunda, sobre as experiências concretas dos processos revolucionários vividos, mas que infelizmente ficou incompleto, com o desencadear da Revolução de 1917, e as reflexões que deveriam analisar e articular o problema do poder com o da organização e hegemonia proletárias acabaram sendo postergadas para a "eternidade"[33]. Para alguns intelectuais marxistas, como Gerratana, *O Estado e a Revolução*, além de esquemático "peca" por reduzir a política e a concepção marxiana sobre o Estado a uma forma simplista[34]. J. P. Netto vai mais além, o livro carrega em sua arquitetura uma forma escolástica e restritiva tematicamente[35].

Mais uma vez discrepamos de Gerratana e de José Paulo Netto. É evidente que o livro ficou incompleto, exatamente das mediações necessárias para analisar a questão específica do Estado russo, como foi ressaltado por Lenin no posfácio de *O Estado e a Revolução*, como já mencionamos. No entanto, esse é apenas um aspecto da polêmica, diga-se o menos importante, sobre o livro, como diz Gerratana, entre os que aceitam ou rejeitam essa obra. Há nesse debate uma questão de fundo que, em meu entender, é tangenciada, talvez, pautada pelo contexto mesmo em que esses dois autores escreveram suas considerações sobre a teoria do Estado de Lenin. Um, no âmbito da proposta da construção de uma aliança política dos

---

30 Vejam-se GERRATANA, op. cit., p. 181 e ss; NETTO, José Paulo. *Lenin e a Instrumentalidade do Estado* – apresentação ao livro *O Estado e a Revolução*, op. cit. , p. 7-46.

31 Veja-se Idem, p. 11 e 12.

32 LÊNIN, V. I.. *El Marxismo y el Estado*. Moscou: Editorial Progreso, 1980.

33 Como ressalta Lenin, no *Posfácio* à primeira edição, de novembro de 1917, de *O Estado e a Revolução*, op. cit.: "[...] Escrevi este folheto nos meses de agosto e setembro de 1917. Já tinha traçado o plano do capítulo seguinte, o VII: A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917. Mas, além do título, não me foi possível escrever nem uma só linha deste capítulo; veio "atrapalhar-me" a crise política, às vésperas da Revolução de Outubro de 1917. "Atrapalhações" como esta não podem produzir mais que alegria [...] a redação da segunda parte do folheto [...] terá certamente que ser adiada por muito tempo; é mais proveitoso e agradável viver a "experiência da revolução" que escrever sobre ela".

34 GERRATANA, V.. op. cit., p. 173 e ss.

35 Como vemos em NETTO, J. P.: "[...] A sua arquitetura é extremamente linear, numa configuração formalmente escolástica; e a forma, nele expressa, substancialmente através de procedimentos expositivos, uma construção teórica concentrada num restrito núcleo temático [...]", cit., p. 13

comunistas italianos com a d*emocracia cristã* posteriormente, denominado como *Compromesso Storico*, em 1973, pelo então secretário geral do PCI, Enrico Berlinguer. Outro, norteado pela necessidade de se consolidar uma transição democrática, no contexto do colapso da ditadura militar-bonapartista brasileira, após 1985. Refiro-me, aqui, à *questão democrática* esboçada por Lenin.

Mas para abordarmos esse problema, iniciemos por sua concepção de Estado. Como ressaltamos, em *O Estado e a Revolução*, são arrolados elementos teóricos que possibilitam articular os conceitos básicos de Marx e Engels sobre o Estado burguês. O fato de Lenin considerar a existência de uma teorização sobre o Estado, nas obras de Marx e de Engels, apenas constata uma situação objetiva, pois esses autores abordaram, ainda que não de forma sistematizada, essa temática. No entanto, chamamos à atenção, na esteira da reflexão lukacsiana, que objetivamente Marx e Engels construíram um conjunto teórico-categorial que possibilitou à teoria marxista analisar os fundamentos ontológicos do Estado, expressos como a forma ideo-política da sociabilidade burguesa[36]. Mas o fato é que em *nenhum momento*, Lenin considera a existência de uma "teoria acabada" sobre o Estado na obra marxo-engelsiana, mesmo quando se refere ao livro de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Ao contrário, a ênfase dada é para *a necessidade de sua destruição*.

Por ora, basta dizer que a noção lenineana sobre o Estado é parte do pressuposto básico das análises de Marx e Engels, objetivando-se em três eixos, quer dizer: 1) a existência do aparelho estatal é o resultado da impossibilidade da conciliação entre as classes em luta; 2) a necessidade do desmonte e da extinção do Estado e 3) a transformação da máquina do Estado em um organismo que, sob controle operário, prepara sua autodissolução. A longa citação do livro *O Anti-Dühring* de Engels, atesta a identidade lenineana com essa premissa[37]. Poderíamos dizer, como o faz Netto, que essa é uma concepção "francamente unidimensional e direta, reducionista"[38] e que impede a visão mais ampla sobre o Estado moderno? Se considerarmos a obra em sua condição *imediata*, isto é, sem o contexto histórico-concreto de sua elaboração, poderíamos até concordar com as observações de Netto. No entanto, o que temos aí é uma inferência precipitada, exatamente quando desconsidera o fundamento dessa argumentação. Explicando melhor: desde 1905, Lenin argumenta que as duas grandes experiências do proletariado no poder, a insurreição russa e a Comuna de 1871 colocaram a necessidade de a classe operária tomar a máquina do Estado e construir uma nova. Mas o que seria essa nova máquina sob controle do proletariado? Em seus apontamentos preparatórios para a elaboração de *O Estado e a Revolução*, o famoso *Caderno Azul*, comentando uma passagem do livro de Marx, *A Guerra Civil na França*, Lenin explicita seu conceito sobre o *Estado de novo-tipo,* quando afirma que a revolução proletária não pode simplesmente tomar a máquina estatal existente, mas deve *substituí-la* por uma *nova* e o proletariado deve constituir um *governo de controle direto*[39]. Efetivamente, Lenin realça aqui a necessidade do controle pelos "de baixo",

---

[36] Cf. LUKÁCS, G., *Lenin.* Op. cit., p. 73 e ss.

[37] LÊNIN. *O Estado e a Revolução***,** que daqui em diante passo a referir como **ER,** op. cit., p. 63-64.

[38] Ver NETTO, J. P., cit., p. 31.

[39] *Caderno Azul*, op. cit., p. 6-7, comentando *A Guerra Civil na França*, de Marx, e a *Carta à Kugelmann*, de 12 de abril de 1871, do mesmo autor.

não somente da estrutura do Estado, mas fundamentalmente do conjunto da sociedade, quer dizer, demolir a estrutura estatal requer, necessariamente, a construção de *formas de poder* que radicalizam e aprofundam a democracia, na perspectiva do proletariado. Não podemos deixar de dizer que Gerratana releva essa questão ao assinalar lucidamente que Lenin busca *realizar a conexão entre democracia e socialismo*, eliminando assim qualquer possibilidade de interpretação instrumental da democracia[40], ou seja, a concepção burguesa de *democracia de mercado*. Isso significa dizer que um dos núcleos centrais de *O Estado e a Revolução* é a questão democrática. Vale a pena citar as considerações de Lenin sobre essa questão:

> Na sociedade capitalista, sempre que se desenvolva nas condições mais favoráveis, temos uma democracia mais ou menos completa na república democrática. Mas esta democracia se acha sempre encerrada dentro dos estritos limites da exploração capitalista e, por conseguinte, é sempre, na realidade, uma democracia para a minoria, somente para as classes possuidoras, somente para os ricos. A liberdade da sociedade capitalista é sempre mais ou menos o que era nas antigas repúblicas gregas: liberdade para os proprietários de escravos [...].[41]

Ora, evidencia-se que o controle pelos trabalhadores de uma nova *forma-Estado* coloca também a necessidade e a possibilidade de se ir para além da democracia. Não a vulgata stalinista da sacralização de uma pretensa democracia operária como "fim da história", mas no sentido inverso, de sua superação. Com isso, queremos dizer que há, no pensamento de Lenin, uma imbricação entre democracia e opressão. Mais do que isso, a sociedade "civil" burguesa opera o Estado, através do jogo democrático e da formalidade parlamentar, posta pela hegemonia da classe burguesa. Nessa direção, Lenin dissolve a falsa concepção, que irá ganhar corpo na teoria marxista contemporânea, através de certas interpretações dos escritos gramscianos do cárcere, do "Estado ampliado", ou ainda, a falsa contraposição leninista do Estado "restrito" àquela de Gramsci do "Estado ampliado". De fato, a restritividade do Estado é evidenciada por Marx, já em seus escritos de juventude, onde é destacada a conexão da estrutura estatal com as formas organizativas da produção em que a prevalência é a forma da propriedade privada dos meios de produção e a expropriação da mais-valia. Não somente o Estado é a presença alienada, que fragmenta o homem e o retira de sua autodeterminação, como é também a expressão da morfologia da "sociedade civil", ou dizendo corretamente, da *sociedade burguesa*, a *burguerliche gesellchaft*[42]. E mais, para Marx, a ampliação da participação dos trabalhadores na estrutura do Estado significa, ao mesmo tempo, o início de sua decomposição enquanto forma jurídico-política da sociabilidade burguesa, como fica evidente em suas observações na *Crítica do Programa de Gotha*[43].

---

[40] GERRATANA, V., op. cit., p. 189-190.
[41] LENIN, *ER*, op. cit. , p. 128.
[42] Ver MARX, K.. *Critica del programa de Gotha*. Moscou: Progreso, s/d, p. 23-24.
[43] Veja-se Idem, p. 25 e ss.

De modo que a participação das massas populares no jogo institucional, posto pela forma-política burguesa, só pode acontecer no âmbito da luta pela hegemonia, não como conivência com a institucionalidade, mas como forma de pressão e de organização para por abaixo a estrutura capitalista. Mas indo mais profundamente sobre o significado da visão lenineana sobre o poder proletário, colocamos em discussão uma perspectiva que tem sido deixada de lado, mais precisamente a questão da política. Entre os marxistas, é comum considerar a ação política de Lenin como um elemento que em si afirma sua positividade e que essa ação positiva, estaria na raiz da construção do "Estado proletário" e da "democracia proletária". Pelo que demonstramos até aqui, ficou patente que Lenin advoga a tese marxo-engelsiana da extinção do Estado, com implicações na forma-governo que deve ser construída pelos trabalhadores. Imbrica-se aí a questão democrática, não como *democracia de mercado*, mas como organização de poder que, radicalizando a democracia, a dissolve e a faz avançar para um outro patamar, quer dizer, da democracia para a liberdade, como verificamos nessa passagem:

> Só na sociedade comunista, quando já se tiver rompido definitivamente a resistência dos capitalistas, quando estes tiverem desaparecido, quando já não existirem classes [...] só então 'desaparecerá' o Estado e se poderá falar de liberdade. Só então será possível e se tornará realidade uma democracia verdadeiramente completa, uma democracia que não implique, efetivamente, nenhuma restrição. E só então começará a extinguir-se a democracia, pela simples razão de que os homens liberados da escravidão capitalista, dos inumeráveis horrores, bestialidades, absurdos e vilezas da exploração capitalista, se habituarão pouco a pouco a observar as regras elementares de convivência [...] sem coação, sem subordinação, sem esse aparelho especial de coação que se chama Estado[44].

Mas se a liberdade deve ser a meta do poder proletário, entremeada por um Estado de transição, *in limine*, forma de construção do *não-Estado*, através da ditadura do proletariado, a correspondência organizativa, isto é a *política*, aquela que administra subjetivamente a forma de exploração através do controle social, também é posta em questão. Como lembra J. Chasin, desde as *Glosas de 44*, Marx põe em relevo a condição do Estado de sustentar a situação contraditória entre a vida pública e a vida privada do *citoyen* e, por esse motivo, Marx ressalta que o Estado deve estar limitado às atividades formais e negativas, pois a esfera de seus poderes termina no mesmo ponto onde começa a vida civil e o trabalho[45]. Esta formulação marxiana se repetirá em outros textos, como no escrito em conjunto com Engels, *A Sagrada Família*. Nesse sentido, ressalta-se a grande interação de Lenin com as teses de juventude de Marx e Engels. Mesmo não tendo arrolado o livro *A Sagrada Família* dos dois autores citados, em seus materiais preparatórios para *O Estado e a Revolução*, no *Caderno Azul*, vemos uma

---

[44] LENIN, *ER*, p. 130-131.

[45] Veja-se CHASIN, J.. Marx – A determinação Ontonegativa da politicidade. In: *Ensaios Ad Hominem*, 1, tomo III – Política. Santo André: Edições Ad Hominem, 2000, p. 157 e ss. Ver também MARX, K.. Glosas Críticas al Artículo "El Rey de Prusia y La Reforma Social. Por um Prusiano. In: MARX, K.. *Escritos de Juventud.* México: FCE, 1987, vol. I, p. 505 e ss.

identidade com as formulações básicas sobre a questão da política, que já era manifestada em seus apontamentos do referido livro de Marx e Engels, ainda nos idos de 1895, em seus *Cadernos Filosóficos.* Ali, Lenin sublinha a identidade estabelecida por Marx entre a noção de autoconsciência dos idealistas alemães com a ideia de igualdade posta pelos franceses, como podemos ver em sua consideração sobre a *Glosa Crítica nº 3*:

> Por tanto, assim como na Alemanha a crítica destrutiva, antes de se tornar com, Feuerbach, a consideração do homem real, tratava de solucionar todo o determinado e todo o existente, através da autoconsciência, e assim na França, a crítica destrutiva tratava de fazer o mesmo por meio do princípio da igualdade[46].

Se nos remontarmos ao *Caderno Azul*, vemos uma interessante observação sobre o *Manifesto Comunista*, onde as formulações de Marx e Engels sobre a política como instrumento de negatividade e de regulação coercitiva da desigualdade são cristalinas. Citando os dois autores, Lenin ressalta:

> Uma vez que no curso do desenvolvimento, tenham desaparecido as diferenças de classe se tenham concentrado toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político, falando-se propriamente dele, é a violência organizada de uma classe que se opõe à outra. Se na luta contra a burguesia o proletariado constitui-se indefectivelmente como classe; se mediante a revolução converte-se em classe dominante, suprime pela força as velhas relações de produção, suprime, ao mesmo tempo em que essas relações de produção, as condições para a existência do antagonismo de classe e das classes em geral e, portanto, sua própria dominação de classe[47].

O mais elucidativo nessa citação do *Manifesto Comunista* é a nota marginal de Lenin: "[...] *O poder político perde seu caráter político*"[48] Coloca-se aí com toda clareza a dimensão onto-negativa da política, realçada corretamente por Chasin.

A guisa de conclusão provisória, e deixando entreaberta a volta a essa questão, dados os limites dessas breves notas, relevamos nessas observações a formulação lenineana da *negatividade da política*, já acenada pela Comuna, considerada por Lenin como desdobramento natural das formas construídas pela sociabilidade burguesa, a saber: o Estado como forma de dominação e de representação da hegemonia burguesa nas relações sociais de produção; a democracia como instrumento de coerção, e a política como elemento central de controle, regulação e subordinação das massas à sociabilidade do capital. A organização do poder proletário, para Lênin, tinha como meta o fim de qualquer forma coercitiva e de poder emanada diretamente dos produtores associados. Nas palavras de Lenin:

---

[46] LÊNIN, V. I.. *Cuadernos Filosóficos*, op. cit., p. 23.

[47] MARX, K.; ENGELS. *Manifesto Comunista* apud LENIN. *El marxismo y El Estado* (*Caderno Azul*), op. cit., p. 35.

[48] Idem, idem, grifos nossos.

> Nós nos propomos, como objetivo final, a abolição do Estado, quer dizer, de toda a violência organizada e sistemática, de todo o emprego da violência contra as pessoas em geral [...] Ao aspirar o socialismo, no entanto, estamos convencidos de que este se transformará em comunismo e que, portanto, desaparecerá de todo a necessidade de violência contra as pessoas em geral [...] pois as pessoas se acostumarão a observar as regras elementares da convivência sem violência e sem subordinação[49].

No curso dos acontecimentos revolucionários, outras realidades se puseram duramente como obstáculos ao projeto lenineano de emancipação humana. A guerra civil, a falência do "comunismo de guerra", como resultado da própria guerra e do incipiente capitalismo, russo colocou outros desafios e que foram afrontados por Lenin a partir dos mesmos princípios, mas agora adequados à nova realidade, principalmente após a implantação da NEP. Não por acaso, em seu *Imposto sobre Espécie*,[50] documento em que delineia a nova política econômica, Lenin volta à proposta da hegemonia proletária, sabendo que uma nova etapa da luta de classes colocava-se para o proletariado russo agora, mais experiente e com sólidos instrumentos de poder nas mãos. Morre em meio ao processo de implantação dessa alternativa quase desesperada de manter o poder proletário.

Mas essa é uma outra história, que fica para uma outra vez!

[49] LENIN, *ER*, p. 145.
[50] LENIN, V. I.. El Impuesto em Espécie. In: *Obras*, op. cit, Vol. XXXV.

Socializacão e Comuna em Karl Korsch[1]

*Luciano Cavini Martorano**

O marxista alemão Karl Korsch é praticamente desconhecido no Brasil, a exemplo de outros importantes autores contemporâneos ou não a ele. Apesar de haver escrito uma extensa obra que ainda vem sendo editada, estudada e debatida no seu país natal, poucos de seus trabalhos são acessíveis ao leitor brasileiro – exceção feita à recente edição de seu importante livro intitulado *Marxismo e filosofia* (Editora UFRJ), e de alguns outros editados em espanhol ou que podem ser encontrados em sites de livre acesso na Internet. Por isso, todo o esforço em se tentar suprir, de algum modo, essa lacuna pode contribuir para o debate marxista contemporâneo. É essa a nossa intenção ao apresentar aspectos de sua análise sobre a Comuna de Paris e de sua postulação de uma *comuna revolucionária*, relacionados com um processo de socialização determinado.

Além de ter desenvolvido uma intensa atividade política, Karl Korsch foi professor de Direito na Alemanha – abandonando o país com a ascensão dos nazistas ao poder no início da década de 1930 do século passado, tal como o fizeram muitos intelectuais militantes que se opunham ao fascismo. Antes, em 1923, ele ajudou a fundar o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt (onde surgiria a "Escola de Frankfurt", com Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e outros). Foi amigo do dramaturgo Bertold Brecht, que o considerava como seu professor de marxismo. Falecido em 1961, ele é classificado por muitos estudiosos de sua obra como um dos principais renovadores do marxismo do século passado, sendo colocado ao lado de autores como Antonio Gramsci e Gyorg Lukács.

* **Luciano Cavini Martorano** é Autor de *A burocracia e os desafios da transição socialista*, Editoras Anita Garibaldi e Xamã; e *Conselhos e democracia: em busca da democratização e da socialização*, Editora Expressão Popular.

[1] Versão modificada e ampliada do texto "Karl Korsch e a Comuna de Paris", publicado originalmente em *Revista do Espaço Acadêmico,* n. 118, Vol. 10, março de 2011.

Ao destacarmos aqui algumas das muitas questões analisadas por ele, alertamos o leitor para o fato de que os dois textos iniciais que mencionaremos (*Was ist Sozialisierung*? *Ein Programm des praktischen Sozialismus* – O que é socialização? Um programa do socialismo prático, de 1919; e *Arbeitsrecht für Betriebsräte* – "Direito de trabalho" para os conselhos de fábrica, de 1922), devem ser lidos e estudados levando-se também em conta a conjuntura política na qual se inserem: a Alemanha sob a influência da Revolução de 1918 e 1919, quando a questão da socialização, sobretudo a econômica, colocou-se na agenda política imediata e foi amplamente debatida, conhecendo várias tentativas iniciais de implementação algumas inclusive por parte do próprio governo[2].

Os dois textos são importantes não apenas para os pesquisadores interessados em um aprofundamento da relação entre a socialização econômica e a socialização política; como também, em nossa opinião, são necessários para se poder compreender melhor a própria análise de Korsch sobre a Comuna de Paris de 1871, apoiada no consagrado texto de Karl Marx, *A Guerra Civil em França*. Texto esse tão importante para a história do pensamento marxista e do movimento operário, que não pode ser apenas lido e citado hoje de forma laudatória. Esse tipo de procedimento pode inviabilizar qualquer esforço no sentido de problematizar as questões levantadas pela breve insurreição dos operários parisienses tendo em vista as condições do mundo de hoje. Ou seja, no lugar de uma eventual sacralização do heróico feito dos comunardos, trata-se de questionar a atualidade de seus ensinamentos com vistas a novos desenvolvimentos teóricos. Nesse sentido, Karl Korsch nos oferece um bom exemplo: ele parte do texto marxiano não para repeti-lo, ou para "homenageá-lo", mas para, contextualizando-o e buscando apreendê-lo em suas articulações mais complexas, lançar novas dúvidas, formular novos problemas, sugerir novas pistas de investigação.

Para nós, é a partir desses dois trabalhos da virada da segunda década do século passado que se pode compreender a sua análise sobre a Comuna de Paris e a sua postulação de uma *comuna revolucionária*, esboçada em artigos do início da década de 1930.

ESTATIZAÇÃO NÃO É SOCIALIZAÇÃO

Contemporâneo da Revolução Soviética de 1917, Karl Korsch foi um dos primeiros marxistas a tentar estabelecer uma distinção mais acentuada entre duas noções fundamentais para uma teoria materialista do socialismo: a existente entre a estatização e a socialização dos meios de produção.

Até hoje, esse problema, caso seja levado às suas consequências mais profundas, continua subjacente a duas concepções diferentes vinculadas ao conceito de socialismo[3]: a primeira, apoiada na própria experiência soviética, atravessa todo o século XX e está hoje presente, por

[2] Sobre esse período consultar: LOULEIRO, Isabel. *A revolução alemã 1918-1923*. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

[3] Parte desse debate pode ser consultada na coletânea organizada por NAVES, Márcio (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

exemplo, nos debates sobre a República Popular da China e a Venezuela, para citar alguns países. Em resumo, ela defende que a estatização dos meios de produção já corresponderia, na prática, à sua socialização. Desse modo, estatização seria sinônimo de socialização: a chamada propriedade estatal poderia ser vista como exemplo de propriedade socialista e equivalente a propriedade já socializada.

Já a segunda concepção pondera que a estatização seria apenas uma condição inicial necessária, mas insuficiente para a concretização da socialização dos meios de produção, incluindo-se aí a força de trabalho. Nessa ótica, os primeiros decretos de um Estado operário – fruto da vitória da revolução política dos trabalhadores na luta contra a burguesia e demais classes dominantes –, faria com que a propriedade privada passasse a ser propriedade estatal, mas sem atingir o núcleo do processo de produção. Ou seja, esse ato jurídico não promoveria, por si só, uma revolucionarização das relações capitalistas de produção. Historicamente, o maior exemplo de estatização seria dado também pelo paradigma oferecido pela revolução soviética e reproduzido, com algumas diferenças, em outros países ao longo do século XX, especialmente as do Leste Europeu após o final da Segunda Guerra Mundial.

O problema é que, inclusive agora, nem sempre os termos da discussão são postos em questão, e isso por diferentes razões que não serão examinadas aqui. Ou seja, as noções de estatização e de socialização continuam a ser empregadas como sinônimos nos debates iniciais sobre um possível socialismo no século XXI e/ou na busca de alternativas anticapitalistas por parte dos movimentos antiglobalização, que ganharam força a partir da crise econômica de 2008.

No seu ensaio sobre a socialização, Karl Korsch assim a define:

> A 'socialização' exigida pelo socialismo significa uma nova regulamentação da produção com o objetivo de substituir a economia privada capitalista por uma economia socialista comum. A sua primeira fase consiste na socialização dos meios de produção e, com isso, na emancipação do trabalho; a sua segunda fase consiste na socialização do trabalho[4].

Deixando de lado a questão apontada sobre uma possível classificação de fases diversas do processo de socialização econômica, o importante aqui é reter a tese segundo a qual sem a socialização é impossível se pensar em uma economia socialista. Ou seja, e ampliando a abragência do termo, sem um amplo e profundo processo de socialização envolvendo não apenas a economia, mas também a política, a cultura, a ciência etc., o socialismo torna-se uma palavra vazia desprovida de um conteúdo próprio e específico[5].

---

[4] Karl Korsch, *Schriften zur Sozialisierung*. Frankfurt am Main, Europäische Verlaganstalt, 1969, p. 15.

[5] Sem entrar em maiores detalhes, registramos que a ideia de processos de socialização com naturezas específicas está presente no trabalho de Florestan Fernandes intitulado "Nós e o marxismo": para ele, a "[...] *socialização capitalista* encontra seu limite na apropriação privada dos meios de produção, no trabalho como mercadoria desvalorizada e na concentração de classe da riqueza e do poder nas mãos da burguesia." Por sua vez, a "*socialização proletária*" teria o "[...] seu ponto de partida nos interesses comuns dos trabalhadores antagônicos aos do capital, na solidariedade de classe dos trabalhadores em escala nacional e internacional, e na negação da ordem, existente em todos os níveis" (itálicos nossos; São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, p. 36).

Embora Korsch, por um lado, admita que a estatização possa ser uma "forma" ou um "tipo" de socialização – o que sugere uma análise ainda não inteiramente desenvolvida sobre o problema da revolucionarização das relações de produção na passagem do capitalismo para o socialismo; por outro lado, no entanto, ele deixa claro que a sua tarefa seria a de "[...] decidir que pessoas podem e devem usar os meios de produção, em que condições de trabalho deve-se realizar a produção e de que modo os resultados da produção devem ser distribuídos"[6].

Para ele, do ponto de vista do produtor direto, a socialização dos meios de produção implicaria em dois elementos: "[...] a) um direito sobre o fruto do trabalho para o operário; b) uma participação do operário no comando do processo de produção, de acordo com a importância que tenha o trabalho para esse processo."[7]

O pesquisador que conheça o texto de Etienne Balibar na obra comum *Para ler O Capital*, com Louis Althusser e outros filósofos franceses que instauraram o marxismo althusseriano em finais dos anos 1960 do século passado; bem como os de Charles Bettelheim – também filiado a essa corrente de pensamento e autor de inúmeros trabalhos sobre a antiga União Soviética e a China, além do fundamental livro de anotações *Cálculo económico y formas de propriedad* –, além do texto de A. D. Magaline, *Luta de classes e desvalorização do capital*, tais formulações podem ser insuficientes, sobretudo por não abordarem de forma mais desenvolvida o complexo problema da superação da divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, já indicado por Marx em *Crítica ao Programa de Gotha* como um dos maiores desafios a ser superado na passagem do capitalismo para o comunismo.

De todo modo, os textos de Korsch enriquecem o marxismo, como estamos tentando mostrar. Neles são encontrados também elementos para a formulação de um conceito de capitalismo de Estado, expressão usada pelo próprio Korsch nos seus estudos dedicados à experiência soviética.

A DEMOCRACIA INDUSTRIAL E OS CONSELHOS OPERÁRIOS

Nos trabalhados citados de Karl Korsch, o pesquisador encontrará um conjunto de formulações importantes relativa ao que ele intitula de "democracia industrial". Sem pretender fazer aqui uma exposição maior sobre ela, destacaremos somente aqueles aspectos que possam nos ajudar a entender a sua defesa de uma comuna revolucionária.

Em nossa opinião, Karl Korsch não elabora integralmente uma teoria da democracia industrial. Ele apenas fornece pistas fundamentais para o início de sua construção. E isso não é pouco, a não ser que rebaixemos bastante os desafios teóricos postos para o marxismo, seja o da sua época, seja o de hoje. Vejamos algumas dessas indicações, relacionadas com o tema aqui em foco.

---

6 *Op. cit., idem,* p. 24.
7 *Idem, ibidem,* p. 26.

Por que Korsch prefere usar o termo "democracia industrial" em lugar de democracia socialista, ou operária? Porque, para ele, a questão decisiva a ser enfrentada pelos trabalhadores é a conquista pelo domínio da economia – mais precisamente, a da "organização do trabalho". Se isso pode parecer, à primeira vista, uma coisa óbvia, ela revela-se bastante problemática caso nos lembremos das análises de Lenin, em obras como *O Estado e a Revolução*, onde o objetivo central e prioritário da revolução proletária é a conquista do poder estatal, visto como o pré-requisito indispensável para se iniciar o processo de estatização sob o controle dos Sovietes. Mas Karl Korsch poderia ser classificado como mais um representante de uma interpretação economicista do marxismo por subestimar a questão política em favor da economia, tal como sugere vários comentadores de sua obra [8]?

Para nós, tal adjetivação não corresponde inteiramente ao pensamento desse inovador pensador alemão. Ela só poderia ser confirmada caso Korsch tivesse descurado da análise da esfera política no seu postulado sobre uma democracia industrial. Mas não é isso o que depreendemos da leitura desses seus trabalhos. Ademais, o próprio fato de propor uma democracia industrial já revela uma grande preocupação com a questão política mais geral, na medida em que não se pode pensar apenas em um regime político apoiado em fábricas isoladas, mas em um que articule as diferentes fábricas relacionando-as com o conjunto da sociedade, que envolva os diferentes setores produtivos com a esfera da circulação no espaço nacional e internacional.

Além disso, a democracia industrial é apresentada como correspondendo à existência de um sistema de conselhos sob o Estado operário. Já durante a revolução política dos trabalhadores visando à conquista do poder estatal, os conselhos seriam a forma direta de autodeterminação dos operários. O papel deles seria realizar o controle da produção como medida inicial essencial para a implantação de uma verdadeira gestão operária sobre o conjunto do processo produtivo. Assim, justifica-se a classificação encontrada nos estudos que colocam Karl Korsch como um dos principais teóricos marxistas vinculados à problemática dos conselhos operários, ao lado do holandês Anton Pannekoek, de Rosa Luxemburgo, de Antonio Gramsci, de Max Adler e de outros autores menos conhecidos.

Mas Korsch vai além disso ao sublinhar a necessidade da revolução socialista como pré-condição para a plena realização da democracia industrial. Em suas palavras:

> [...] a conquista do poder político por parte da classe trabalhadora e a instauração da democracia proletária no lugar da "democracia" burguesa (sob a forma da ditadura do proletariado), sem dúvida, acelerará consideravelmente – [...] o desenvolvimento de formas mais diretas da 'democracia industrial'[9].

---

[8] Ver, por exemplo, CERRONI, Umberto, In: ____. *Teoria política e socialismo.* Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

[9] Karl Korsch, *Auf dem Weg zur industriellen Demokratie*. Frankfurt am Main, Europäische Verlagsanstalt, 1968, p. 40.

Nos limites desse artigo, registremos que a democracia industrial é concebida como sendo um termo equivalente à sua noção de "autonomia industrial". Ou seja, uma situação em que o poder sobre o conjunto da indústria é exercido pelos representantes dos trabalhadores, "[...] no lugar do tradicional proprietário privado ou do diretor escolhido por ele"[10] (*Idem*: 34). (a Indicação da fonte não é aqui, suprime?) Em outros termos, Korsch estaria sugerindo aqui um critério para que se possa analisar o processo de socialização: os avanços obtidos pelos conselhos operários na conquista da autonomia dos trabalhadores no interior do processo produtivo. Ou ainda que a socialização econômica só avançasse na medida em que fosse a expressão da transformação das antigas relações capitalistas de produção, contribuindo para fazer com que o conjunto dos produtores diretos passe a dirigir o processo de produção no lugar de outros agentes ou grupos sociais. No entanto, nas condições do capitalismo de Estado, o proprietário privado pode até ser substituído por funcionários do Estado que são nomeados ou eleitos para a direção das fábricas, mas isso não implica necessariamente na mudança do papel que antes era exercido pelos trabalhadores fabris sob as condições do capitalismo privado. O próprio Korsch menciona isso. Em uma passagem, ele procura explicitar a diferença existente entre a "autonomia industrial" daquilo "[...] que hoje em dia é entendido habitualmente como nacionalização (municipalização etc.) e que na realidade é simples capitalismo de Estado (ou um capitalismo de consumidores de outro tipo), ou da socialização sindicalista baseada nas cooperativas de produção e que, na realidade, é apenas um capitalismo dos produtores."[11]

Correndo o risco de certa simplificação, na medida em que deixamos de lado o recurso a maiores mediações, passemos a apresentar alguns pontos da análise de Korsch sobre a comuna, tentando não perder de vista dois elementos centrais presentes nos parágrafos anteriores: a articulação entre a socialização econômica e a socialização política e a diferença fundamental entre o capitalismo de Estado e o socialismo.

A COMUNA REVOLUCIONÁRIA

Nos anos de 1929 e 1931, Karl Korsch publica dois textos que levam o nome desse item.[12] Apesar de serem artigos de jornal, eles também revelam a originalidade e a profundidade de sua atividade teórica. A sua leitura nos permite entrever, sumariamente, uma relação possível entre a socialização econômica e a socialização política, bem como sugerir o nexo existente entre um tipo especifico de socialização – no caso, a socialista – e um órgão próprio de representação política da nova classe dominante – no caso, os conselhos operários ou comunas. Isso no quadro mais geral da diferença entre o capitalismo de Estado e o socialismo.

[10] *Idem, ibidem,* p. 34.

[11] *Idem, Que es la socializacion? Um programa de socialismo practico.* Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, p. 49.

[12] Eles podem ser lidos em português em alguns sites da Internet, ainda que a tradução deixe a desejar.

Tal como procedemos nos itens anteriores, não faremos aqui uma exaustiva apresentação desses dois artigos, mas apenas destacaremos os aspectos que nos parecem mais relevantes para o encaminhamento dos itens mencionados no parágrafo anterior.

Chamando a atenção para as "flagrantes *contradições*" existentes entre o "nome" "*União das Repúblicas Socialistas Soviéticas"* e sua "situação real", Korsch afirma que o proletariado teria que enfrentar a "tarefa da *autocrítica revolucionária*", na medida em que todo o seu pensamento e as suas formas organizativas estão submetidos à *"dialética revolucionária"* da história[13]. Ressaltando o caráter histórico e de classe da Comuna de Paris, esse marxista alemão vê no sistema revolucionário dos conselhos operários a forma política chamada a libertar os trabalhadores da exploração burguesa de classe, tal como Marx fizera no seu conhecido ensaio *A Guerra Civil em França*.

No entanto, Karl Korsch não se limita a citar e repetir aquilo que foi dito por Marx. Ele inova ao assinalar que tanto a comuna, como o Soviete ou o conselho operário (admitindo-se um mesmo significado para esses termos), não podem ser vistos como revolucionários por simples obra de sua forma exterior. Caso isso acontecesse o movimento operário e socialista correria o risco de repetir a concepção burguesa sobre o Estado, pois se contentaria em exaltar a sua *forma,* desligada de seu *conteúdo.* Lembremos de passagem que o próprio Marx concebe a forma sempre em sua articulação com um conteúdo específico. Um não pode ser separado do outro sob o risco de incorrer-se em erros, tal como o de se privilegiar a aparência dos fenômenos sociais em detrimento da análise e compreensão de seu conteúdo mais profundo. Em outras palavras, Korsch indica novas possibilidades de aplicação do método marxiano no campo de uma possível teoria política de cunho materialista.

Um outro aspecto importante do estudo de Korsch sobre a Comuna é o acento posto em *"*[...] *sua ilimitada capacidade de expansão"* (*Idem*: 100). Mas como interpretar essa suposta capacidade expansiva da Comuna e dos conselhos operários? Seguramente, isso não é uma tarefa simples caso levemos em conta que a luta de classes atravessa todo o período de construção do socialismo, sociedade ainda dividida em classes, grupos e frações sociais. Isso sem falar de outras variáveis tais como a das relações internacionais entre os diferentes Estados, como nos revela o estudo sobre as tentativas de transição socialista do século XX, iniciadas com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia czarista, que foi diretamente atingida pelos efeitos do isolamento político internacional durante quase três décadas.

Uma possibilidade de interpretação sobre essa capacidade expansiva da comuna pode ser vislumbrada na relação com o próprio movimento real de luta dos trabalhadores por sua emancipação. Ou seja, uma comuna, ou conselho operário, só poderia se afirmar enquanto o novo órgão da classe operária dominante e, portanto, como expressão viva da ditadura do proletariado, caso não perdesse a sua ligação com a maioria dos trabalhadores da cidade e do campo. Nessa linha de argumentação, o seu fortalecimento dependeria de sua capacidade de conquistar um número sempre maior de trabalhadores para o enorme desafio da construção socialista, que não pode ser o desafio de uma minoria – organizada ou não sob a forma de

[13] *Idem, op. cit.,* 1969, p. 94.

partido(s) –, mesmo que essa conquiste a maioria nos Sovietes ou nos conselhos. Por outro lado, caso a comuna ou os conselhos não se expandam isso facilitaria a conquista da hegemonia por parte da burocracia e/ou de uma nova burguesia de Estado, que agiria em nome dos trabalhadores na busca de seus próprios interesses políticos e econômicos.

Um terceiro aspecto importante da análise de Korsch sobre a Comuna refere-se à radical diferença existente entre o Estado burguês e o Estado socialista. O segundo é distinto do primeiro

> "[...] *não apenas por sua forma política, mas por sua natureza de classe e sua função social*. É nesse conteúdo social, e não nas particularidades, imaginadas arbitrariamente, ou antes, realizadas em circunstancias específicas, de uma *forma política* que reside o *"verdadeiro segredo" da comuna revolucionária, do sistema revolucionário dos conselhos e de qualquer outra forma histórica do governo da classe operária*".[14]

Esse conteúdo social singular teria, portanto, primazia na especificação das diferentes formas possíveis de concretização do novo Estado socialista. Ponto que também foi acentuado por Lenin quando o Estado soviético dava os seus primeiros passos. Mas como ele poderia ser bem entendido nos dias de hoje? Sem poder nos deter aqui no seu exame, gostaríamos apenas de indicar uma possível linha de interpretação. O conteúdo social das comunas, ou dos conselhos operários, seria constituído pela capacidade no novo Estado em defender os interesses dos produtores diretos na construção do socialismo.

Uma diferença fundamental, teórica e política

Para concluir, gostaríamos de, mais uma vez, sublinhar um elemento fundamental presente na obra de Karl Korsch e também no debate teórico e ideológico desse início de século XXI: a diferença entre o conceito de capitalismo de Estado e o conceito de socialismo.

Por que essa diferença é tão importante?

a) *fundamentalmente*, por se tratar do próprio conteúdo dos termos da discussão, remetendo assim a objetos reais diversos. Enquanto o capitalismo de Estado é compatível com a propriedade privada e o Estado burguês, o socialismo exigiria o seu fim ambos como condição para a sua construção rumo ao comunismo. Sob as condições da transição socialista, havendo o capitalismo de Estado, o novo Estado pode tornar o principal proprietário jurídico dos meios de produção (tendo como dirigentes do processo de produção, tal como indica Karl Korsch, seus funcionários nomeados ou eleitos para tal trabalho). Já no setor socializado da economia, o produtor direto deixa de ser subordinado e passa a dirigir o processo de produção na fábrica, contribuindo de forma mais efetiva para a consolidação da classe operária enquanto a nova classe dominante.

Estando-se de acordo com Valentino Gerratana ("[...] o capitalismo de Estado não está radicado no dinheiro, mas em relações sociais", e o capitalismo de Estado e o socialismo

[14] *Idem, ibidem,* p. 108; itálicos no original.

"expressam tipos distintos e opostos de relações sociais"[15]), tornando-se necessário o exame da compatibilidade dessas teses com os elementos acima indicados por Karl Korsch. Vale dizer, a correspondência entre um tipo determinado de socialização com um tipo específico de Estado, incluindo o seu órgão de representação política.

b) *teoricamente,* parece ser mais ou menos evidente que o emprego indistinto de dois conceitos diferentes está na origem de equívocos e erros no interior do marxismo. Isso é particularmente relevante quando lembramos que o marxismo reivindica para si mesmo o estatuto de ciência do movimento operário. Ao se confundir o capitalismo de Estado com o socialismo, o marxismo abdicaria de tal intenção permanecendo prisioneiro de classificações genéricas incapazes de dar conta da explicação do real e sua complexidade.

c) nessa linha de argumentação e levando em conta que o marxismo entretém uma relação singular com a *prática* transformadora do movimento operário, a indistinção conceitual entre esses dois termos faria com que, no limite, o processo revolucionário dos trabalhadores pelo socialismo resulta-se não em enormes problemas para o movimento socialista e comunista. Em uma frase: no lugar da eventual conquista do domínio dos trabalhadores, o resultado real seria a hegemonia de uma nova burguesia, a burguesia estatal.

O que foi exposto até aqui é suficiente para concluir-se que o estudo da obra de Karl Korsch oferece indicações profícuas para o aprofundamento e a sistematização do debate atual sobre o socialismo.

[15] GERRATANA, Valentino. Estado socialista y capitalismo de Estado. In: Vários. *Teoria del proceso de transicion.* Buenos Aires: Siglo XXI Argentina Editores S. A., 1973, p. 110.

Normas para publicação

1. Os trabalhos/artigos devem ser digitados em Programa Word: fonte Times New Roman, observando que o texto deve estar em corpo 12, as citações em corpo 10 e as notas de rodapé em corpo 9.

2. Configuração da página: A-5 (14,8 X 21) margem de 2 cm em todos os lados (esquerda, direita, superior e inferior).

3. Parágrafo com alinhamento justificado e espaçamento interlinear de 1,5 cm

4. Recuo de 1 cm para a primeira linha dos parágrafos e 2,5 para citações (em coluna)

5. As referências bibliográficas, em nota de página, devem ser restritas ao mínimo indispensável. Caso necessário, seguir o exemplo: (Castoriadis, 2000: p. 151). A bibliografia deve constar no final da página do artigo com a referência completa, ou seja, a) autor b) título da obra (em itálico); c) ano da edição, se não for a primeira; d) local da publicação; e) nome da editora; f) data de publicação; g) número da página. Exemplo: CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. 5ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000; p. 151.

6. Para artigos citados: a) autor; b) Título do artigo; c) Título do periódico (em itálico); d) local da publicação; e) número do volume; f) número do fascículo; g) página inicial e final; h) mês e ano. Exemplo: CASTORIADIS, Cornelius. O marxismo: balanço provisório. Revista Qvinto Império, Salvador, n 1 p. 25-42, jan./mar., 2006.

7. À medida do possível, as Normas Brasileiras de Documentação (ABNT) devem ser seguidas.

8. Identificação do artigo, do autor e o resumo devem constar do trabalho apresentado. O nome do artigo em negrito (centralizado), fonte Times New Roman, corpo 14. O nome do autor em fonte arial, corpo 12.

9. No final da página constar um memorial resumido do autor do artigo.
   Exemplo:
   Autor: Antonio Pi
   Doutor em Letras pela USP
   Professor da UNEB, Departamento XYZ
   E-mail: pi@uol.com.br

10. Do Resumo do artigo (caixa alta e negrito).
    Fonte Times New Roman, corpo 10 (centralizado)
    Palavras-chave
    Do Abstrat (caixa alta e negrito)
    Fonte Times New Roman, corpo 10 (centralizado)
    Key-words.

11. Dois toques após as referências do resumo e palavras-chave em Português ou em outra língua, a prioridade em inglês, para o Início do Texto.

12. As ilustrações ou quaisquer outros como gravuras, fotografias, gráficos, esquemas são designados como Figuras, numeradas no texto, de forma abreviada, entre parênteses ou não, conforme a redação; quando indispensável o uso das figuras e/ou fontes especiais, indicar o programa em que foram gerados e enviar o arquivo fonte em disquete;
Exemplo: Fig.1. As figuras devem trazer um título ou legenda, abaixo da mesma, digitado na mesma largura desta.

13. Entrega dos artigos: Os textos deverão ser remetidos ou entregues à Editoração Geral da Revista...

    O artigo deverá ser apresentado em disquete, devidamente etiquetado e identificado com o nome do autor e uma cópia impressa.

Cadernos do ICP
Instituto Caio Prado Jr.

Gramsci e o Conceito de Hegemonia

Ricardo Costa

1

NOVOS TEMAS
Revista do Instituto Caio Prado Jr.

é uma edição da Quarteto Editora.

Av. Antonio Carlos Magalhães, 3213 – Ed. Golden Plaza, s/702
Parque Bela Vista – Brotas – Salvador-Bahia
CEP 41.275-000 – Tel.: (0xx)71-3452-0210
E-mail: quarteto.livros@compos.com.br
josec.santanna@terra.com.br

Salvador – 2011